

Sexta-feira, 27 de Abril de 1984



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 1984

Presidente: Ex.º Sr. Carlos Cardoso Lage

Secretários: Ex.ºs Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Mala Nunes do Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 55 minutos.

O Sr. Deputado Joaquim Miranda (PCP) indagou a Mesa sobre se esta já teria dados sobre o acidente ferroviário ocorrido pela manhã na passagem de nível de Terronhas (Valongo), no que foi secundado pelos Srs. Deputados José Vitorino (PSD), Nogueira de Brito (CDS), Paulo Barral (PS) e António Taborda (MDP/CDE).

Mais tarde, a Câmara aprovou por unanimidade um voto de pesar subscrito por todos os grupos parlamentares, tendo produzido declarações de voto os Srs. Deputados José Lello (PS), António Mota (PCP), João Porto (CDS), Manuel António dos Santos (PSD), Vilhena de Carvalho (ASDI) e António Taborda (MDP/CDE).

Ordem do dia. — Teve lugar a interpelação do MDP/CDE ao Governo sobre opção nuclear.

Após a abertura do debate pelos Srs. Deputados António Taborda e António Redol (MDP/CDE), intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro da Indústria e Energia (Veiga Simão) e do Sr. Secretário de Estado da Energia (Rocha Cabral), os Srs. Deputados Ferraz de Abreu (PS), Lopes Cardoso (UEDS), João Corregeedor da Fonseca (MDP/CDE), Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira (PCP), João Porto (CDS), Magalhães Mota (ASDI), Amadeu Pires (PS), António Gonzalez (Indep.), Octávio Cunha (UEDS), Meireles Barros (CDS), Guido Rodrigues (PSD), Carlos Lage Eurico Correia e José Lello (PS).

Encerrou o debate, em nome do partido interpelante, O Sr. Deputado António Redol (MDP/CDE), e, em nome do Governo, o Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos).

O Sr. Presidente encerrou a sessão era 1 hora e 20 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Henrique N. Conceição.
Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Manuel Avelino.
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Alexandre Monteiro António.
Almerindo da Silva Marques.
Amadeu Augusto Pires.
Américo Albino da Silva Salteiro.
António Cândido Miranda Macedo.
António da Costa.
António Domingues Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura
António Gonçalves Janeiro.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António José Santos Meira.
António Manuel do Carmo Saleiro.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Belmiro Moita da Costa.
Bento Gonçalves da Cruz.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Luís Filipe Gracias.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Edmundo Pedro.
Eurico Faustino Correia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Fradinho Lopes.
Fernando Henriques Lopes.
Francisco Augusto Sá Morais Rodrigues.

Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Lima Monteiro.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Frederico Augusto Händel de Oliveira
 Gaspar Miranda Teixeira.
 Gil da Conceição Palmeiro Romão.
 Hermínio Martins de Oliveira.
 João de Almeida Eliseu.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João do Nascimento Gama Guerra
 João Luís Duarte Fernandes.
 Joel Maria da Silva Ferro.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Leitão Ribeiro Arenga.
 Jorge Alberto Santos Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.
 José de Almeida Valente.
 José António Borja S. dos Reis Borges.
 José Augusto Filhol Guimarães.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos Pinto Basto Torres.
 José da Cunha e Sá.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Luís Diogo Preza.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Nunes Ambrósio.
 José Manuel Torres Couto.
 José Maria Roque Lino.
 José Martins Pires.
 José Maximiano Almeida Leitão.
 Juvenal Baptista Ribeiro.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Litério da Cruz Monteiro.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel Filipe Santos Loureiro.
 Manuel Fontes Orvalho.
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Maria Ângela Duarte Correia.
 Maria da Conceição Pinto Quintas
 Maria Helena Valente Rosa.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Maria Margarida Ferreira Marques.
 Nelson Pereira Ramos.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Rogério da Conceição Serafim Martins.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Rui Monteiro Picciuchi.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Anacleto da Silva Batista.
 Abílio Mesquita Araújo Guedes.

Agostinho Correia Branquinho.
 Amadeu Vasconcelos Matias.
 Amândio S. Domingues Basto Oliveira.
 António Abílio Costa.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes
 António Nascimento Machado Lourenço.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Maurício Fernando Salgueiro.
 João Pedro de Barros.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.
 José Adriano Gago Vitorino.
 Joaquim dos Santos Pereira Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Valério do Couto.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 José Silva Domingos.
 José Vargas Bulcão.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires Raimundo.
 Mário Martins Adegas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço.
 António Guilherme Branco Gonzalez.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.

Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Manuel Costa Fernandes.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Júlio Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Lino Paz Paulo Bicho.
 Manoel Gaspar Cardoso Martins.
 Maria Luísa Mesquita Cachado.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Paulo Simões Areosa Feio.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
 Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.
 António Gomes de Pinho.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Horácio Alves Marçal.
 João António de Moraes Silva Leitão.
 João Gomes de Abreu Lima.
 João Lopes Porto.
 José Augusto Gama.
 José Henrique Meireles de Barros.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Miguel Anacoreta Correia.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Jorge Forte Goes.
 Narana Sinai Coissoró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Mota Redol.
 António Monteiro Taborda.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 António Poppe Lopes Cardoso.

João Paulo Oliveira.
 Octávio Luís Ribeiro da Cunha.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Ruben José de Almeida Raposo.

O Sr. Presidente: — Verifica-se que, apesar de irmos iniciar um debate energético, a Assembleia inicia-o com pouca energia.

Srs. Deputados, este debate sobre política energética consiste numa interpelação, do MDP/CDE, sobre a política geral do Governo centrada sobre a metodologia adoptada para preparar uma decisão perante a opção nuclear ...

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, fomos surpreendidos, assim como, penso, todos os deputados desta Assembleia, pelo desastre que hoje terá ocorrido no Norte do País, perto do Porto.

Dada a gravidade das notícias que nos vão chegando e dado o facto de não termos uma confirmação exacta da extensão desse acidente, desejávamos propor ao Sr. Presidente da Assembleia que contactasse as autoridades do Norte do País para que tenhamos uma informação correcta sobre a extensão e a gravidade do mesmo e que, à medida que houvesse informações correctas e seguras, os deputados pudessem ser informados.

Era esta a questão que eu queria levantar, Sr. Presidente.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, peço também a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, o Partido Social-Democrata vai entregar na Mesa um requerimento no sentido de solicitar ao Governo que abra, de imediato, um inquérito às circunstâncias pelas quais ocorreu este tão grave acidente e também solicitamos ao Sr. Presidente que, talvez depois do intervalo para o almoço, se apresentasse e se votasse um voto de pesar pela grave ocorrência.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — É para manifestar a concordância por parte da minha bancada em relação à sugestão feita pelo Sr. Deputado José Vitorino para que, muito embora a sessão de hoje esteja inteiramente reservada ao debate da interpelação feita pelo MDP/CDE, a Mesa providenciasse no

sentido de reservar um espaço da sessão — espaço esse curto, necessariamente, porque não precisa de ser longo para ser expressivo — a fim de votarmos um voto de pesar, consoante as informações que viermos a obter sobre o assunto.

O Sr. Paulo Barral (PS): — Peço também a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Barral (PS): — Sr. Presidente, é para dizermos que corroboramos inteiramente com o que nos foi proposto pelo PSD, agora pelo CDS e também pelo PCP.

O Partido Socialista associar-se-á sempre, em circunstâncias deste tipo, a um voto de pesar que esta Câmara entenda manifestar.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, pedi a palavra para, em nome do MDP/CDE — hoje o partido interpelante —, dizer que estaremos na disponibilidade de a Mesa verificar a altura própria a fim de ser discutido o requerimento já anunciado e o MDP/CDE associar-se-á, naturalmente, a ele.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa, em particular o Presidente neste momento em exercício, tem todo o interesse em informar-se sobre o assunto que acabam de levantar e em tomar até a iniciativa de elaborar um voto sobre esse infiusto acontecimento.

Sem dúvida que é necessário recolher informações e fá-lo-emos durante a manhã, na devida altura. Podemos reservar um período da sessão de hoje para abordarmos esse assunto tão dramático.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar a interpelação, cabendo ao MDP/CDE, neste período de abertura o tempo de 45 minutos e ao Governo igual período de tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, trata-se de uma interpelação ao Governo sobre problemas de energia, designadamente de energia nuclear.

Queria perguntar à Mesa e ao Governo se não estará presente o Sr. Primeiro-Ministro, como representante máximo do Governo, assim como os Srs. Ministro da Qualidade de Vida e das Finanças e do Plano, que estão relacionados directamente com o assunto.

Se for necessário, estaremos na disposição de esperar que estas entidades cheguem ao hemicírculo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Taborda, com certeza que o Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares quer dar uma explicação.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos): — Vou dar a explicação que tenho, ou seja, a de que o Sr. Primeiro-Ministro virá

tão depressa quanto possível. Neste momento está retido por trabalhos urgentes. Quanto aos Srs. Ministros das Finanças e do Plano e da Qualidade de Vida está previsto estarem presentes.

De qualquer modo, se não tiverem tido o prazer de ouvir a intervenção inicial do MDP/CDE, terão depois certamente oportunidade de lê-la.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro Almeida Santos.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Taborda, para uma intervenção.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao requerer a presente interpelação ao Governo sobre a metodologia adoptada para preparar uma decisão quanto à opção nuclear, o MDP/CDE teve especial preocupação de provocar um debate público sobre a questão nuclear, trazer à luz do dia o que pensam as diferentes forças e correntes políticas e Governo sobre a questão e genericamente sobre, também, o problema da energia em Portugal.

Porque a questão nuclear é uma questão que diz respeito a todos nós cidadãos deste País, devemos ser todos a debatê-la e a carrear elementos para uma decisão conscientiosa.

Em democracia, os processos têm de ser transparentes e as tomadas de decisão em questões importantes como esta têm de resultar de um consenso alargado e não podem ficar sujeitas às flutuações políticas ou das pessoas que ocupam as pastas ministeriais.

A questão nuclear pode afectar directamente todos e cada um de nós, o que obriga a que ela não fique circunscrita no silêncio dos gabinetes ou sujeita às pressões de corredor dos poderosos *lobies* nucleares.

E é, também, para defesa dos que estão sujeitos a estas pressões que o diálogo e o debate aberto, que esperamos seja esta interpelação, sirva, como vai servir, estamos certos, os interesses de todo o povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A utilização da energia nuclear é um assunto muito complexo que engloba diferentes aspectos científicos, tecnológicos, industriais, económicos, financeiros, de segurança, ecológicos, sociológicos e políticos.

A descoberta da reacção nuclear constituiu uma aquisição científica muito importante, tendo sido acompanhada de um quadro teórico desenvolvido pelos físicos mais eminentes do nosso século.

Contudo, dezenas de anos após a sua descoberta, a investigação continua a desenvolver-se e a procurar resolver questões que não têm ainda uma solução satisfatória.

A produção concentrada de radioactividade constitui o problema mais delicado, não sendo ainda suficientemente conhecido o seu efeito destruidor sobre os materiais e sobre as células vivas.

Essa circunstância obriga à realização de uma investigação intensa. Apesar do esforço realizado, muitos problemas não encontraram solução satisfatória, novos problemas têm vindo a surgir, alguns dos quais considerados muito improváveis.

A degradação dos equipamentos tem sido, em alguns casos, mais precoce e mais intensa do que se esperava,

obrigando à sua substituição e carreando novos e pesados encargos.

No domínio industrial, as dificuldades não têm sido menores, com deficiente resposta em vários aspectos, com dificuldades organizativas e de coordenação, com problemas laborais, com uma grande crise de encomendas.

No aspecto económico e financeiro, que desenvolveremos adiante com mais pormenor, destacam-se o enorme crescimento dos custos das centrais nucleares, o avultado montante do investimento — um programa nuclear constituirá o maior investimento jamais realizado em Portugal. Destacam-se ainda os atrasos de construção, os quais, conjugados com os factores anteriores, trazem grandes dificuldades financeiras às empresas de electricidade envolvidas, algumas das quais se abeiraram da falência. Para fugir a essa situação extrema, algumas delas cancelam ou adiam os programas nucleares.

Quanto à segurança, não têm deixado de crescer as exigências. Multiplicam-se equipamentos, estudam-se todos os mecanismos possíveis de acidente, procurando dar-se-lhes respostas adequadas. Este domínio é um dos mais polémicos, um daqueles em que as respostas da ciência são menos definitivas, gerando diferentes perspectivas.

Os efeitos das radiações sobre as células vivas ainda não são bem conhecidos, os biólogos não são unânimes, em especial no que respeita à definição dos níveis de dose considerados inofensivos.

Por isso, os estudos realizados neste domínio têm tempo de vida normalmente muito precário.

Os estudos do domínio ecológico enfermam da mesma característica.

Os estudos de sítio para centrais nucleares são muito complexos e recorrem a numerosas ciências exactas e outras menos exactas, chegando a resultados que não raras vezes se alteram com o tempo.

A característica invisível das radiações, o seu efeito destruidor, prolongado no tempo, cria receios nas populações, quando não a rejeição da energia nuclear. Estes aspectos não podem deixar de ser ponderados numa apreciação global da problemática nuclear.

Para além destas questões surgem muitas outras.

A falta de encomendas faz com que os países construtores de grupos nucleares exerçam pressão sobre os países menos evoluídos para enveredarem pela via nuclear. Em alguns casos, a garantia de encomendas é trocada pelo apoio político necessário a certas iniciativas desses países menos evoluídos na arena internacional.

Noutras circunstâncias, as pressões para que um país pequeno aceite a opção nuclear prendem-se com a maior dependência a que um país ou área dominante pretende colocar aquele.

Por outro lado, sabe-se quanto a opção nuclear é uma questão que divide os Portugueses, não existindo qualquer unanimidade entre os técnicos, entre os intelectuais, entre os cidadãos e, dentro dos próprios partidos, as posições são, por vezes, muito disperas. Estão a favor pessoas, também, de todos os partidos. Entre os que encaram a tecnologia como uma alternativa a estudar, mas que a consideram inconveniente para o país neste momento, há também pessoas de todos os partidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Num contexto nacional em que já há matéria

de sobra para dividir os Portugueses, porquê pretender introduzir mais um factor de perturbação? Porquê introduzir uma questão que tem provocado em todos os países reacções emocionais tão fortes que têm conduzido a acções de violência, como nunca se assistiu na discussão de outros problemas?

Os aspectos políticos adquirem um peso muito importante nesta questão.

A instalação de reactores nucleares gera uma grande dependência de um país industrialmente atrasado em relação à empresa construtiva, tanto na fase de construção, como na de exploração.

O fornecimento das cargas de combustíveis é normalmente da responsabilidade do construtor. Conhecem-se significativos casos de imposição de condições aos países clientes para que o combustível seja fornecido. Mesmo que o país disponha de urânio, tem de processar-se o enriquecimento deste, quando se trata de reactores PWR ou BWR.

A escolha do fornecedor de reactores é, assim, uma opção declaradamente política, que significa um compromisso com a área política fornecedora.

Interessa ainda referir a oposição à instalação de centrais nucleares que se tem observado nos países com programas nucleares mais intensos, o que tem conduzido ao refreamento desses programas e ao deferimento *sine die* da decisão de construção e até de exploração de centrais já concluídas. Existem organizações antinucleares fortes que desenvolvem campanhas públicas intensas, cuja acção tem obrigado a repensar certas questões. Elas encarnam a vaga de fundo que recebe as novas tecnologias e com que é necessário contar.

Interessa aqui relembrar os graves confrontos entre grupos antinucleares e forças policiais na RFA, em França e outros países, as acções terroristas contra a central nuclear de Lemoniz e a morte de trabalhadores dessa central, em Espanha, as acções de sabotagem na central nuclear de Keberg, na África do Sul, as acções contra instalações da EDF e do seu director-geral, as bombas colocadas nas centrais francesas de Fessenheim e Monts d'Arrées e em instalações da Framatome.

Por outro lado, a hipótese de sabotagem é considerada no projecto de centrais nucleares, estabelecendo-se mecanismos de segurança internos e externos às centrais nos períodos de construção e de exploração. Em alguns países, tem-se mesmo estudado a acção sobre as centrais de projéctiles de armas de fogo de calibre apreciável, mas de fácil transporte.

Estudam-se também os mecanismos de desvios de materiais radioactivos durante o seu transporte e os da sua protecção.

Uma central tende a ser um verdadeiro *bunker*, como se um qualquer ditador vivesse no seu interior comandando um Estado policial.

Por tudo isto, a inserção deste complexo numa estrutura económica, social e cultural é difícil, gerando, por vezes, fenómenos de rejeição.

Note-se, porém, que todo este complexo não vem resolver os problemas energéticos do país.

A contribuição do nuclear para o consumo total de energia útil do país não será mais do que cerca de 10 % no ano de 2010.

Mais importante é o montante energético despendido nos transportes e também na indústria. A racionalização dos consumos nestes sectores, e também nos consumos domésticos, poderá ter uma importância

maior na nossa problemática energética do que o nuclear.

O urânio português é pouco. Dará apenas para alimentar 2 reactores da dimensão que está a ser considerada durante a sua vida útil, quando o PEN considera 6 a 11 reactores até ao ano de 2010.

Além disso, o urânio corresponde a uma percentagem muito pequena do custo final do kWh produzido: cerca de 7 % a 8 %.

Muita gente pensa que os problemas das secas ficariam resolvidos com os reactores nucleares. Nada mais enganador.

Em primeiro lugar, os problemas que se verificaram em Portugal em 1976 e em 1981-1982 resultaram não da seca em si, mas dos atrasos de entrada em serviço de centrais termoeléctricas e também das baixas disponibilidades do equipamento. O sistema produtor de energia eléctrica é dimensionado em Portugal para responder mesmo aos anos hidrológicos secos e, nos anos extremamente secos, uma pequena importação resolveria o problema.

O nuclear, portanto, não vem resolver esse problema. Até pelo contrário. Atendendo à experiência de atrasos de construção, o que não aconteceria em Portugal?

Neste aspecto, os grupos termoeléctricos convencionais darão muito menos problemas, dada a experiência que já se adquiriu na sua construção e na sua menor complexidade.

O nosso país depende em cerca de 90 % da importação de energia, correspondendo cerca de 80 % ao petróleo, o qual constitui, em escudos despendidos, cerca de um quarto das nossas importações.

O consumo energético por unidade de produto interno bruto é em Portugal dos mais elevados dos países do OCDE e tem crescido nos últimos anos, enquanto nestes países tem decrescido.

De facto, nestes países tem-se realizado um esforço enorme de racionalização do consumo energético e também de menor dependência do petróleo.

Portugal continua a ter um consumo energético *per capita* que é cerca de um quarto a um sexto dos países europeus mais desenvolvidos e cerca de metade da Espanha e da Grécia.

Quer dizer, a opção nuclear não só não vem resolver nenhum dos mais importantes problemas energéticos do país, como poderá ainda agravá-los mais.

Desde o fim dos anos 40 que se vem estudando, de forma sistemática e institucionalizada, a energia nuclear em Portugal, com a constituição em 1949 da Comissão de Energia Atómica.

Com a constituição da Junta de Energia Nuclear em 1954, a investigação neste sector recebeu novo impulso, encarregando-se também este organismo da campanha de prospecção de urânio realizada entre 1955 e 1960, da extração de minério e da produção do concentrado de urânio.

Numerosos estudos foram realizados por esta entidade, pela companhia portuguesa de indústrias nucleares e pelas empresas produtoras de electricidade.

Em meados dos anos 70, considerou-se a probabilidade de instalação de uma central em Ferrel, perto de Peniche.

Em 1977, continuando a encarar-se essa hipótese, o I Governo Constitucional encarregou uma comissão técnica de elaborar o Livro Branco sobre centrais nu-

cleares em Portugal, o qual concluiu não haver urgência em tomar uma decisão sobre o assunto.

Em 1981, o VII Governo Constitucional determinou a realização do Plano Energético Nacional, do qual se elaborou a designada «versão 1982».

Esse estudo constitui um trabalho muito importante pela metodologia utilizada, pelo volume de dados considerados, pelo esforço de sistematização realizado. Constituindo um instrumento de grande importância, os seus resultados não podem, contudo, ser considerados de maneira absoluta. Eles são o resultado do próprio modelo utilizado e dos dados introduzidos. Têm a relatividade que caracteriza qualquer estudo que tente desvendar os segredos do futuro.

Em 1984 procedeu-se à revisão deste estudo.

Em certas hipóteses de crescimento dos consumos de energia eléctrica, concluiu-se que o primeiro grupo nuclear apenas seria necessário no início do próximo século, pelo que uma decisão pela opção nuclear poderá ser tomada apenas em 1990.

Poderá alguém pensar, pois, que esta interpelação pode estar prejudicada por esta conclusão dos técnicos que elaboraram a revisão do PEN.

Todavia, não existe a garantia de que, tal como na «versão 1982», os resultados não sejam distorcidos à vontade dos nuclearistas do Ministério da Indústria e Energia.

Mesmo que assim não seja e um adiamento seja decidido, os estudos sobre a utilização da energia nuclear têm de prosseguir, aumentando mesmo as áreas abrangidas, de modo a apetrechar o país para decidir os técnicos existentes, com experiência de alguns anos e com uma formação obtida no trabalho e nos contactos internacionais.

Por outro lado, é importante que sejam debatidos publicamente todos os dados do problema, o que até aqui não tem acontecido e um bom local é este Parlamento, apetrechando o Governo com elementos para uma tomada de decisão. O Governo tem de informar o país do resultado dos estudos que estão a ser realizados e que derivam das conclusões do PEN.

O Sr. Presidente: — Ainda no período de abertura da interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Redol.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na versão de 1982 do Plano Energético Nacional (PEN) apresenta-se um custo do kilowatt-hora de origem nuclear inferior ao obtido pela via carvão.

Apesar da prudente afirmação do próprio PEN de que essa conclusão só é verdadeira no quadro dos indicadores económicos considerados, apressaram-se os nuclearistas a tirar partido daqueles resultados, procurando convencer o país de que a energia eléctrica de origem nuclear é a mais barata.

O que se verifica é que os indicadores económicos tomados no PEN são na realidade sistematicamente favoráveis ao nuclear.

Assim, para o investimento de um grupo nuclear de 950 MW para 1981 estabeleceu o PEN um custo que é cerca de 16 % mais baixo do que os valores obtidos com base em várias fontes americanas e europeias, entre as quais um estudo para a EDP realizado por um conhecido consultor internacional e o Livro Branco sobre centrais nucleares.

Informações posteriores colhidas em documentos da Agência Internacional de Energia Atómica permitem confirmar esta nossa constatação.

Em contrapartida, para grupos a carvão de uma dimensão de 300 MW, idênticos aos que estão a ser construídos em Sines, foi estabelecido pelo PEN um custo para 1980 que é substancialmente superior aos valores internacionais naquele mesmo ano. Se a própria EDP já detectava que, em 1980, o custo dos grupos de Sines era 20 % mais elevado do que os do mercado internacional, no PEN tomou-se um valor ainda mais elevado em 8 %, de tal modo que o custo considerado naquele estudo foi de cerca de 30 % superior aos do mercado internacional.

Contudo, foi para o custo do carvão importado que a versão de 1982 do PEN tomou valores mais afastados da realidade.

Assim, para o carvão importado colocado numa central, considerando o preço médio FOB nos fornecedores, adicionado dos encargos em transporte marítimo, descarga no porto e transporte até à central, tomou-se um preço de US \$82/t, em 1980. Ora, tendo em conta as cotações internacionais do carvão para centrais termoeléctricas vigentes nesse ano, todos os outros componentes indicados e ainda o custo do transporte, em Sines, para barcos mais pequenos que conduzissem o combustível até uma central situada algures ao Norte de Sines, o preço do carvão não vai além de US \$60/t. Este mesmo valor era o considerado pela EDP nos seus estudos de planeamento. Quer dizer, o preço adoptado para o carvão importado foi perto de 40 % mais elevado do que o vigente no mercado internacional no mesmo ano.

Os preços do carvão para centrais termoeléctricas atingiram o seu auge em finais de 1982, com uma queda quase na vertical a partir de então. Entre aquela data e meados de 1983 a descida do preço atingiu quase 40 %. Esta descida foi muito maior do que o decréscimo do preço da rama petrolífera de referência, o Arabian Light, de US \$32/bbl para US \$29/bbl.

Este decréscimo de preço do carvão deve-se não só à estagnação do crescimento económico nos países mais evoluídos, como à retoma dos fornecimentos polacos.

Também o preço do concentrado de urânio sofreu um grande decréscimo no mercado mundial. De cerca de US \$44/lb (lb = libra = 0,454 gramas), nos finais dos anos 70 caiu para cerca de US \$22/lb no início dos anos 80. Esta grande queda deveu-se não a uma quebra da procura, mas ao grande desequilíbrio entre a procura e a oferta. Esta última, a oferta, viu as suas expectativas iludidas. De facto, esperando-se um grande aumento do recurso ao urânio, após o choque petrolífero de 1984, abriram-se numerosas novas minas, com pesados encargos de investimento.

No entanto, esse grande aumento da procura não se verificou.

Será interessante dizer que as previsões que hoje se fazem quanto à potência nuclear instalada no mundo do final do século apontam para um quarto a um quinto do que se previa em 1975.

O PEN tomou para preço do urânio precisamente aquele valor que atingiu numa fase depressiva, enquanto para o carvão um preço muito superior ao que atingiu numa fase expansiva.

Em suma, na versão de 1982 do PEN tomaram-se sistematicamente custos favoráveis ao nuclear.

Um outro parâmetro interessa considerar pelo peso decisivo que tem na comparação das duas vias. Trata-se do coeficiente ou taxa de disponibilidade, que mede a energia que um centro produtor de energia eléctrica é capaz de fornecer, descontada a energia perdida por paragens, devido a avarias e a trabalhos de manutenção. A disponibilidade é um parâmetro muito importante para o nuclear. Uma disponibilidade baixa dá cabo da sua competitividade económica.

No PEN de 1982 tomou-se para os grupos nucleares de 950 MW uma disponibilidade de 72 % e para os grupos a carvão de 70 %.

A experiência internacional mostra para aqueles grupos nucleares uma disponibilidade média ligeiramente inferior a 60 %. Para os grupos convencionais de cerca de 300 MW a carvão, a experiência europeia e americana aponta para 75 %.

Quer dizer, para o nuclear, o PEN tomou 72 %, quando a experiência internacional aponta para menos de 60 %; para o carvão tomou 72 %, quando a experiência internacional aponta para 75 %. Mais uma vez se favoreceu a opção nuclear.

Neste domínio das disponibilidades, outra questão tem de ser levantada e a situação portuguesa é pior do que a internacional.

Os grupos a fuelóleo do Carregado, os grupos a carvão e fuelóleo da Tapada do Outeiro e os grupos a fuelóleo de Setúbal apresentaram disponibilidades da ordem dos 60 % em média, no período de 1975-1982, quando estas centrais foram intensamente solicitadas. Em 1981 e 1982 as disponibilidades do Carregado não foram mesmo além de 50 %-52 %.

Nestas circunstâncias, se em Portugal as disponibilidades são francamente inferiores às europeias e americanas — 60 % contra quase 80 % —, como pode o PEN considerar valores mais favoráveis para o nuclear no nosso país do que o indica a média internacional?

Procurando corrigir todas as anomalias apontadas realizámos, a preços de 1983, um estudo comparativo nuclear/carvão, utilizando a metodologia habitual nestas comparações. Os resultados deste trabalho foram publicados oportunamente e os Srs. Deputados irão receber esse documento, que tem a designação G.

Tomámos custos das centrais, que hoje nos parecem ainda ajustados à realidade, embora talvez ligeiramente baixos para o nuclear, tendo em conta os valores da Agência Internacional de Energia Atómica e talvez um pouco altos para o carvão, atendendo à experiência recente portuguesa.

Para o carvão importado, usámos um valor que pode ser considerado alto. Também para o urânio o preço usado terá sido um pouco alto. Mas, neste nosso estudo, os resultados mostram que o preço do kilowatt/hora nuclear é da mesma ordem de grandeza do obtido por via carvão, e, nalgumas hipóteses, é mesmo um pouco superior.

Aliás, esta conclusão não é inédita em Portugal. Estudos da Companhia Portuguesa de Electricidade de 1970 concluem de maneira idêntica, verificando-se o mesmo no livro intitulado *O que é a energia nuclear — Oportunidade em Portugal*, publicado em finais de 1978. Também o livro branco sobre centrais nucleares, de iniciativa do Governo do Partido Socia-

lista e completado em 1977, chega a resultados semelhantes. Idênticas conclusões tiram numerosos trabalhos realizados em diferentes países.

Nos EUA firmas de consultadoria, trabalhando para empresas de electricidade privadas, têm chegado nos últimos anos a resultados idênticos. O próprio Department of Energy, apostado no nuclear, reconhece a perda de competitividade da energia nuclear.

A Tennessee Valley Authority, uma das maiores empresas de electricidade americanas, apresentou na Conferência de 1982 da Agência Internacional de Energia Atómica um estudo em que mostra o grande aumento do custo do kilowatt/hora nuclear e a aproximação do carvão. E, note-se, nesse estudo aquela empresa considera uma disponibilidade de 68 % para os grupos nucleares e para os grupos a carvão, quando a experiência dos seus próprios grupos nucleares desta empresa, já em regime de cruzeiro, portanto ao fim de alguns anos de serviço, se fica apenas pela média de 55 %.

Também na Grã-Bretanha a CEGB (empresa pública de electricidade), embora apontasse há alguns anos vantagem do nuclear, hoje reconhece que a situação se alterou, continuando todavia a prever uma melhoria para o nuclear no futuro.

Neste país, uma comissão presidida por um técnico de reconhecida competência, ex-responsável no Ministério da Energia, Sir Kelvin Spencer, obteve resultados muito diferentes dos CEGB, indicando uma clara perda de competitividade da energia nuclear. Contudo, algumas empresas de electricidade, nomeadamente a EDF — francesa —, continuam a apresentar valores favoráveis ao nuclear, comparativamente ao carvão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Um aspecto importante que não está a ser estudado convenientemente pelo Ministério da Indústria e Energia é o financeiro.

Quando realizámos o estudo anteriormente referido, o custo de um grupo nuclear de 950 MW remontava a 250 milhões de contos, a preços constantes de 1983, incluindo já os encargos financeiros, ou juros, durante o período de construção, supondo-se com optimismo que este prazo seria de cerca de 7 anos e que as taxas de juro baixariam para 25 % em 1985 e assim sucessivamente até 15 % em 1989, mantendo-se neste nível nos anos seguintes.

Porém, a preços constantes de início deste ano, 1984, aquele valor sobe para 350 milhões de contos, atendendo à desvalorização do escudo em relação ao dólar, entretanto verificada. Mas se se optasse pela alternativa do carvão, o investimento em três grupos a carvão que perfizessem a mesma potência de 950 MW seria apenas de 180 milhões de contos.

Esta diferença de investimentos corresponde ao investimento de 4 a 6 aproveitamentos hidroeléctricos por construir, a preços de 1983, e, no sector da habitação, ao custo de cerca de 40 000 a 50 000 fogos.

Contudo, se tomarmos o custo médio do investimento nuclear apresentado pela Agência Internacional de Energia Atómica, em 1982, aquele valor aproxima-se dos 400 milhões de contos ou pode mesmo ultrapassá-lo. Evidentemente que a preços correntes estes valores seriam muito maiores, pois o crescimento dos preços (a inflação) vai-se acumulando e os juros também. Por isso, o período de construção, isto é, o tempo que decorre entre as primeiras encomendas de

equipamentos e a ligação à rede é um indicador tão importante.

Em França, este período tem sido de cerca de 6,5 anos, mas nos EUA já atingiu 9 anos e pode mesmo crescer. Noutros países, como a Espanha, por exemplo, especialmente nos menos desenvolvidos, também se aponta para valores desta ordem de grandeza.

O período de 7 anos que tomámos para Portugal no estudo referido é, portanto, bastante optimista. O PEN tomou 8 anos.

No entanto, há vários grupos nucleares nos EUA que têm já 9 anos de atraso em relação à data prevista para entrarem em serviço e estima-se que vão custar cerca de 10 vezes mais do que o inicialmente previsto, e, em 2 casos, 15 e 16 vezes mais. Se uma situação destas acontecesse em Portugal podemos adivinhar o que significaria. A verdade, Srs. Deputados, é que situações destas são frequentes.

Um estudo do Department of Energy dos EUA indica que de 47 grupos nucleares estudados 36 apresentavam um custo final pelo menos 2 vezes superior ao inicialmente previsto e, destes 36 grupos, 13 apresentavam um custo final pelo menos 4 vezes superior.

Os custos dos grupos nucleares têm crescido muito. Ainda nos EUA, onde estes estudos são mais sistemáticos, um kilowatt instalado custava, a preços de 1967, cerca de 100 dólares, sem juros. Em 1980 custava 10 vezes mais. Nos 2 casos tratava-se de grupos da mesma dimensão. Contudo, se se considerar a inflação e os juros, o custo de 1967 vem multiplicado por 24. Isto significa que a preços constantes e sem juros o aumento anual foi de cerca de 12 %, sendo de 10 % nos anos mais recentes. São responsáveis por estes aumentos as maiores exigências de segurança, os maiores prazos de construção, o aperfeiçoamento técnico e, evidentemente, o aumento da inflação e das taxas de juro.

É por estas razões que as empresas que enveredaram por programas nucleares se encontram com grandes dificuldades financeiras. Um dos casos mais conhecidos é o da EDF, desde há alguns anos, e também as empresas espanholas. Nos EUA algumas empresas estão à beira da falência e a Washington Public Power Supply System encontra-se em situação de falência técnica, tendo deixado de satisfazer os seus compromissos. A Consumers Power Co. despende 1 milhão de dólares por dia em juros e tem uma dívida a longo prazo que ultrapassa o capital social em 1000 milhões de dólares. A Long Island Co., de Nova Iorque, também despende 1 milhão de dólares por dia em juros. Salienta-se que estas empresas americanas não têm programas nucleares muito grandes.

Citámos apenas algumas das dificuldades conhecidas, mas muitas outras se poderiam juntar.

O que poderá então acontecer à EDP com um programa como o previsto no PEN?

Note-se que o PEN aponta para a construção de 6 a 11 grupos nucleares. No segundo caso, iniciar-se-ia a construção de um grupo de 2 em 2 anos e no primeiro caso de 3 em 3 anos.

No caso de se iniciar a construção de um grupo de 2 em 2 anos só no ano em que o primeiro grupo entrasse em serviço a EDP teria de investir cerca de 210 milhões de contos, a preços de 1984, pois 3 grupos se sobreporiam em construção simultânea.

Na alternativa do carvão aquele mesmo valor seria de apenas 40 milhões de contos, pois, além dos grupos a carvão serem mais baratos, podem começar a construir-se mais tarde, por terem um prazo de construção mais curto (tomámos 6 anos) e por poder desfasar-se de maneira mais vantajosa o início de construção de cada grupo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vejamos o que significa um investimento de 350 milhões de contos num grupo nuclear de 950 MW. Significam cerca de 12,5 % do produto interno bruto de 1984, estimado nas grandes opções do Plano. Seria o maior investimento jamais realizado pelo País. Os 6 grupos de um programa nuclear mínimo constituiriam um investimento superior à dívida externa actual.

Nos estudos referentes aos programas nucleares em cada país é usual comparar o investimento nuclear a realizar ano a ano com o respectivo produto interno bruto. Tem-se considerado, então, que esse investimento não deve ultrapassar 1 % deste produto.

Em Portugal, porém, supondo a evolução do PIB tomada no PEN, verifica-se que, no ano de entrada em serviço do primeiro grupo nuclear, aquela percentagem atinge 3,5 % no caso do Cenário A e 2,5 % no caso do Cenário B, considerando os investimentos nas centrais e no primeiro núcleo de combustível, mas ignorando os investimentos a realizar nas indústrias metalo-mecânica, de construção civil e de produção de urânio, para poderem responder, na justa medida nacional, ao programa nuclear.

Como se vê, as percentagens obtidas são muito superiores ao máximo considerado aceitável.

Em contrapartida, para a alternativa do carvão, aquela percentagem é exactamente de 1 %, ignorando os investimentos no transporte marítimo e na descarga de carvão.

Se se acrescentarem a estes os outros investimentos que a EDP tem de realizar nos empreendimentos hidroeléctricos, na rede de transporte e distribuição, podemos avaliar do enorme peso que o investimento do sector de energia eléctrica teria no País se fosse tomada a breve prazo uma decisão favorável à opção nuclear.

Será que um investimento deste montante se coaduna com a actual situação de dificuldades financeiras do País e com a evolução previsível para os próximos anos? Será coerente com a actual prática de contracção do investimento?

E relativamente à EDP, Srs. Deputados?

350 milhões de contos constituem um montante que é da ordem de grandeza do imobilizado da EDP, actualizado a finais de 1982, que é de 370 milhões de contos, segundo o Plano de Produção e de Investimento desta empresa para 1984. Quer dizer, o valor de dezenas de aproveitamentos hidroeléctricos e 6 centrais termoeléctricas, totalizando 4600 MW, e de toda a rede de transporte e distribuição, tudo reavaliado em fins de 1982, é da mesma ordem de grandeza do custo de um só grupo nuclear de 950 MW.

É um enorme investimento para a EDP. Maior será se considerarmos todo o programa nuclear previsto no PEN.

Esta empresa tem sido sujeita a limites de crédito interno que a têm obrigado a recorrer ao mercado externo em cerca de 60 % do seu financiamento e a

protelar o lançamento de aproveitamentos hidroeléctricos. Será para investimento num programa nuclear (de muito menor componente nacional) que o crédito interno se vai abrir? Ou vai a EDP ter de recorrer ainda mais intensamente ao mercado financeiro externo? Pretende o Sr. Ministro da Indústria e Energia ser responsável por um mau investimento de uma empresa pública? Se na sua opinião as empresas públicas realizaram 200 milhões de contos de maus investimentos, não receia ser agora responsável por um mau investimento inúmeras vezes superior?

O estudo destes problemas não tem estado a ser realizado, embora pensemos que é neste domínio que se encontra a maior dificuldade de introdução da energia nuclear no nosso país.

O montante a despesar em dívidas com um tal empreendimento merece ainda a nossa atenção.

O grau de participação nacional, medido pelo pagamento em escudos, que se tem verificado na construção de centrais termoeléctricas atingiu 80 % nos últimos anos. A esse valor em escudos corresponde, contudo, um certo montante de importações indirectas. Assim, a participação nacional real andará à volta de 55 % nos grupos a carvão, se se descontarem estas importações indirectas.

Quanto aos grupos nucleares, as estimativas têm variado à volta de 50 %. Considerando 50 %, a participação nacional real poderá ser da ordem dos 55 %, se se descontarem as importações indirectas.

Nesse caso, o dispêndio em divisas seria de cerca de 230 milhões de contos, no caso de um grupo nuclear, e de 80 milhões de contos no caso de 3 grupos a carvão, contabilizando encargos financeiros e a preços de 1984. Repito: 230 milhões de contos contra 80 milhões de contos em divisas. Numa fase da vida do País em que a dívida externa é tão elevada e, segundo as previsões, ainda se manterá elevada durante alguns anos, ou mesmo crescerá, será de nos comparamos com um empreendimento que se caracteriza por uma tão forte componente externa?

Não temos conhecimento de que o Ministério da Indústria e Energia esteja a realizar estudos neste domínio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na sequência do PEN, o Governo anterior determinou a realização de certos estudos no domínio da energia nuclear através do Despacho n.º 22/83.

Concordamos com a realização deste tipo de estudos, pois consideramos que eles são complemento imprescindível do PEN.

Existem, todavia, duas ordens de questões a levantar:

- a) Estes estudos são insuficientes para preparar uma decisão relativa à opção nuclear, quer seja positiva, quer seja negativa. A complexidade da problemática nuclear e a malha de relações que se estabelece com outros sectores energéticos e não energéticos e com inúmeras comunidades de diferentes sensibilidades requerem a realização de muitos estudos, que não foram contemplados;
- b) Os prazos fixados pelo Despacho n.º 22/83 são extremamente curtos para se poder realizar um estudo sério e de qualidade, do mesmo nível do próprio PEN.

Aquele despacho não é da responsabilidade do actual Governo. Mas desde a sua tomada de posse já houve tempo suficiente para o corrigir e alargar o seu âmbito.

Entre os trabalhos a realizar e que não foram contemplados naquele desapcho, consideramos imprescindível a actualização da estimativa dos recursos nacionais de urânio e a prospecção em áreas do território nacional ainda não abrangidas e que apresentem potencialidades. Convém recordar que a última grande campanha de prospecção foi concluída no fim da década de 50.

Os recursos de urânio considerados razoavelmente assegurados dão para abastecer 2 reactores de 950 MW durante toda a sua vida útil. Ora o PEN prevê 6 a 11 reactores. 10 a 15 anos depois da entrada em serviço do primeiro reactor nuclear o urânio português estaria esgotado. Como se vê, o próprio PEN destrói a ilusão de independência do País em termos de combustível, resultante da adopção de um programa nuclear. E o mais grave é que os recursos mundiais de urânio poderão estar esgotados por volta do ano 2030, a menos que os programas nucleares sofram uma grande redução.

Por isso, é de toda a conveniência que se realize imediatamente nova campanha intensa de prospecção de urânio. Se novos recursos forem descobertos, poderá estabelecer-se mais seguramente um programa nuclear e aumentará a posição estratégica do nosso país, talvez mesmo para além do domínio energético e, consequentemente, a sua capacidade negocial.

Também é importante que se proceda à prospecção de carvão, mesmo que tenha baixo poder calorífico.

Há ainda que estudar o ritmo de instalação de reactores nucleares dos diferentes tipos comercializados que conduzam ao melhor aproveitamento do urânio nacional, a introdução dos reactores reprodutores ou *breeders* e a sua conjugação com os reactores da actual geração.

Há que estudar mais profundamente outros aspectos no domínio do combustível, como o dimensionamento de unidades industriais de produção de concentrado de urânio, os montantes necessários de serviços de enriquecimento, de reprocessamento e de transporte nas diferentes fases do ciclo do combustível.

Quanto aos reactores, é necessário estudar o do tipo Candu ou linha canadiana com a mesma profundidade do reactor do tipo PWR. O reactor do tipo Candu a que os nuclearistas são alérgicos, não só funciona a urânio natural, prescindindo do serviço de enriquecimento, como retira mais energia da mesma quantidade de urânio, prolongando um pouco o prazo de esgotamento dos nossos recursos.

O reactor Candu permitirá ainda a rentabilidade de uma unidade industrial de fabrico de combustível, o que é mais difícil com o reactor do tipo PWR. Por outro lado, utiliza uma tecnologia mais acessível a países industrialmente mais atrasados. Por isso, existem reactores deste tipo na Índia, na Argentina e na Coreia, estão a construir-se na Roménia. A Índia, por exemplo, projecta entregar quase integralmente à sua indústria a construção dos próximos reactores deste tipo e a Argentina caminha no mesmo sentido.

Além do mais, estes reactores têm apresentado uma disponibilidade muito superior à dos reactores do tipo PWR e BWR, encontrando-se entre os que mundialmente apresentam melhor folha de serviços.

Não se pode garantir que seja este o tipo de reactor que mais interessa ao País. As vantagens que apresenta exigem, porém, que se realize sobre ele uma análise aprofundada. Esta análise nunca foi efectuada até agora, quer pela EDP, quer por qualquer organismo oficial.

Quanto aos reactores é indispensável estudar com a profundidade possível as experiências de desmantelamento já realizadas e analisar os estudos efectuados em diferentes países, não deixando de proceder à orçamentação desta operação no nosso país para que possa ser considerada nos estudos económicos.

Num outro domínio, o do ambiente, será importante que se estudem as necessidades em técnicos e estruturas nacionais especializadas nos estudos de ambiente, nos seus diferentes aspectos, para que, na altura própria, a colaboração de entidades estrangeiras seja solicitada apenas para promoverem o apoio a essas estruturas e os técnicos nacionais estejam em condições de absorverem o *know-how* transmitido por essas entidades.

Os serviços dedicados às questões ambientais no domínio nuclear não podem apenas interessar-se pelas instalações nucleares situadas em território nacional. O que se tem passado com o controlo radioactivo do Tejo é um exemplo flagrante daquilo que não deve ser feito. É absolutamente necessário que o Governo esclareça esta situação, a qual mostra como em Portugal se encaram as questões mais delicadas, mesmo aquelas que colocam problemas de segurança das populações. Esta leviandade, que parece ser apanágio do nosso país, é uma das razões que nos leva a recuar a instalação de centrais nucleares sob o ponto de vista da sua segurança.

Todas estas acções e estudos, no domínio da prospecção do urânio, do ciclo do combustível, dos reactores, do ambiente e da segurança, têm de ser realizados, se se pretender tomar uma decisão, positiva ou negativa, minimamente fundamentada.

O Governo não pode deixar de empreendê-los antes de qualquer decisão, embora não sejam do agrado dos nuclearistas, que preferem que sejam analisados apenas as acções e os estudos que estão no caminho crítico da aquisição de reactores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Entramos no segundo aspecto deste tema: os prazos para a elaboração dos estudos fixados no Despacho n.º 22/83.

Estudos tão complexos não podem ser realizados em prazos tão curtos. Como pode estudar-se seriamente a capacidade da indústria nacional no início e ao longo de um programa nuclear em apenas alguns meses, com mudança de Governo pelo meio? Os industriais portugueses, consultados para estes estudos, tomaram contacto com todos os fornecedores de equipamento ou apenas com alguns? E a EDP e as outras entidades que participam neste grupo de trabalho?

Como é possível estabelecer o tipo de reactor a utilizar no programa nuclear português sem fazer aqueles mesmos contactos, sem estudar o aproveitamento do urânio nacional nos diferentes tipos de reactores? Um prazo de alguns meses será um prazo suficiente?

Estes trabalhos deviam ter ficado concluídos em Dezembro de 1983, segundo o previsto. O MDP/CDE (certamente esta Assembleia) gostaria de possuí-los. Por isso, o MDP/CDE já os requereu ao Governo no

ínicio de Fevereiro. No entanto, ainda não os recebeu. Será conveniente que o Sr. Ministro da Indústria e Energia tomasse providências nesse sentido.

E o estudo da deposição de detritos radioactivos de baixa, média e alta actividade pode realizar-se em apenas 1 ano? O que nos EUA e na Europa anda em estudo há longos anos poderá realizar-se em Portugal em prazo tão curto? Que sítios, ou, pelo menos, que tipo de sítios e de instalações foram escolhidos para armazenamento provisório e para armazenamento definitivo de resíduos radioactivos?

E a preparação de legislação e regulamentação sobre instalações de centrais nucleares está concluída?

O poder local foi consultado? Se o não foi, como é possível elaborarem-se tais documentos sem que entidades das mais directamente interessadas sejam ouvidas?

E como é possível que o Ministério da Indústria e Energia tenha colocado a problemática nuclear em Conselho de Ministros sem que as conclusões destes estudos tenham sido apresentadas?

E por que é que se apontou para meados de 1984 para a conclusão de todos os trabalhos, inclusive os da revisão do PEN?

E por que é que os estudos do Despacho n.º 22/83 só participam estruturas do Ministério da Indústria e Energia, quando se justificava a presença de representantes de outros ministérios, tal como no PEN?

Ainda a propósito de estudos, não queremos deixar de nos referir ao livro branco sobre centrais nucleares. Por despacho de 16 de Novembro de 1976 do Secretário de Estado da Energia e Minas, do I Governo Constitucional, foi nomeada uma comissão técnica de redacção, que terminou os seus trabalhos em Dezembro de 1977. Contudo, só em meados de 1980 esse trabalho foi divulgado.

Realizando uma abordagem técnica de muitos dos mais significativos aspectos da energia nuclear, constitui o mais importante estudo publicado em Portugal sobre este assunto. Comparado com outros livros brancos publicados na Europa, trata-se mesmo de um dos bens bem elaborados de que temos conhecimento, embora discordemos da forma de abordagem de algumas questões e de algumas opiniões expressas.

Ao contrário do que tem sido afirmado, ele não se encontra muito desactualizado. Seria necessário, certamente, adicionar considerações sobre alguns acontecimentos que, no entanto, se verificaram e que comprometem o futuro da energia nuclear. Sob o ponto de vista económico, os valores apresentados desactualizaram-se, pois referem-se a 1977. Contudo, como se procuraram estabelecer linhas de tendência dos custos e não se tomaram valores conjunturais, as conclusões neste domínio, são semelhantes às que hoje chegue um estudo realisticamente realizado.

Mas, em outros domínios, este trabalho é inteiramente actual e contém muita informação útil sobre a problemática nuclear. Sob o ponto de vista desta problemática, o livro branco sobre centrais nucleares é um estudo mais completo do que o PEN.

Seria muito importante que o País conhecesse o conteúdo deste excelente documento, pelo que é urgente que o Governo proceda à sua divulgação, conjuntamente com as conclusões do PEN; através da estrutura existente no Ministério: o Secretariado de Informação do Plano Energético Nacional.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas esgotou o tempo que estava reservado ao MDP/CDE no período de abertura da interpelação. No entanto, se quiser continuar a sua intervenção, poderá fazê-lo, só que será descontado o tempo que lhe está reservado para o debate.

Em qualquer dos casos, peço-lhe o favor de abreviar as suas considerações.

O Orador: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Um outro aspecto que interessa abordar abrange precisamente este Secretariado de Informação do Plano Energético Nacional, constituído por 4 elementos, com o apoio técnico de 1 quinto elemento.

Ao contrário da estrutura de elaboração do PEN, este Secretariado foi constituído com uma predominância de técnicos da confiança do Ministério e ou favoráveis ao nuclear. 2 daqueles 5 elementos têm formação nuclear, trabalhando há longos anos neste domínio.

Embora o Ministério da Indústria e Energia afirme que o trabalho deste Secretariado não abrange só o nuclear, não deixa de ser estranha esta predominância. Por que é que não participa neste Secretariado um maior número de pessoas independentes? Por que é que se divulgam apenas os resultados do PEN/82, artificialmente favoráveis ao nuclear, e não se divulgam as posições contrárias? Por que não se divulgam as declarações de voto de participantes do Grupo Consultivo e de Apoio do PEN/82, que discordaram das conclusões e que as enviaram para publicação, como resultou do compromisso assumido pelo Ministério no início dos trabalhos e que constituiu condição de aceitação de algumas pessoas?

Por que é que nas suas deslocações pelo País, ou nas sessões realizadas nos governos civis, o Secretariado de Informação do PEN não convida técnicos que apresentaram essas declarações, para que haja um confronto de posições diferentes? Como é que um ministério, uma entidade de e para todos os Portugueses, se permite apresentar apenas a posição que lhe interessa? Como pode um ministério tomar partido num problema tão complexo, antes de ser amplamente discutido e apreciado nesta Assembleia?

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Ainda neste período de abertura da interpelação tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia, que dispõe de 45 minutos.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Veiga Simão): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Srs. Primeiro-Ministro e Membros do Governo: Julgo que esta discussão, que naturalmente pode e vai ser muito interessante, se baseia, no entanto, em dados informativos que o MDP/CDE porventura possui e que não resultaram de qualquer consulta ao Governo, mas porventura as ilações em conversas com possíveis amigos ou por uma leitura dos órgãos de comunicação social.

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do MDP/CDE utiliza um direito consignado na Constituição da República e entendeu provocar, por meio desta interpelação ao Governo, a abertura de um debate

sobre política geral, com incidência na política energética, centrado sobre a metodologia adoptada para preparar uma decisão quanto à opção nuclear.

Há, desde logo, nesta interpelação o reconhecimento implícito da importância e da necessidade de uma política energética coerente, suporte de um projecto de desenvolvimento, política decisiva para as transformações estruturais da sociedade e básica para um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do País.

Como se diz no Programa do Governo, os acontecimentos verificados desde 1973 transformaram a energia, de abundante e barata, em escassa e dispendiosa, concedendo ao petróleo a dignidade de um instrumento político e económico. A segurança do abastecimento passou a ser uma preocupação fundamental dos governos.

A análise desta problemática levou ao reconhecimento da urgência em prever e programar as necessárias transformações do sistema de abastecimento e de utilização de energia, de modo a satisfazer as impériosas necessidades da agricultura e da indústria, do funcionamento eficiente dos serviços e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Foi igualmente constatada a necessidade de dotar o sector energético com a capacidade necessária, para que não seja um travão ao desenvolvimento económico e social.

A diminuição da nossa dependência do petróleo apareceu como a trave-mestra e indiscutível de uma política energética moderna e actualizada, o que implica a diversificação apropriada das fontes de energia, a inventariação e melhor aproveitamento dos recursos nacionais e, bem assim, a utilização racional e eficiente da energia disponível.

E assim, sem prejuízo de medidas imediatas que vêm sendo tomadas, o Governo impôs a si próprio actualizar o Plano Energético Nacional, que havia sido elaborado pelo Executivo anterior, e apresentá-lo sob forma de lei, na sua versão conclusiva, à Assembleia da República, que tomará a decisão final.

As medidas imediatas vêm abrangendo fundamentalmente o uso racional de energia, as auditorias energéticas na indústria e nos transportes, a prospecção, caracterização e utilização de recursos energéticos nacionais, a introdução do carvão de forma significativa como combustível energético, o desenvolvimento de novas tecnologias e de novas indústrias energéticas, a formação especializada de técnicos, cientistas e gestores de energia e a modernização das estruturas técnicas existentes.

O Plano Energético, de acordo com uma estratégia de desenvolvimento escolhida, fará o enunciado e a proposição de acções a médio prazo e de orientações a longo prazo. Para isso aprovam-se cenários de desenvolvimento, escolhem-se cenários de preços e parâmetros técnico-económicos, taxas de actualização, procura de energia útil, necessidades de energia primária, exploração da conservação de energia como uma «nova fonte energética», configurações do sistema energético e programas de investimento.

O Plano Energético é um dos documentos raros da Administração Pública Portuguesa, podendo definir-se como um instrumento de trabalho de enorme utilidade, mas sempre passível de actualização e de aprofundamento.

O Plano Energético constituirá a base técnica em que se deverá apoiar a proposta de lei de opções energéticas a submeter, em devido tempo, a esta Assembleia.

A presente interpelação do MDP/CDE incide, julgo eu, sobre questões metodológicas com o fim de se assegurar que tomadas de decisão em questões importantes se desenvolvam através de processos transparentes. Nada mais louvável, nada mais desejável. A discussão do Plano Energético deve assentar na serenidade dos juízos de valor, na análise de números e de factos que maior probabilidade tiverem de acontecer, num quadro de progresso exigente e, obviamente, necessário e no respeito por todas as opiniões. O País está atrasado, mas ninguém o poderá «fechar por dentro e correr as cortinas». Temos de nos desenvolver. Não vejo o nosso país apenas a viver, como dizia Eça, das viagens de recreio dos estrangeiros, através da nossa miséria.

Tenho a esperança de que esta minha intervenção esclareça pontos fundamentais de natureza ética e de natureza política sobre os quais pode legitimamente haver dúvidas.

Assim, o MDP/CDE deve ter, naturalmente, a consciência de que:

- 1) O Plano Energético, na sua versão de 1984, ainda não foi dado por concluído;
- 2) Por essa razão, ainda não foi iniciada em Conselho de Ministros a discussão sobre o referido Plano e, consequentemente, ainda não foi tomada posição no seio do Governo sobre as possíveis opções energéticas, designadamente sobre a opção nuclear;
- 3) Esta interpelação não pode, julgo eu, ter por objectivo discutir um Plano Energético Nacional que não está ainda concluído e, muito menos, a opção nuclear que ainda não foi decidida. Conforme está estabelecido no Programa do Governo, aprovado por esta Assembleia, a decisão final sobre a lei e o Plano caberá à Assembleia da República.

Julgo, pois, que deverei aproveitar esta minha intervenção para esclarecer VV. Ex.^{as} sobre os trabalhos em curso e sobre a metodologia que o Governo vai adoptar para a discussão do referido Plano.

Como disse há pouco, a responsabilidade final da decisão sobre a lei de opções energéticas e, bem assim, do respectivo Plano cabe legitimamente a esta Assembleia, porque a política energética é essencial para o futuro do desenvolvimento deste País e temos a noção clara de que a utilização de diversas formas de energia, que não apenas a nuclear, quer as novas quer as clássicas, englobam, porventura, todas elas aspectos políticos, técnicos, económicos e sociais com influência significativa na evolução da sociedade.

Julgo ainda que todos estamos de acordo em que se trata de um problema que se não pode adiar indefinidamente, dadas as consequências que a falta de decisão terá, e já tem, na vida dos cidadãos.

Mas, porque é um problema de rara complexidade, a decisão ou, direi melhor, as decisões a tomar devem basear-se em estudos aprofundados e actualizados, tendo em conta cenários de desenvolvimento realistas, perante a evolução da crise económica nacional e internacional.

E naturalmente que sendo os empreendimentos energéticos de capital intensivo, envolvendo alguns deles compromissos internos e externos de grande dimensão, todas as decisões devem basear-se em análises técnico-económicas que permitam sossegar-nos perante uma rentabilidade assegurada. Não podemos desbaratar dinheiros públicos nem por decisões erradas nem por falta de decisão.

A urgência não deve, pois, sobrepor-se ao rigor.

Quero, assim, assegurar ao MDP/CDE, em nome do Governo, que não serão flutuações políticas ou as opiniões das pessoas que ocupam, num determinado momento, as pastas ministeriais que influenciarão os processos de decisão. Antes pelo contrário, temos a consciência de que um governante, e designadamente aquele que sobre um problema pode ter uma opinião pessoal, só se prestigia se utilizar mecanismos de transparência e nunca pressionar pessoas ou instituições por forma que os resultados sejam os do seu agrado. Os argumentos divergentes só permitem enriquecer as decisões dos governantes avisados e esclarecidos. Por isso entendi até esta data não entrar em polémicas, mesmo quando havia razões sólidas para me sentir magoado por falsas acusações.

Não é agradável ser-se acusado de não divulgar documentos que nunca me foram presentes como o caso de um célebre memorando interno de um técnico do Banco Mundial.

Não é justa a insinuação de que pretendo aprovar em Conselho de Ministros a lei das grandes opções energéticas, quando a intensão legítima e declarada tem sido apenas a de entregar aos meus colegas de Governo documentos sucessivos de trabalho, alguns preliminares, elaborados no Ministério, para se familiarizarem com a complexidade do problema, enquanto aguardamos a conclusão dos trabalhos relativos à revisão do PEN/84. Nunca apresentei, formalmente, em Conselho de Ministros o Plano Energético.

É que entendo que estudar com tempo é apenas ansiedade de decidir bem e no tempo próprio.

É evidente que o Plano Energético está intimamente relacionado com transformações estruturais da sociedade portuguesa e poderá ser sempre equacionado sob formas que vão desde o aparecimento de novos modelos de sociedade de configuração mais ou menos difusa, incluindo mesmo interrogações metafísicas e religiosas sobre a razão de ser do Homem e a sua correlação com a natureza, até ao outro extremo, o prosseguimento grave autómato de caminhos do desenvolvimento económico que outros trilharam, repetindo os seus erros e as suas frustrações.

Todas as decisões e realizações de progresso estão associadas a riscos, sendo-lhes inerentes vantagens e inconvenientes. A procura do equilíbrio é uma tarefa delicada, um desafio à inteligência nacional e uma aposta na justiça social.

Ao Governo e a esta Assembleia, a quem cabe a decisão final, a cada um na sua fase própria, cabe adoptar a solução que seja mais consentânea com os interesses de todos os cidadãos.

O progresso tecnológico, designadamente nos aspectos ligados a problemas de matéria e de energia, aponta-nos sempre realizações vindouras mais alianciantes. Importa porém beneficiar desse progresso em tempo, com critérios de participação nacional maxi-

mizada e não procurar sempre a última moda, que nunca chega. Não podemos ser um eterno país adiado.

Por isso, não tomar decisões devidamente fundamentadas sobre problemas essenciais da sociedade portuguesa é prejudicar irremediavelmente a vida das gerações que nos hão-de seguir, as quais não perdoarão a nossa falta de coragem.

Por isso, as intenções do Governo e os fundamentos da sua política orientam-se para a procura de soluções que sirvam o interesse colectivo.

Feita esta introdução, abordarei de seguida 2 pequenos temas: um, a necessidade do Plano Energético em face das características da nossa situação; outro, a metodologia de preparação e de discussão do Plano Energético Nacional.

Peço desculpa de fazer perder um pouco de tempo aos Srs. Deputados para uma breve reflexão sobre as características do nosso sistema energético, porventura o mais débil e o mais dispendioso da Europa.

As importações de petróleo em relação ao total das exportações efectuadas quando compararmos os anos de 1973 — e escolho este ano apenas por ter sido o do primeiro choque petrolífero — e de 1983, dizemos o seguinte: em 1973 as importações situavam-se no valor de 3 % em relação ao valor das exportações. Mas em 1983, as importações de petróleo atingiram 50 %. Os consumos de energia primária distribuem-se do seguinte modo: 81 % proveniente do petróleo, 6,97 % proveniente de produção hidroeléctrica, 8,4 % proveniente de lenha e outros resíduos florestais.

Apesar de tudo, as variações de consumo expressas em toneladas equivalentes de petróleo (TEP) passaram, em 1973, de 7,2 milhões de TEP para, em 1983, 11,3 milhões de TEP, correspondendo neste acréscimo 1,5 milhões de toneladas à produção de electricidade a partir de fuel. O consumo *per capita* neste mesmo período aumenta de 0,84 da TEP para 1,12.

A média dos países industrializados situa-se em 5,2 TEP, sendo a de Espanha de 2,2 TEP. No que respeita ao consumo de energia final, o valor das participações do petróleo foi em 1973 de 73,6 % e em 1983 de 74,1 %, correspondendo em 1973 a 6,26 milhões de TEP e em 1983 a 9,1.

No que diz respeito à electricidade, em 1973 a percentagem de consumo de energia final era de 11,2 % e em 1982 de 14,6 %.

Os aumentos de consumo de electricidade entre 1971 e 1976 foram da ordem dos 8 % e entre 1976 e 1982 da ordem de 9 %.

Qual é a estrutura do sistema que possuímos? Em anos normais 70 % da electricidade provém de origem hídrica e 30 % de origem térmica.

Nos anos de seca que recentemente nos afectaram essa estrutura foi substancialmente alterada: apenas 30 % de energia hídrica e 50 % de energia térmica, sendo necessário recorrer à importação de energia. O consumo *per capita* de electricidade no nosso país situa-se a 1900 kWh, situando-se o da Espanha em 2900 kWh e o dos países da Europa Ocidental em 4600 kWh.

A estrutura dos consumos nos diversos sectores e serviços é na indústria de 37,8 %, nos transportes, de 26,6 %, nos serviços e habitação, de 20,1 %, na agricultura, de 6,2 %, e outros fins não energéticos, de 9,3 %.

Eis, pois, meus senhores, um sistema que, como disse, é dos mais débeis e mais dispendiosos da Europa. Há aqui profundas modificações estruturais a realizar.

A política energética de preços assenta ainda em subsídios ao *fuel* para a indústria, electricidade e gás da cidade e ao gasóleo para a agricultura.

O uso racional de energia, a instalação de esquemas mais rentáveis, a adopção de medidas de poupança, é um imperativo de todos, intimamente associado a uma informação cuidada e útil e a uma educação permanente. Os novos equipamentos e as novas tecnologias terão aqui um papel decisivo. Para atingirmos, por exemplo, uma poupança de 17 % no sistema actual exige-se um investimento de 500 milhões de contos, dos quais 140 na indústria, 135 nos transportes e 98 nos serviços e sector residencial.

A intensificação do aproveitamento de fontes naturais tem constituído uma directiva permanente, desenvolvendo-se acções nos recursos hidroeléctricos, florestais, de biomassa, solares, eólicos e prospecção intensiva do carvão e do urânio.

A diversificação começa já a ter uma expressão significativa, designadamente pela utilização do carvão (centrais térmicas e indústrias de energia intensiva, como as cimenteiras). Essas acções na indústria, que devem ser sequentes auditorias energéticas em curso ou em preparação como em diversos sectores industriais e de transportes, o desenvolvimento de várias instalações utilizando biomassa para a produção de biogás, o uso de energia solar para aquecimento de águas utilizadas para a habitação e a agricultura, a modificação de técnicas de construção civil, com incidência na arquitectura e no uso de novos materiais, facilitando e facultando a aplicação passiva da energia solar, o desenvolvimento de instalações eólicas associadas à agricultura, sem prejuízo de alguns ensaios experimentais através de instalações piloto na área de produção de electricidade por efeito fotovoltaico são iniciativas que este Governo tomou e que estão em curso, constituindo este ano o primeiro de grande dimensão em termos de poupança e de conservação de energia. Naturalmente que não se trata de uma varinha mágica que tem efeitos imediatos. Simultaneamente, estão em curso estudos de incidência na reconversão industrial das indústrias tradicionais portuguesas, correlacionando esse problema com a rentabilidade energética, em particular nas indústrias dos vidros, têxteis, cerâmica, calçado, florestais e pasta de papel, e electromecânica.

Na área do núcleo das novas indústrias a dinamizar neste país, julgo ser do maior interesse a criação recente do Centro de Conservação de Energia e das empresas de investigação e desenvolvimento nas áreas da microelectrónica e na que vai agora ser constituída de novas tecnologias energéticas e que são exemplos criadores e participativos de empresas públicas e privadas.

Outro problema relacionado com a política energética, e que concordo ser da maior importância e com uma enorme influência na defesa do homem e meio ambiente, será a lei quadro de licenciamento das centrais energéticas, e não apenas das nucleares, envolvendo os diversos estados de realização de qualquer central e selecção de sítios, a construção, a exploração e a desactivação.

Nessa lei, para além da questão chave de reconhecimento do interesse público do empreendimento e da sua justificação económica, desenvolve-se um processo

de consulta e de abertura de um inquérito público devidamente institucionalizado com o envolvimento das autarquias locais e outras entidades de utilidade pública e reclamações individuais escritas. Outros assuntos que nessa lei são abordados vão desde a responsabilidade civil, transporte de resíduos e de combustível, situações de emergência, segurança, protecção do homem e da natureza, expropriação por utilidade pública e qualificação de pessoal.

Vejamos agora os problemas metodológicos.

A metodologia de preparação do Plano Energético está devidamente explicitada no despacho conjunto de vários ministérios, publicado no *Diário da República*, de 9 de Junho de 1981. Foi essa metodologia utilizada na revisão de 1984, que o actual Governo decidiu fazer, tendo em conta a evolução económica internacional e nacional.

As competências da Comissão do Plano Energético, do grupo executivo e do grupo consultivo e de apoio estão ali perfeitamente definidas. A composição do grupo consultivo e de apoio foi, aliás, adequada à estrutura deste Governo e convidadas a participar mais individualidades, que o tornaram mais representativo e qualificado. Por exemplo, o Grupo Ecológico Amigos da Terra solicitou a sua participação, tendo sido por mim deferida.

Foram ainda identificadas acções de apoio ao debate público iniciado pelo Governo anterior. E com essa finalidade, não para orientar o debate mas para lhe dar apoio, foi criado o Secretariado de Informação do Plano Energético Nacional, que elaborará um relatório síntese até meados de Junho próximo.

Os trabalhos de revisão de 1984 do PEN estão na sua fase final, tendo o grupo executivo já preparado o relatório síntese, após estudos e análises do grupo consultivo e a inicial aprovação pela Secretaria de Estado do Planeamento de cenários de desenvolvimento económico.

O Sr. Secretário de Estado da Energia aprovou as estratégias alternativas das energias primárias e de conservação de energia e a Comissão do Plano está agora a elaborar o relatório síntese final, que conterá, naturalmente, as orientações gerais de longo prazo e o Plano Energético a médio prazo. Será depois que estes relatórios serão submetidos à minha aprovação.

O Sr. Secretário de Estado da Energia dará, neste debate, indicações mais precisas sobre outros trabalhos em curso, que têm decorrido com o total respeito pela independência de pensamento e pela autonomia científica e técnica, num quadro de competências rigorosamente definido.

Naturalmente que o Ministério tem em curso vários estudos relativos a problemas energéticos, desde documentos de divulgação, *state of art* no mundo das várias tecnologias energéticas, designadamente no âmbito das energias renováveis, experiências piloto e relatórios em auditorias energéticas, designadamente nas indústrias têxteis da Covilhã, até estudos, que estão em curso, relacionados com a selecção de sítios para empreendimentos energéticos, impacte de centrais, capacidade de participação nacional, depósito de resíduos, legislação e regulamentação sobre instalação de centrais, estruturas tecnológicas e sua articulação e desenvolvimento e informação técnica ao público.

Não pressionaremos para que estes estudos não sejam feitos com a maior profundidade e que constituam

relatórios sempre a aprofundar, mas que contenham já a essência dos problemas e, bem assim, a orientação para decisões futuras.

Tratemos agora, porventura, do problema que tem mais interesse nesta Câmara.

Depois de todo este trabalho, que se passa naturalmente no seio do Ministério da Indústria e Energia e, felizmente, por forma a que o MDP/CDE tenha tido acesso a esses trabalhos preliminares e antes do Ministro se pronunciar — já se pronunciará sobre eles —, depois de tudo isto, o que vai fazer o Governo?

Eis o esquema que o Governo aprovou sob minha proposta relativa à discussão de Lei de Opções Energéticas e do Plano Energético Nacional.

Eu diria que o Sr. Deputado António Redol está a perder um pouco de tempo em trazer para aqui análises relativas a 1982, uma vez que, como disse e muito bem, houve já uma grande evolução de 1982 para 1984.

Portanto, só depois de concluída a revisão de 1984, o que se espera que seja feito até meados deste mês, serão o anteprojecto de lei de opções e o Plano Energético apresentados pelo Ministro da Indústria e de Energia, em colaboração com o Sr. Secretário de Estado da Energia, a Conselho de Ministros.

Naturalmente que os meus colegas querem estudar e reflectir sobre esta questão. Têm dúvidas naturais, como é próprio de um Governo democrático. E consequentemente, dada a complexidade do problema, entendeu-se que em Conselho de Ministros a discussão demorará 1 mês, havendo no final uma tomada de decisão de princípio relativa às linhas gerais dos documentos.

Haverá em seguida uma discussão e esclarecimento através de um debate público, já agora não deixado ao sabor das capacidades individuais mas organizado sob a responsabilidade do Ministério da Indústria e Energia em nome do Governo.

Desse debate público, que terá a duração mínima de 60 dias, desenvolver-se-ão debates na televisão, colóquios e debates em vários pontos do País em colaboração com várias instituições, organismos e associações, reuniões de trabalho com grupos de opinião significativos nas áreas económica, laboral, científica e cultural. Não deixaremos de dar todo o apoio a iniciativas geradas por outras entidades que desejem levar a cabo essas iniciativas no âmbito da discussão programada. Não deixaremos de divulgar todos os documentos existentes ou em conclusão.

Desde já, e com a aquiescência dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD, faremos uma análise desses documentos e ao mesmo tempo estaremos abertos a que análises semelhantes se façam com todos os grupos parlamentares representados nesta Assembleia e de acordo com a metodologia que se acordar entre esses grupos e o Ministério.

Mas faremos mais do que isso!

Submeteremos estes documentos à análise do Conselho Nacional de Indústria e Energia, que está em formação, onde estarão representadas entidades patronais, laborais, científicas e personalidades de mérito reconhecido.

Depois de tudo isto e de o Governo ter recebido com certeza avisados conselhos e de naturalmente estudar e reflectir sobre muitos documentos que lhe serão presentes, dentre os quais os que foram presentes hoje e aqui pelo MDP/CDE, no julgamento de que ainda nos fornecerão com certeza mais elementos es-

clarecedores, far-se-á a elaboração de um relatório síntese com todas as sugestões e os critérios e com as contribuições que foram aditadas para a revisão do Plano.

Após isto, será então submetido finalmente à aprovação do Conselho de Ministros um projecto de lei e do Plano, que será remetido à Assembleia da República para decisão final e que adoptará todas as precauções que entender por bem necessárias.

O tempo previsto para estas realizações, algumas das quais podem obviamente ser simultâneas, decorrerá entre meados de Maio e meados de Outubro de 1984.

Eis, meus senhores, como não é exacto e não é verdade que queiramos omitir alguma coisa e que pessoas, que outros teimam em classificar de nuclearistas ou não nuclearistas, queiram tomar decisões por trás das costas. É uma acusação profundamente falsa e injusta.

Pelo contrário, precisamente porque podemos ter opiniões pessoais a este respeito, entendi até agora não participar em debates e que sejam ouvidas todas as correntes de opinião, porque a posição de um bom governante e de um bom cientista é ter a opinião mais correcta e porventura ser influenciado pelos bons conselhos. De qualquer modo, o problema é extremamente grave porque por o nosso sistema energético ser, como disse, débil não nos oferece segurança no abastecimento. Por ser dispendioso tem gravíssimas repercuções na vida dos cidadãos.

Eis aqui um domínio onde a colaboração desta Assembleia é essencial para além da decisão final.

Trata-se de um grande desafio à inteligência portuguesa e, decerto, um documento que a ser aprovado na sua fase final, qualquer que ele seja, influenciará a vida dos Portugueses no próximo e no médio futuro.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro Veiga Simão, o Governo quase esgotou o seu tempo do período de abertura, restando-lhe apenas 1 minuto, e creio não haver nesta fase mais nenhuma intervenção de um membro do Governo.

Pausa.

Tomo o silêncio por uma resposta afirmativa e por conseguinte passo à fase de generalização do debate.

Durante as intervenções dos Srs. Deputados do MDP/CDE inscreveram-se para, presumo eu, pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Ferraz de Abreu e Lopes Cardoso. Durante a intervenção do Sr. Ministro Veiga Simão inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados: João Corregedor da Fonseca, Lopes Cardoso, Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, António Redol e António Taborda.

Não obstante os pedidos de esclarecimento feitos nesta fase preliminar do debate não terem grande cabimento regimental, a Assembleia tem utilizado esse sistema para dar maior vivacidade ao debate. Não me oporei a que assim aconteça e, desse modo, darei a palavra ao Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ouvimos atentamente a exposição feita pelos Srs. Deputados do MDP/CDE. Estamos conscientes da importância

do factor energético para o desenvolvimento económico e social do País e estamos também conscientes da importância das dificuldades de ordem política, técnica e financeira que envolvem a tomada de uma decisão quanto à opção nuclear. Estamos, pois, de acordo em que se torna necessário um debate amplo, correcto e rigoroso, baseado na difusão de uma ampla informação sobre todos os elementos e factores decisivos para uma tomada de posição nesta matéria.

Era neste sentido que desejávamos ver enriquecida a informação que os Srs. Deputados aqui trouxeram sobre a reacção de repúdio, de recusa do nuclear que se tem observado em certos países, como os Estados Unidos da América, a República Federal da Alemanha, a França, a Inglaterra, etc. Foram citadas reacções populares, foram mesmo citados gestos e atentados terroristas contra algumas centrais nucleares, mas não foi aqui dito nada sobre a reacção ou a não existência de reacção nos países de leste, onde, como todos sabemos, nomeadamente na União Soviética, existe uma rede de centrais nucleares das mais importantes do mundo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Gostaríamos de saber, se há ou se não as houver, os motivos por que isso aconteceu. Será por usarem uma tecnologia mais desenvolvida, mais segura? Gostaria, de facto, de ter uma resposta a esta pergunta.

O Sr. Carlos Brito: — Tão fraquinho!

O Orador: — O Sr. Deputado fará melhor.

O Sr. Presidente: — O tempo utilizado pelo Sr. Deputado Ferraz de Abreu será descontado no tempo do Grupo Parlamentar do PS.

Como a pergunta do Sr. Deputado aos Srs. Deputados do MDP/CDE não tem um destinatário individualizado, perguntaria qual dos Srs. Deputados deseja responder e se o fará agora.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Responderei eu, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Ferraz de Abreu, penso que não caberá fazer-se essa pergunta ao MDP/CDE. Terá com certeza o seu próprio deputado, que deve ter outras informações e estará, provavelmente, mais interessado em dar essa resposta, a qual, aliás, já deve possuir. Não vale a pena fazer-nos a pergunta.

O Sr. Presidente: — Concluo, portanto, que o Sr. Deputado António Redol não quer responder por considerar haver já respostas implícitas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Deputado António Redol, antecipadamente peço desculpa por as perguntas que lhe irei colocar não estarem ao nível da sua intervenção; não as coloco, porém, como técnico mas como alguém que tem de assumir responsabilidades políticas e que pretende fazer um esforço no sentido de poder chegar a assumir uma posição minimamente esclarecida na matéria.

Tem existido, tanto ao longo deste debate como no da questão energética, algo que me tem deixado um pouco perplexo: ouvi-o contrapor — é isso que como

regra acontece — o nuclear ao carvão, fundamentalmente e para a produção da energia eléctrica, e esquecer uma coisa que, em minha opinião, não devia ser — os recursos energéticos de origem hidráulica. Tanto quanto sei estamos muito longe de os ter esgotado. Poderão, quando aproveitados, satisfazer largamente aquilo que se prevê que seja satisfeita a prazo pelo nuclear, se eventualmente vier a ser instalado, poderão satisfazê-lo, julgo eu, com custos muito mais baixos, do ponto de vista nacional, dado que a componente nacional no investimento necessário não tem paralelo nem com a do carvão nem com a do nuclear, não chegará aos 100 % mas estará, seguramente, muito próximo dos 80 %, e, por outro lado, os aproveitamentos hidroeléctricos poderiam permitir uma desconcentração da produção energética cujas vantagens são evidentes.

A dúvida que me ficou da sua intervenção foi não ter minimamente estabelecido o paralelo entre nuclear e o carvão e os recursos hidroenergéticos; por outro lado, ficou também por responder, tanto na sua intervenção como na do Sr. Ministro, algo que, para mim, não é claro: falando-se tanto do problema da dependência externa do País em matéria energética gostaria que me dissessem o que é que o nuclear nos trará em termos de menor dependência externa, quando sabemos que se destinará, exclusivamente, à produção de energia eléctrica e que esta é uma muito reduzida percentagem do consumo final de energia. Quais serão os efeitos concretos numa maior independência energética do País pela escolha do nucelar, sem falar já de outro tipo de dependências de ordem tecnológica que o recurso ao nuclear viria a introduzir no sistema?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Redol, deseja responder ou considera haver respostas implícitas?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso não é presidir, Sr. Deputado Carlos Lage!

O Sr. Presidente: — Está enervado, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Presidente não tem de fazer comentários.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Há mais alguns Srs. Deputados inscritos para perguntas ao MDP/CDE?

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Presidente, claro que não há respostas implícitas para todas as perguntas feitas. Esta talvez tenha também uma resposta implícita mas eu gostaria de dizer qualquer coisa sobre ela.

No nosso texto referimos o aspecto dos hidroeléctricos, mas o Sr. Deputado Lopes Cardoso tem razão, pois não lhe foi dado grande ênfase, o qual, no entanto, seria dado mais tarde, na nossa intervenção. Reconheço que o hidroeléctrico tem grandes vantagens e um interesse nacional bastante grande, daí que no nosso texto se tenha comparado a diferença entre os custos de investimento do nuclear e do carvão dizendo-se a diferença de custos para o grupo 950

e para o carvão dariam 4 a 6 empreendimentos hidroeléctricos. Estamos assim, implicitamente, a dizer que contra o nuclear temos o carvão e os hidroeléctricos.

Fizemos um estudo desta questão até ao ano 2010 e concluímos o seguinte: se o País decidisse rejeitar totalmente a opção nuclear, até 2010 seria possível satisfazer os consumos de energia eléctrica na hipótese de crescimento dos consumos do Plano Energético de 1982 com o recurso a 4 centrais a carvão, cada uma delas com 4 grupos e com uma aceleração de construção e de empreendimentos hidroeléctricos. Embora possamos estar de acordo em encarar a opção nuclear, se o País, contrariamente talvez até à nossa própria posição, a rejeitar, isso não é de modo algum dramático pois existe uma alternativa, aquela que há pouco indiquei.

Quanto à outra questão, o nuclear no ano 2010 pesará menos de 10 % no consumo de energia útil do País. É, portanto, uma parcela muito pequena comparada com a grande complexidade que esta tecnologia introduz na nossa estrutura sócio-económica e cultural.

O Sr. Presidente: — Há 7 Srs. Deputados inscritos para pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro Veiga Simão. O Sr. Ministro deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Se o Sr. Presidente me der licença, responderei no fim.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra por 2 motivos: primeiro, para um protesto a uma afirmação do Sr. Ministro Veiga Simão e, segundo, para um pedido de esclarecimento. Se não estou em erro creio que terei o tempo do protesto mais o do pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado, terá apenas o tempo da figura regimental que escolher. Não tem sido hábito, nesta Assembleia, somar os 2 tempos quando invocadas as duas figuras. O pedido de esclarecimento confere-lhe 3 minutos e o protesto apenas 2 minutos.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Antes de mais, Sr. Presidente, folgo muito que V. Ex.^a presida, pela primeira vez, a esta Assembleia da República e só por isso lhe perdoamos, com uma certa bonomia, a *gaffe* cometida relativamente a uma intervenção do meu camarada António Redol.

O Sr. Presidente: — Interprete isso como uma deformação parlamentar.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente, igualmente para V. Ex.^a

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro Veiga Simão declara que a interpelação do MDP/CDE sobre a questão nuclear partia de dados informativos que não resul-

tavam de consultas ao Governo mas apenas de conversas com grupos de amigos e pela leitura de jornais.

Lamentamos essas afirmações do Sr. Ministro.

Não pode o Grupo Parlamentar do MDP/CDE deixar de protestar contra o abuso a que se permitiu o Sr. Ministro Veiga Simão. A verdade, Sr. Ministro, é que não é hábito do MDP/CDE — e V. Ex.^a, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro de Estado sabem-no bem — utilizar este órgão de soberania para meras actuações chicaneiras, produtos de ligeirezas idênticas às que o Ministério da Indústria e Energia nos têm habituado.

V. Ex.^a, Sr. Ministro, sabe bem que a nossa interpelação é incómoda para o Governo e muito mais incómoda para V. Ex.^a, daí a sua reacção.

O Governo, Sr. Ministro, desde há muito que devia dar informações ao País sobre a questão nuclear que é um problema nacional — e já agora, Sr. Ministro, quando diz que não consultamos o Governo, informo-o de que vou mandar entregar-lhe cópia dos longos requerimentos por nós feitos e enviados ao Governo e que, até agora, ficaram sem resposta — questão essa que não pode ficar circunscrita ao silêncio do seu gabinete e dos amigos de que V. Ex.^a se rodeia para tentar impor ao País uma decisão que pode ser pouco clara.

A nossa intervenção, a do MDP/CDE, é a de concorrer para o esclarecimento desta Câmara e do País, acerca da metodologia adoptada pelo Governo relativamente a este problema. Só esperamos que o Governo e V. Ex.^a em particular estejam à altura de prestar esses esclarecimentos.

Durante a sua intervenção fui escrevendo várias perguntas que gostaria de lhe colocar. É possível que não tenha tempo para todas, mas, para já, coloco-lhe uma: V. Ex.^a é ou não favorável à opção nuclear? Antes que me responda, recordo-lhe a sua tomada de posição, quando, há alguns anos, num debate na televisão com o Secretário de Estado Morais Barroso se expressou claramente pela opção nuclear.

Outras perguntas, Sr. Ministro: por que não foram ainda publicadas as declarações de voto do Grupo Consultivo e de Apoio feitas entre Abril e Setembro de 1983? No PEN de 1982 havia divergências fundamentais entre os textos básicos e o relatório de síntese. São publicados também os textos discutidos no Grupo Consultivo e de Apoio em 1984, além do prometido relatório síntese? A discussão pública antecede, segue ou é independente da tomada de posição do Governo? Tendo em conta que esse debate vai cair, pelo menos em parte, em período de férias, julgamos os 60 dias insuficientes. Pensará o Governo estender um pouco mais esse prazo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, V. Ex.^a disse, a certa altura e todos concordamos com isso, que o Plano Energético Nacional terá de ser elaborado tendo em conta a definição de uma estratégia de desenvolvimento, referindo que «terá de ser elaborado de acordo com a estratégia de desenvolvimento escolhida». Permita-me que manifeste aí uma certa perplexidade: não existindo um plano a médio prazo, ignorando nós qual o Plano a longo prazo e continuando a esperar que o Governo nos diga quais as suas estratégias de desenvolvimento,

como e em que bases irá ser elaborado o Plano Energético Nacional? A partir de vários cenários, disse-nos o Sr. Ministro, elaborados na Secretaria de Estado do Planeamento. Mas e depois? Iremos ser colocados na situação de definir e escolher as estratégias de desenvolvimento em função do Plano Energético e em função deste optar por um dos cenários elaborados na Secretaria de Estado do Planeamento ou iremos elaborar e decidir do Plano Energético depois de termos definido as estratégias de desenvolvimento e o Plano a médio e longo prazo, pelo qual continuamos à espera?

Numa outra passagem o Sr. Ministro falou-nos dos trabalhos em curso no Ministério da Indústria, dizendo «trabalhos aos quais, felizmente, o MDP/CDE tem acesso». Não seria melhor dizer aos quais infelizmente parece só o MDP/CDE ter acesso? Não seria mais útil ou tão útil quanto a proposta que aqui nos fez, dar-nos a conhecer os trabalhos preliminares desenvolvidos no seu Ministério para que os pudéssemos ir acompanhando, contribuir para o seu desenvolvimento e fazer um juízo esclarecido no final? Penso que, no fundo, o Sr. Ministro não poderá discordar desta posição, pois quando refere «felizmente o MDP/CDE tem acesso», está, implicitamente, a dizer que é útil ter acesso a esse tipo de trabalhos. Daí esperar que, a partir de agora, o Ministério da Indústria tome medidas no sentido de propiciar a todos nós o acesso a esses documentos de trabalho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo e em particular o Sr. Ministro não desconhecem as posições do PCP sobre política energética e os estudos públicos elaborados com seriedade e detalhe. Não desconhece também os avisos que em tempos foram feitos quanto à descoordenação na realização da central termoeléctrica de Sines e do seu porto. O Sr. Ministro sabe que ela está para arrancar e que não há porto para abastecimentos nem para receber o carvão. Coloquei-lhe esta questão, pois ainda ontem aqui foram postas algumas das mazelas da nossa situação económica e social como se não existissem responsáveis. No entanto, os responsáveis são aqueles que ainda hoje fazem parte da coligação! ...

Há várias questões que gostaria de lhe colocar e de ver respondidas e que passarei a expor:

1.^a Quais os custos económicos, financeiros e sociais dos chamados planos de emergência e provisórios para se abastecer a central termoeléctrica a carvão em Sines?

2.^a Concorda ou não que, neste momento, mais de 5 % dos nossos recursos hídricos não se encontram ainda aproveitados e que o poderiam ser até ao ano 2000, numa percentagem de 90 %, sem um grande esforço de construção?

3.^a Ainda dentro de responsabilidades, tem o Governo alguma ideia sobre o que custa e significa o atraso de 6 anos que já leva a construção do Alqueva e se sabe poderem considerar-se perdidos cerca de 13 000 milhões de kilowatts-hora, em média com esse atraso, o que a 700 representa um prejuízo

da ordem dos 20,5 milhões de contos, isto é, o custo da barragem do Alqueva sem a Rocha da Galé?

4.^a Como pode o Governo aceitar, se é que aceita, para o PEN o valor elevado de 60 % para o coeficiente de disponibilidade das centrais nucleares, igual à média internacional indicada pela Conferência Mundial de Energia, quando se verifica que a EDP, para atingir os médios nas centrais termoeléctricas convencionais, não o consegue?

O Sr. Ministro concordará, com certeza, que para se avaliar, satisfazer e prever os consumos de energia eléctrica tem de se pensar qual a projecção do produto interno bruto. No entanto, temos um governo que não possui plano a médio prazo, que ainda não apresentou o Plano para 1984 e que, para além disso, elaborou projecções e cenários do PEN, os quais não passam de meras projecções teóricas de consumos de energia a longo prazo, sem base objectiva e no plano mais optimista, isto é, com uma taxa de crescimento do consumo de energia eléctrica de 5,5 % para tentar impor como inevitável a opção nuclear a curto prazo.

Mesmo que se admissse uma taxa média anual de crescimento de consumo de energia eléctrica superior à do cenário mais optimista que o do PEN, de, por exemplo, 7 %, próxima da verificada no nosso país na última década, o consumo referido à produção atingiria, no ano 2000, cerca de 57 000 GWh, isto é, 3 vezes o valor previsto para 1984. Face a isto pergunto: mesmo para este consumo de 57 000 GWh isso não poderá ser satisfeito sem o recurso a centrais nucleares?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, o problema que, neste momento, se nos coloca é o da razão da urgência manifestada pelo Governo, designadamente pelo Ministro da Indústria, para a opção nuclear. Nessa perspectiva, para além da questão já colocada, de ser ou não possível satisfazer os consumos no horizonte de 20-25 anos sem recurso ao nuclear, gostaria de fazer ao Sr. Ministro algumas perguntas.

A primeira é referente ao problema do custo dos grupos nucleares. A Agência Internacional de Energia Atómica, no estudo de Março de 1983, a valores em escudos de Janeiro de 1984, aponta para valores variando entre 160 e 240 milhões de contos. Em resposta ao requerimento de um Sr. Deputado, o Ministro da Indústria apontava para um valor de 170 milhões de contos. Na revisão em curso, a chamada revisão de 1984, aponta-se para valores variando entre 160 e 200 milhões de contos e no meio de tudo isto aparece a já célebre Nota Informativa n.º 2 — não assinada, é um facto, mas com o timbre da Secretaria de Estado da Energia, pelos vistos apresentada em Conselho de Ministros —, em que se aponta para um valor de 126 milhões de contos. Como é? Onde foi o Ministério conseguir estes números? Quais as bases utilizadas para o cálculo?

Segunda questão: por que razão não foi aprofundada, nem no PEN de 1982 nem na revisão de 1984, a estratégia de maior segurança de abastecimento?

Pura e simplesmente porque deitaria por terra a necessidade e a preferência pelo «nuclear já»?

Ainda sobre a revisão de 1984, como se pode entender que no PEN de 1982 se diga que, perante os cenários de preços considerados, etc., o nuclear seja mais económico para coeficientes de disponibilidade superiores a 65 %?

Na revisão do PEN de 1984 aponta-se para um coeficiente de disponibilidade de 60 %. Depois de tudo isto, sendo os 60 % inferiores aos 65 %, como é que o nuclear ainda continua a ser o mais favorável em termos de custos económicos? Além disto, pergunte-lhe ainda, Sr. Ministro, que revisão é a que se está a fazer? Não dará ainda menos possibilidades aos técnicos, que trabalham seriamente, de estudarem todos os detalhes, ponderarem todos os indicadores, de aprofundarem todos os estudos necessários de modo a apresentarem conclusões com um mínimo de seriedade e dignidade?

Por último, gostaria de focar a questão da exploração dos minérios de urânio. Que se passa aqui? Que questões, motivos ou razões levam a que a prospecção dos recursos de urânio tenha de ser paralisada pelo facto de as equipas não terem verba para fazerem trabalhos no terreno? Como se pode entender que para a prospecção de urânio se pretenda utilizar verbas do Fundo de Abastecimento, que todos sabem ter enormes passivos e dívidas, continuando a dar prejuízo? Como é isto possível, Sr. Ministro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, a sua intervenção foi tão vaga que não respondeu a nenhuma das questões levantadas, algumas das quais se prendiam com a metodologia utilizada e não implicam a divulgação imediata do resultado dos estudos que estão a ser feitos. Chamo-lhe a atenção para o facto de no Despacho n.º 22/83 se constituírem vários grupos de trabalho — um sobre o tipo de reactor, outro sobre a participação da indústria nacional, outro sobre as possibilidades nacionais contra os detritos radioactivos, outro contra a legislação e regulamentação relativas ao licenciamento e outros menos importantes — para estudar questões relacionadas com o PEN.

Não sei se esses grupos terminaram já o mandato, segundo o despacho, ou se o prazo foi prolongado, mas devem, com certeza, existir estudos realizados. Em Fevereiro deste ano requeremos o envio desses estudos, o que ainda não aconteceu, apesar de sabermos que existem e que, pelo menos, alguns estão prontos. Nos meios técnicos fala-se, fazendo-se até diferentes comentários quanto ao seu conteúdo que não são abonatórios das suas conclusões.

Há uma outra questão que gostava de lhe colocar. Afirmou V. Ex.^a que o PEN para 1984 não foi dado por concluído. Se assim é, por que razão o Sr. Ministro não esperou a sua conclusão para entregar a Conselho de Ministros as grandes opções energéticas e uma série de outros documentos que já aqui foram salientados, chamados de preliminares, sendo, de facto, muito preliminares quanto ao seu conteúdo técnico, devido a serem, lamentavelmente, mal elaborados? Porque essa pressa, quando se estimava que 1 ou 2 meses depois a revisão do Plano Energético estivesse concluída?

Segundo noticiaram vários jornais, as conclusões da versão 1984 do PEN apontam para um adiamento da decisão de encomendas nucleares para 1990. Face a isto, pergunto: o Ministro da Indústria e Energia confirma que isto está escrito em documentos do Grupo Consultivo e de Apoio? Subscreve o Ministério a afirmação deste Grupo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, se outra vantagem não tivesse esta interpelação do MDP/CDE, teria, pelo menos, a de dar ensejo a que o Governo, através do Sr. Ministro da Indústria e Energia, dissesse o que pensava sobre o problema, embora na generalidade. Interessa registar a abertura do Governo para que o problema energético e o da opção nuclear sejam discutidos em diálogo aberto, público, e que o PEN tome forma de proposta de lei a apresentar a esta Assembleia. Isto parece-nos extremamente importante e positivo, assim como nos parece também positiva a metodologia anunciada pelo Sr. Ministro quanto às várias fases que culminarão com a aprovação do PEN por esta Assembleia.

Há, no entanto, um facto que imediatamente se coloca: a definição de um plano energético pressupõe e depende de um plano de desenvolvimento. Face a isto, pergunto-lhe se esse plano existe e se o Plano Energético está nele entrosado. Por outro lado, existem questões concretas que preocupam muitos cidadãos e a nós também, como, por exemplo, saber quando se prevê poder tomar-se uma opção relativamente ao nuclear. A decisão sobre esta questão é extremamente importante e sabe-se, pois veio nos jornais, que um grupo de apoio do Ministério previu que ela só possa ser tomada em 1990. Face a isto, perguntei ao Sr. Ministro se subscreve ou não esta conclusão do grupo de apoio.

Sobre os licenciamentos de que V. Ex.^a falou existia, nos termos do Despacho n.º 23/83, um grupo de trabalho para estudar e propor uma lei quadro de licenciamento. V. Ex.^a disse que estava pronta e que não seria só para as centrais nucleares, mas para todas as centrais eléctricas. Pergunto-lhe, então, se neste projeto de licenciamento o Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear ou o seu sucedâneo continuam exclusivamente dependentes do Ministério da Indústria e Energia e que garantias haverá no sentido de quer o licenciamento quer a fiscalização serem realizados de acordo com as normas internacionais, uma vez que também compete ao Ministério dar instruções à EDP sobre a orientação para a construção de centrais nucleares.

Gostaria ainda de saber se as autarquias locais terão os seus representantes junto da entidade fiscalizadora e licenciadora, qual o seu papel e qual o período concedido para poderem dar a sua opinião, pois, segundo V. Ex.^a, elas seriam consultadas. A Assembleia da República estará representada nesta entidade? Qual o período de consulta por parte do público?

Será sempre o Governo a conceder as licenças previstas — preliminares de construção e de exploração? Era isto que queria saber.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, julgo que as suas explicações acerca do problema nuclear foram suficientemente claras para termos a garantia de que, a seu tempo, podemos intervir no processo.

Gostaria, no entanto, de lhe colocar algumas questões que, de certo modo, se posicionam antes do problema da opção nuclear.

A primeira delas tem a ver com as necessidades de energia. O nosso país tem tido um crescimento de consumo de energia nitidamente superior à média dos países da Europa Ocidental. Muito embora continue a ter um consumo *per capita* — que, de resto, o Sr. Ministro referiu — muito baixo, a verdade é que, se compararmos o consumo de energia com o produto interno bruto, verificamos que estamos a consumir muito mais do que esses outros países para produzir por unidade de produto. Isto significa que há necessidade de adopção de medidas imediatas, não apenas no que se refere à poupança de energia, como também relativamente ao encontro de formas alternativas de exploração dos recursos internos.

Pretendia, pois, saber se o Governo tenciona manter, e através de que medidas concretas, uma política coerente, sobretudo uma política firme, nestes domínios. E que temos assistido, nos últimos anos, a uma inconsistência muito grande: promovem-se, por exemplo, incentivos para o aproveitamento de pequenos recursos hidroeléctricos que caducam ao fim de poucos meses, o que não dá tempo sequer para a preparação dos projectos; mesmo em relação às facilidades de promoção de economias de energia, como seja através dos recursos de energia solar, etc., não vejo que haja incentivos satisfatórios para conseguir promover esse tipo de iniciativas.

Um outro aspecto que queria focar diz respeito à comparação das soluções alternativas, entre as quais a nuclear se coloca, e sobretudo relativamente à alternativa carvão.

Julgo que é preciso estudar aprofundadamente os problemas, tal como foi aqui enunciado. Normalmente fala-se muito de estudos ambientais, de saúde, de segurança, etc., para as centrais nucleares; fala-se também, no nosso caso, acerca de Alqueva, mas, curiosamente, nunca ouvi falar — publicamente, é evidente — num estudo semelhante relativo a centrais a carvão ou outras formas alternativas.

A minha pergunta é a de saber se daqui para diante o Governo tenciona promover estudos igualmente aprofundados para essas formas alternativas de produção de energia.

Finalmente, porque o tempo de que disponho está a terminar, gostaria de colocar a seguinte questão, muito simples: perante a situação de dependência energética de Portugal, que infelizmente se não vislumbra possa ser modificada profundamente nos próximos tempos — infelizmente até no longo prazo —, qual a orientação política do Governo no que se refere às garantias de abastecimento externo.

Estará aqui em causa saber as medidas no campo diplomático, e não só, que terão sido tomadas e sobretudo a orientação de que o Governo se serve no sentido de garantir, já que não é possível a independência, pelo menos uma diversificação de possibilidades de

abastecimento externo que garantam uma autonomia suficiente ao nosso país, no campo político, evidentemente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, já ultrapassámos a hora do intervalo para o almoço. Não sei se os Srs. Deputados querem ir almoçar ou se dou ainda a palavra ao Sr. Ministro da Indústria e Energia para responder aos pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Presidente, não acho que as respostas sejam tão urgentes que tenhamos que adiar o intervalo do almoço.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro. A sessão reinicia-se às 15 horas.

Peço aos Srs. Deputados o favor de estarem presentes às 15 horas, para se evitar uma maratona nocturna e também para conservarmos a nossa energia.

Risos.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

No recomeço da sessão assumiu a presidência o Sr. Presidente Tito de Moraes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — A Mesa vai comunicar aos Srs. Deputados as últimas informações que tem relacionadas com o acidente hoje ocorrido em Valongo.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — As informações de que a Mesa dispõe foram recolhidas a pedido do Sr. Presidente da Assembleia da República. Elas referem às 11 horas e 50 minutos da manhã, pelo que neste momento os números já podem ser diferentes.

Em todo o caso, a situação era de 16 mortos confirmados, 32 a 36 feridos, dos quais, pelo menos, 8 em estado grave. O acidente deu-se com uma automotora de desdobramento da linha Régua-Porto, que passou com a passagem de nível aberta, passagem de nível essa com guarda.

A primeira composição da automotora passou e só a segunda é que chocou com o autocarro da Empresa Alpendurada, que levava 52 passageiros.

Não há feridos nos passageiros da automotora; apenas o maquinista ficou ligeiramente ferido e após ter recebido tratamento regressou ao serviço.

A Mesa foi informada de que o Governo nomeou de imediato uma comissão de inquérito, que o Sr. Governador Civil do Porto estava nos hospitais a acompanhar pessoalmente a situação, que se tinha deslocado para o local o presidente do conselho de gerência da CP, que às 11 horas e 50 minutos, no Hospital de S. João, do Porto, havia 8 mortos, e 25 feridos, não se sabendo quantos em estado grave, que no Hospital de Paredes havia 2 feridos ligeiros, 5 feridos graves e 5 mortos e que no Hospital de Penafiel havia 3 mortos.

Havia muitas corporações de bombeiros no local, mas, dado o estado das vias e o ajuntamento da população, tinham dificuldade em entrar em acção.

Estas informações foram recolhidas pela Mesa junto do Sr. Ministro do Equipamento Social, do chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e do Serviço Nacional de Protecção Civil sediado no Governo Civil do Porto.

Entretanto, recebemos um *telex* do Hospital de Santo António, do Porto, informando o seguinte:

Não deu entrada neste Hospital qualquer sinistrado, tendo sido assistidos no Hospital de S. João.

O Hospital Geral de Santo António está, obviamente, à disposição daquele Hospital para todo o apoio que necessite.

Do Hospital de S. João recebemos também um *telex* informando:

Face ao grave acidente ocorrido, cumpre-me informar que a situação está sob controle, não havendo necessidade de recurso a outros hospitais.

Deram entrada neste Hospital 32 sinistrados, dos quais 6 já entraram mortos, vindo mais 1 a falecer imediatamente após a entrada.

Dos restantes 25 sinistrados já tiveram alta 11, 3 dos quais elementos das Forças Armadas, transferidos para o Hospital Militar.

Permanecem neste Hospital os restantes 14 sinistrados, em observação ou nos blocos cirúrgicos.

Relativamente ainda ao acidente, consta haver mais 7 falecidos transportados para os hospitais distritais mais próximos do sinistro, local para onde este Hospital fez deslocar 2 equipas de urgência e reanimação logo que houve conhecimento da ocorrência. Cumpre-me realçar a solidariedade da população, acorrendo para dádivas de sangue, bem como do pessoal hospitalar, corporações dos bombeiros e forças da PSP.

O Director do Hospital, *Miguel Matos*

Trata-se de *telexes* recebidos neste momento e que confirmam as informações de que já dispúnhamos.

A Mesa informa ainda que foi montado um serviço de informação em directo com o Porto, a fim de nos manter informados de qualquer anormalidade que surja.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Fonseca.

O Sr. Portugal da Fonseca (PSD): — Foi afirmado que a passagem de nível estava aberta apesar de ter guarda.

É, pois, um bocado estranho que, havendo uma passagem de nível com guarda, esta estivesse aberta na altura em que passou um desdoblamento do comboio.

Isso suscita-me uma série de perguntas, em relação às quais gostaria que a Mesa se informasse correctamente.

São as seguintes: o desdoblamento processava-se todos os dias ou só em alguns dias da semana? O guarda da passagem de nível estava presente ou estava ausente aquando da passagem do comboio de desdoblamento? Em que dias da semana se processava esse desdoblamento?

Isto porque, segundo informações de que disponho, só às segundas-feiras é que se processava o desdoblamento. Ora, é muito natural que, depois das festas da Páscoa e dada a sucessão de feriados que houve, o desdoblamento se processasse em dias subsequentes e o

guarda da passagem de nível não tivesse sido avisado da sua execução. Por isso é grave e é de apelar à responsabilidade de quem não avisou o guarda ou, se este foi avisado, à sua falta de presença.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, na sequência do mandato que a Assembleia deu à Mesa a fim de inquirir do que se passou, informo que está já redigido um voto de pesar, assinado por representantes de todos os grupos parlamentares, que vou enviar de imediato para a Mesa.

O Sr. Presidente: — Em relação às perguntas do Sr. Deputado Portugal da Fonseca, devo dizer que, tal como a Câmara já foi informada, o Governo mandou proceder a um inquérito.

A Mesa está atenta às informações que forem recolhidas. Entretanto, parece poder dizer-se que o guarda da passagem de nível estava de folga e que tinha um substituto para esse dia.

Vai ser lido o voto de pesar.

Foi lido. E o seguinte:

Voto de pesar

A Assembleia da República Portuguesa tomou conhecimento do trágico acidente verificado numa passagem de nível entre Valongo e Paredes, gerado pela colisão de uma composição ferroviária e um autocarro de passageiros.

Neste grave e impressionante desastre há já a registar até à data 17 mortes e inúmeros feridos de gravidade entre os 52 ocupantes do autocarro, bem como lesões no maquinista da automotora da CP.

A Assembleia da República, que desde a manhã seguiu com angústia e preocupação as informações que foi recebendo, exprime os sentimentos de profundo pesar e de solidariedade para com as vítimas e suas famílias, aguardando que sejam efectuadas rápidas averiguações sobre as circunstâncias em que se deu o acidente e que sejam igualmente tomadas as medidas adequadas no sentido de ser mobilizado um efectivo e imediato apoio aos sinistrados e suas famílias.

Assembleia da República, 26 de Abril de 1984. — *Carlos Lage (PS)* — *António Mota (PCP)* — *António Taborda (MDP/CDE)* — *Guido Rodrigues (PSD)* — *João Lopes Porto (CDS)* — *Magalhães Mota (ASDI)* — *Lopes Cardoso (UEDS)* — *Octávio Cunha (UEDS)*.

O Sr. Presidente: — Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se vários Srs. Deputados para declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A bancada socialista sente-se profundamente

chocada pela dramática ocorrência que hoje de madrugada se verificou na passagem de nível em Recarei, no distrito do Porto, e que se saldou pela morte de cerca de 2 dezenas de trabalhadores e por ferimentos de gravidade em muitos outros quando se dirigiam para os seus locais de trabalho.

Infelizmente, vêm sendo frequentes incidentes deste tipo, que deverão constituir oportunidade para se averiguar da insuficiência e da precariedade da segurança global da nossa rede ferroviária e ocasião para se encarem medidas de fundo que, de uma vez por todas, evitem a possibilidade de que idênticos e brutais acidentes se venham a repetir no futuro.

De facto, a sinalização e segurança do sistema ferroviário nacional carece de medidas urgentes, de modo que nos milhares de passagens de nível com e sem guarda se instalem mecanismos automáticos que obviam às falhas humanas, quer culposas quer não.

Os deputados do Partido Socialista, em particular os eleitos pelo distrito do Porto, enviam às famílias enlutadas e a todas atingidas pela desgraça de hoje os seus mais sinceros sentimentos de pesar e de muita solidariedade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — O meu grupo parlamentar solidariza-se também com o voto e pensa, igualmente, que deve ser feito, com rigor, um inquérito às causas deste incidente.

Não é a primeira vez que acidentes destes se dão, uns com mais e outros com menos gravidade, sem que se tomem medidas eficazes.

Consideramos também importante que se dê todo o apoio moral e material quer aos sinistrados quer às famílias das vítimas, pois, como se sabe, tratava-se de trabalhadores que se deslocavam para o trabalho e que já tinham dificuldades.

Entendemos ainda que não estamos aqui a arranjar bodes espiatários; quem conhece as passagens de nível do Norte sabe que factos destes não ocorrem com mais frequência por sorte daqueles que atravessam as linhas ferroviárias. Portanto, terá de ser feito um inquérito, de modo que, de uma vez por todas, estas situações acabem.

Termino, endereçando também às vítimas os nossos sentimentos e manifestando o nosso pesar pelo acontecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Uso da palavra em declaração de voto, embora o texto do voto fosse já bastante claro.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do CDS e muito em particular os seus deputados do distrito do Porto querem aqui sublinhar o profundo pesar e o sentimento de solidariedade que os une às vítimas deste acidente.

Também nós entendemos que um desastre como este, infelizmente a juntar a tantos outros a que temos vindo a assistir, deve ser objecto de inquérito. No entanto, neste momento não queríamos dar a tónica a esse aspecto, até porque confiamos que o Governo assumirá as responsabilidades que lhe cabem e querímos sobre-

tudo sublinhar o carácter humano que nos anima testemunhando, de forma bem sentida, a nossa solidariedade com os que estão a sofrer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António dos Santos.

O Sr. Manuel António dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como consta do requerimento entregue na Mesa, o PSD reafirma neste momento o seu pesar pelo trágico acidente hoje ocorrido na via férrea do Douro, do qual resultaram mortos e feridos.

Ficamos responsávelmente expectantes em relação ao inquérito e medidas já decididas pelo Governo. Estas são razões que nos levaram também a votar favoravelmente o voto de pesar agora aprovado.

Aos familiares das vítimas endereçamos a nossa profunda solidariedade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O luto e a dor que desabaram sobre dezenas de famílias do Norte do País não podem deixar-nos indiferentes e temos de proferir uma palavra de solidariedade para com os familiares das vítimas.

Estamos perante aquilo que acabou de ser referido como um desastre. Lembraria que, etimologicamente, a palavra «desastre» significa qualquer coisa contrária ao astro, à boa fortuna das pessoas. Mas desejaria aproveitar a oportunidade para dizer que se estamos predispostos a solidarizarmo-nos com aquilo que acontece por ser contrário aos astros temos a obrigação de tentar evitar que acontecimentos desta natureza se verifiquem. E isso só acontecerá quando forem exigidas responsabilidades quanto ao não cumprimento de deveres que incumbem quer a condutores de veículos que têm necessidade de passar em passagens de nível, quer em relação às pessoas que têm por obrigação estar atentas aos perigos de que estas se revestem, quer, por último — o que será mais difícil e complicado — rever todo um sistema que ainda permite acidentes desta natureza.

Termino, endereçando a nossa solidariedade às famílias das vítimas e exprimindo o nosso sentimento de pesar pelos falecidos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o MDP/CDE não pode deixar de prestar a sua solidariedade às famílias das vítimas deste acidente ferroviário, que, em nosso entender, vem levantar, mais uma vez, o problema das cerca de 3000 passagens de nível que existem no nosso país.

Sabemos como é difícil a eliminação total dessas passagens de nível, dado os custos económicos que isso importaria para o País. Mas parece-nos que neste momento, e dada a extrema gravidade deste acidente, será de repensar se a vida humana não é um elemento muito mais precioso do que os custos económicos da resolução deste problema.

Ficamos na esperança de que assim entendam as entidades a quem compete decidir, designadamente o Governo, porque só à imagem do homem se devem fazer e realizar todas as outras obras.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entramos agora de novo na ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia, se desejar responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram feitos.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Srs. Deputados, podíamos talvez dividir as questões postas em 2 grandes grupos.

Ao primeiro, que fundamentalmente incide sobre questões fundamentais da política energética e da metodologia, responderia imediatamente.

Em relação a problemas específicos pediria ao Sr. Secretário de Estado da Energia e, se VV. Ex.^{as} considerarem também necessário, ao Sr. Secretário de Estado do Planeamento para responderem.

O primeiro grupo relaciona-se directamente com a interpelação do MDP/CDE, que desenvolve uma introdução para a fundamental.

Devo dizer que li com interesse e até com curiosidade técnica e científica essa fundamentação. Não posso deixar de concordar com alguma problemática que ela própria introduz, mas a certa altura diz assim:

Todas as acções em curso conjugam-se para uma tomada de decisão em meados de 1984 e a ansiedade do Governo ou talvez do Ministério da Indústria e Energia, que nenhuma urgência justifica, consubstanciou-se na apresentação, em Conselho de Ministros, das Grandes Opções Energéticas, antes mesmo de concluídos os trabalhos de revisão do Plano Energético Nacional [...].

E diz ainda:

[...] Em democracia, os processos têm de ser transparentes e as tomadas de decisão em questões importantes como esta têm de resultar de um consenso alargado e não podem ficar sujeitas às flutuações políticas ou das pessoas que ocupam as pastas ministeriais.

Ora, o Ministro da Indústria e Energia, que tem tido o maior cuidado — e talvez esse cuidado tenha dado origem a alguma preocupação noutros sectores —, não pode deixar de ficar magoado com estas asserções.

Em primeiro lugar, porque o Ministro nunca tentou, em Conselho de Ministros, fazer aprovar qualquer coisa sobre o Plano Energético sem que ele fosse devidamente revisto pelos mecanismos próprios e na altura oportuna.

Quer isto dizer que o MDP/CDE teve acesso a documentos que o Ministro da Indústria e Energia, por camaradagem, deu aos seus colegas em Conselho de Ministros, assegurando desde logo que se tratava de documentos preliminares para ver qual era a forma como o Plano Energético se encaminhava em sentido de aprovação naquele Conselho e sua futura discussão final na Assembleia da República.

É, portanto, falso que haja qualquer urgência que não tenha um sentido de rigor e, por isso mesmo, admiti que fossem alguns amigos do MDP/CDE que,

porventura, lhe tivessem fornecido esses documentos que dei aos meus colegas de Governo.

Não quis, pois, ofender o MDP/CDE, mas, naturalmente, não posso permitir que qualquer partido ou pessoa possa conceber que o Ministro da Indústria e Energia, por pretensamente ser a favor da opção nuclear, quer deixar de utilizar os mecanismos transparentes e limpidos para a discussão desse problema.

Naturalmente que tenho os meus amigos! Ouço os meus amigos, mas não escrevo as suas opiniões!

O MDP/CDE osendeu sem necessidade o Ministério da Indústria e Energia ao ter escrito uma asserção falsa.

A outra questão coloca-se por o MDP/CDE querer, à viva força, discutir o Plano Energético Nacional. Este Plano tem uma versão do governo anterior, foi um trabalho criterioso que merece os meus elogios para a altura em que foi feito, mas que este governo não assumiu na forma em que se encontrava, porque os condicionalismos económicos variaram de 1982 a 1984. Quer isto dizer que este governo será responsável, ao mesmo tempo que aproveitando do trabalho que o governo anterior fez — que é um trabalho extremamente útil —, apenas pela versão do Plano Energético de 1984.

Quando se querem discutir planos energéticos que este governo ainda não fez, está-se a colocar uma falsa questão.

É evidente que o Governo instituiu mecanismos para a preparação do Plano Energético. No grupo consultivo estão representadas as mais diversas correntes de opinião, mas esse mesmo grupo consultivo tem as competências que lhes são atribuídas pelo despacho que foi exarado em 1981.

Quando se pretende extrair do grupo consultivo documentos para se querer afirmar que não podem ser modificados e da sua existência se extrai que afinal esse mesmo grupo supera o Governo, pois as decisões já estão nesse grupo, não estamos a discutir problemas de uma forma séria.

O grupo consultivo tem as suas próprias opiniões, que são do conhecimento de todos, mas para além deste grupo existe o grupo executivo e existe a comissão do Plano e temos de respeitar as opiniões de todos estes elementos constitutivos deste mecanismo, desde que sejam devidamente justificadas. VV. Ex.^{as} podem concordar com umas ou com outras, mas julgo que ninguém terá o direito de ir a grupos que estão constituídos no Ministério da Indústria e Energia e, porque no desenvolvimento do processo há alguma coisa que lhes agrada, querer ligar o Governo a essas coisas, de uma forma definitiva, quando, efectivamente, não é isso que está em causa. Julgo que indo por essa via se está a cair em alçapões que podem levar, inclusive, a dizer que o Governo não tem autoridade porque afinal dá seguimento a todos os grupos consultivos e eles não têm a função fundamental — e importante — que efectivamente desempenham.

É óbvio que, porventura, o Sr. Engenheiro Lopes Cardoso não tem essa representatividade, através do seu grupo parlamentar, nesses grupos consultivos; essa é a razão por que não teve acesso aos trabalhos. Mas uma coisa posso prometer a V. Ex.^a: a partir do momento em que o Governo tenha a sua versão, a versão que ele mesmo aprova, do Plano Energético Nacional, então eu próprio distribuirei a todos os

grupos parlamentares documentos preliminares e outros que forem fundamentais e não deixarei de criar uma biblioteca do Secretariado Energético para VV. Ex.^{as} poderem consultar o que lhes aprovarem, quando assim o entenderem. De qualquer modo, tomei nota das ansiedades naturais de V. Ex.^a e não deixarei de lhe enviar, o mais rapidamente possível, bem assim como a todos os grupos parlamentares, alguns trabalhos de filosofia de política energética e de descrições de facto.

Não deixa de ser curioso, e os Srs. Deputados que aqui criticaram caíram nessa ratoeira, que VV. Ex.^{as} consultem documentos que têm escrito no cabeçalho Secretaria da Energia mas que não estão assinados e que invoquem números afi contidos; serão os números que estarão errados ou serão as pessoas que não saberão dar interpretação aos números? Com que direito é que VV. Ex^{as} utilizam documentos pessoais?

Para mais há interpretações erradas: VV. Ex.^{as} falam em milhões de contos mas não dizem se esses milhões de contos são relativos a 1980, a 1981, a 1982 ou 1983 e, como todos sabemos, é necessário precisar a linguagem dos números.

Mas há mais: teria eu a obrigação de fornecer a um grupo parlamentar um documento que foi feito para apenas circular em Conselho de Ministros e, com estas limitações, vir aqui ser comentado? Há aqui algo de errado que, porventura, sugere a pergunta sobre quem tem afinal urgência na opção nuclear. Não é com certeza o Governo, pois este está a estudar os problemas de uma maneira metódica, pois considera o problema energético de Portugal gravíssimo e sabe que os nossos bens alimentares como os nossos bens energéticos afectam, pelos seus preços, a vida do dia-a-dia de todos os cidadãos.

Mas o Governo não equacionou o problema específico da opção nuclear até a esta data porque o próprio Ministro da Indústria e Energia ainda não aprovou o Plano Energético. Curiosamente, são VV. Ex.^{as} que querem discutir à força a opção nuclear, dizendo que o Governo e o Ministro é que estão ansiosos por isso. Afinal, são VV. Ex.^{as} que estão ansiosos por tal discussão — e eu direi de uma maneira ilegítima —, porque vão ter todo o tempo, pois, afinal, a grande responsabilidade de haver um Plano Energético Nacional neste país caberá a VV. Ex.^{as} Só que VV. Ex.^{as} não poderão impedir que o Governo estude e que trabalhe. Eu diria que, pessoalmente, gostaria que esse documento já tivesse sido presente; contudo, entendi, por razões éticas, que não devia pressionar os diferentes grupos de trabalho no sentido de acelerarem o processo, pois amanhã poderia ser dito que os documentos que eu apresentava tinham sido acelerados para que estivessem de acordo comigo.

Não se enganem VV. Ex.^{as}: quem vai ficar responsável, perante o País, pela existência ou não de uma política energética é a Assembleia da República. Do Ministério da Indústria e Energia ela terá, no entanto, todo o apoio para que as decisões sejam as mais avisadas e as mais consentâneas com o interesse nacional.

Mas afinal eu vim aqui propor uma metodologia que foi aprovada em Conselho de Ministros. Gostaria agora de saber se VV. Ex.^{as} desejam, eventualmente, modificá-la ou dar-me sugestões para essa modificação

por forma a intervirem, no processo preliminar, de uma maneira mais intensa, mais fecunda e até tecnicamente mais evoluída. Aqui estou eu disposto a receber os conselhos de quem mos quiser dar. A metodologia foi proposta: se VV. Ex.^{as} me aconselharem nessa modificação, terei o maior prazer em propor ao Conselho de Ministros uma modificação que ainda torne mais rica a discussão até à vinda, em Outubro, do Plano Energético Nacional.

É, portanto, numa atitude de humildade, numa atitude de desejo de estudo profundo, perante um problema gravíssimo que está relacionado com modificações estruturais que é necessário fazer na sociedade portuguesa, que o Ministério da Energia está a proceder. Mas, entretanto, atiram-se números: deverei eu dizer, aqui e agora, contra números? Deverei eu dizer que esses números estão errados? Deverei dizer que, porventura, os dados não estão actualizados? Vamos aqui envolvermo-nos numa discussão? Vêm-me à ideia aqueles estudantes que, depois de bem estudada a lição, a querem dizer a todo o custo, em qualquer lugar.

Ora bem: o que diria é que vamos aqui não discutir pormenores mas definir uma política e uma via para que ela possa ser atingida da maneira mais profícua e de maneira a servir melhor o interesse do povo português. Propus uma metodologia dessa natureza. Gostaria que VV. Ex.^{as} a alterassem, gostaria que dessem sugestões e que a enriquecessem e que não fossemos agora, envolvidos em pormenores mesquinhos, discutir outros relatórios perante aqueles que não estão actualizados e dizer, até, coisas como esta: falou-se que o livro branco sobre a energia nuclear não tinha sido distribuído. Pois, meus senhores, o governo anterior pôs à venda 1500 exemplares desse livro, distribuiu centenas e eu mandarei fazer outras centenas se, porventura, não chegarem; ora, como vem aqui dizer-se que esse livro branco sobre a energia nuclear não é distribuído? Há aqui qualquer coisa de errado na forma como nós conduzimos todas estas coisas, porque o que eu desejo, e pelo que luto, é uma transparência evidente neste processo.

Houve aqui questões da mais alta relevância. Por exemplo, aquela que diz respeito a saber da possibilidade de fazer um plano energético, num sector específico de desenvolvimento, sem termos o plano de desenvolvimento económico nacional, sem termos um plano a médio e longo prazo. Eis uma pergunta pertinente.

Para sossegar os espíritos eu diria que, naturalmente, a Secretaria de Estado de Planeamento, que tem actuado em perfeita cooperação com o Ministério da Indústria e Energia, começou a fazer os seus estudos fundamentais e desde logo os cenários de longo prazo tiveram em conta as linhas mestras da estratégia de médio prazo que está em preparação e vai constituir o quadro de referência. Quer dizer, os cenários macroeconómicos que vão informar esses planos de recuperação económica já são aqueles que são coincidentes com os do Plano Energético Nacional.

O Plano de 1984 que aqui se perguntou estará pronto dentro de dias para ser enviado a Conselho de Ministros.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Talvez para o fim do ano!

O Orador: — Estas foram as questões fundamentais, para além das levantadas pelo Sr. Deputado João Porto, que são também muito importantes. As estas passarci então a responder.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que há uma política energética. O CDS declarou que se vai envolver na discussão profunda deste problema mas, no domínio da conservação, o que está a fazer? É que é numa fonte evidente que se deve aproveitar.

Tive ocasião de dizer que o Plano Energético Nacional aponta para uma poupança de energia da ordem de 17 %. É, num sistema débil como o nosso, num sistema dispendioso como o nosso, uma percentagem elevadíssima que eu diria que é difícil de atingir. Mas que actividades é que o Ministério da Indústria e Energia está a lançar ou vai lançar para que os problemas de conservação de energia tenham uma tradução prática no sistema energético?

Eu já o referi: em primeiro, as auditorias energéticas que se iniciaram em diversos sectores industriais por forma que se possam publicar em breve guias de gestão de energia para esses sectores industriais, e não só a poupança de energia como o seu aproveitamento integral sejam uma realidade; em segundo, referi as auditorias energéticas relativamente aos transportes, incidindo a nossa atenção, em particular, nas cidades de Lisboa e Porto, por forma que, através dessas auditorias, possamos, também, fazer poupanças significativas.

Não se trata de varinhas mágicas que resolvem os problemas de um momento para o outro: são problemas que necessitam de estudos e de decisões. No entanto, alertei VV. Ex.^{as} para o facto de que, dentro das previsões que foram feitas, se quisermos fazer uma poupança da ordem dos 17 % teremos de investir, em 10 anos, cerca de 500 milhões de contos e distribuí-los pela indústria, pela agricultura e pelos serviços.

Que dizer mais? Diria tão-só isto: se uma decisão pode ser custosa e dispendiosa para o País, a falta de decisão traduz-se também em custos dolorosos e, por isso mesmo, não considero legítimo que VV. Ex.^{as} peçam adiamentos de questões. Têm, creio, tal qual como o Governo, de enfrentar os problemas e de tomar uma decisão. Se esta for um adiamento, esse adiamento tem de ser fundamentado e justificado para que as gerações vindouras saibam a quem cabe a responsabilidade de não se tomarem decisões em tempo oportuno.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado António Redol.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Se o Sr. Ministro me dá licença, eu queria protestar pelo facto de, em relação às perguntas formuladas, não ter dado V. Ex.^a resposta concreta ao contrário do que aconteceu agora em relação à questão da racionalização energética. Foi, de facto, uma resposta muito mais concreta — até com números — do que em relação à questão nuclear.

O Sr. Ministro disse que tinha tido o maior cuidado com esta questão do nuclear mas, efectivamente, não pode deixar de reconhecer que se precipitou ao entregar a Conselho de Ministros os documentos que entregou, sem esperar pela revisão do Plano Energético.

Defendeu muito bem o Plano de 1984, que é da sua autoria, mas então tem que se basear nele e não no anterior ou em documentos que foram feitos e que não se basearam, também, no Plano de 1984.

Por outro lado, o Sr. Ministro desvalorizou a capacidade do Grupo Consultivo e de Apoio dizendo que isso são opiniões desse Grupo, mas eu lembro que são também opiniões dos técnicos da Direcção-Geral de Energia os documentos apresentados no Grupo Consultivo e de Apoio e tudo parece que, pelas suas palavras, e mais uma vez, como aconteceu em 1982, a síntese desses estudos vai ser modificada em relação aos estudos que foram realizados.

Teremos oportunidade de, em concreto, sem ser em conversa, comparar as frases que foram escritas no Relatório Geral do Plano de 1983 e as que foram escritas no relatório-síntese.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Gostava de repetir ao Sr. Deputado que o Governo ainda não tomou qualquer decisão sobre a opção nuclear. Considero, portanto, ilegítima a insistência de V. Ex.^a no sentido de querer discutir comigo a opção nuclear e os números que V. Ex.^a tem sobre essa mesma opção, que, de resto, considero desactualizados.

V. Ex.^a põe-me ainda outra questão: diz que falou com elementos do Grupo Consultivo e técnicos da Direcção-Geral de Energia e que entende que eu devo levar ao Governo a opinião desses técnicos. Eu acho que V. Ex.^a está a raciocinar mal. Se V. Ex.^a me perguntar se eu omitirei a opinião deles, pode estar certo que não o farei, mas as pessoas assinam tudo aquilo por que são responsáveis. Dê, no entanto, V. Ex.^a, a mim e à Comissão do Plano Energético Nacional a capacidade de termos a nossa própria opinião. Se será igual ou diferente, V. Ex.^a o verá. Considero, no entanto, que não é éticamente aceitável, baseando-se em grupos institucionais que estão criados no Ministério da Indústria e Energia e sem que o processo esteja concluído, vir V. Ex.^a com essa discussão. Afinal V. Ex.^a é que está com grandes desejos de discutir a opção nuclear antes que ela tenha tido a aprovação final do Governo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, gostaria de lhe dizer que, para nós, a sua posição — permita-me que lhe diga — não é tão virgem quanto pretende fazer crer. O Sr. Ministro é o Sr. Ministro, mas antes, como toda a gente sabe, é também presidente do LNETI e foi nessa posição que assinou a Comissão do PEN, que opta pelo nuclear e distorce os relatórios elaborados pelos técnicos e pela Comissão Consultiva de Apoio.

O Sr. Ministro pode também dizer que os documentos distribuídos em Conselho de Ministros estão no

âmbito de uma questão de colegialidade e até de camaradagem — e, sobre este assunto, nem sei o que diria o Sr. Ministro da Qualidade de Vida.

Mas o meu protesto diz respeito a outro assunto. É que não obtive resposta às questões colocadas, nomeadamente àquelas às quais V. Ex.^a havia dito ser o Sr. Secretário de Estado da Energia quem iria dar uma resposta. O Sr. Secretário de Estado está-me a indicar que ainda irá fornecer uma resposta, mas eu continuo a colocar-lhe tais questões.

Assim, e por exemplo, sobre a questão do terminal de carvão, que foi colocada pelo meu partido há dois anos e meio nesta Assembleia, com requerimentos e intervenções, e na imprensa, através da qual chamámos a atenção para a descoordenação existente, tendo inclusivamente afirmado que haveríamos de chegar à fase de arranque da termoeléctrica sem existir porto — e é esta a situação em que nos encontramos hoje, perguntamos se há ou não responsáveis e, havendo, se esses responsáveis fazem ou não parte da coligação. Esta é, para nós, uma questão importante.

Quanto ao Plano, o Sr. Ministro deu-nos a informação importante de que o Plano vai ser entregue ao Conselho de Ministros dentro dos próximos dias, não tendo, porém, passado pelo Conselho Nacional do Plano. Estamos em Abril e o Sr. Ministro das Finanças e do Plano promete vários planos — nomeadamente de modernização —, mas ainda não executou o mandato que recebeu da Assembleia da República para elaborar o Plano para 1984 (nem para plano anual nem para plano a médio prazo). No entanto, grandes cenários têm sido feitos a fim de realizar a opção nuclear.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, o Sr. Secretário de Estado da Energia responder-lhe-á a questões concretas colocadas por V. Ex.^a

Mais uma vez julgo que é ilegítimo entender que, pelo facto de eu ter assinado o Plano Energético em 1982, tenha que considerar desde logo as mesmas opções — e da mesma maneira — que se pretendem nesta altura em 1984. Afirmo isto pela seguinte razão: não se trata de o trabalho, naquela altura, não ser profundo e sério. As condições económicas entre 1982 e 1984 é que se modificaram. E este governo, como porventura qualquer governo honesto entenderia, entendeu que se deveria fazer essa mesma revisão. E, portanto, dentro da ideia de que as opiniões das pessoas não são imutáveis no tempo, quando elas são dependentes de factores económicos, financeiros, tecnológicos e de desenvolvimento, que coloco essa questão aos Srs. Deputados. Com certeza que também VV. Ex.^{as}, de vez em quando, mudam de opinião.

Uma voz do PSD: — Não mudam!

O Orador: — Por outro lado, regista-se aqui uma confusão do Sr. Deputado, que diz respeito ao problema da passagem pelo Conselho Nacional do Plano. No mecanismo não está estabelecido isso. Podem os Srs. Deputados entender que se deve fazer, mas o Plano em causa apenas tem de ir à Comissão do Plano Energético Nacional. E essa Comissão tem essa

constituição exactamente no Plano Energético Nacional. Não me oporei a que efectivamente também passe pelo Conselho Nacional do Plano.

As outras questões, como disse, responderá o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Presidente: — Se desejar responder, o Sr. Secretário de Estado da Energia dispõe de 1 minuto.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o Governo pede licença para invadir o tempo que lhe resta, a fim de podermos responder às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados. É talvez a forma mais útil de utilizar esse tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares, a Mesa não tem nada contra tal utilização do tempo do Governo, a não ser que não pode deixar estabelecer diálogo.

Para completar a resposta do Sr. Ministro da Indústria e Energia, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia (Rocha Cabral): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Serei extremamente breve, abordando apenas os aspectos concretos.

Penso que a questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas, sobre o posto de abastecimento de carvão a Sines, representa a demonstração mais inequívoca da necessidade de existir um Plano Energético Nacional. Se o problema foi colocado há dois anos e meio, não compete a este governo responder sobre o que aconteceu nessa altura. O que lhe posso dizer é que todas as acções necessárias para que fosse realizada a adjudicação do porto carvoeiro de Sines foram feitas e estão neste momento tomadas.

O Sr. Deputado colocou outras questões concretas sobre os aproveitamentos hidroeléctricos. No que diz respeito a Alqueva, dir-lhe-á que, mesmo que a construção tivesse sido iniciada há 6 anos, ainda não teria produzido hoje nenhuma energia eléctrica. Portanto, as contas feitas pelo Sr. Deputado são um pouco esquisitas, e, de qualquer maneira, o preço médio de venda de energia eléctrica nos anos passados e neste ano não é certamente, como sabe, 7\$/kW. Os custos por o aproveitamento do Alqueva não ter sido prosseguido desde 1980 até hoje estão contabilizados, pelo investimento já feito e pelos encargos financeiros que este investimento comportou, na ordem dos 2 milhões de contos.

Quanto à questão de saber se os aproveitamentos hidroeléctricos permitirão ou não resolver o problema energético do nosso país, dir-lhe-á que o potencial hidroeléctrico inventariado que hoje se conhece permitirá produzir, em ano médio, cerca de 18 000 GWh, número bastante inferior aos 57 000 GWh que o Sr. Carlos Carvalhas indicou como necessários satisfazer. De qualquer forma, os 7000 GWh que estão inventariados ou em construção — dado que os outros já estão em exploração, portanto a percentagem que indicou também não está exactamente correcta —

necessitariam, a preços actuais, de cerca de 1000 milhões de contos de investimento para serem realizados. Terei ainda ocasião de tratar esta matéria com mais pormenor numa outra intervenção que produzirei.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, ouvi com atenção as suas declarações. Acontece, contudo, que, em relação a perguntas concretas por mim formuladas, não forneceu qualquer resposta. Vou voltar a relembrar tais questões ao Sr. Ministro, pedindo-lhe, desde já, o favor de me prestar alguns esclarecimentos.

Em relação ao problema da discussão pública, entendemos que possivelmente ela não deveria ser encerrada antes do termo de Novembro de 1984. Encerrá-la em Setembro ou mesmo em meados de Outubro, como afirmou V. Ex.^a, representa entrarmos num período de férias e praticamente não se registar uma discussão pública. Pergunto-lhe se está ou não disposto a alargar esse prazo.

Por outro lado, também lhe perguntei, hoje de manhã, se essa discussão pública segue, antecede ou é independente da posição do Governo.

Uma outra pergunta que formulei, à qual o Sr. Ministro se esqueceu de responder, relaciona-se com a nossa convicção de que o Ministério da Indústria e Energia se deverá obrigar a publicar os textos discutidos e aprovados no Grupo Consultivo de Apoio de 1984, bem como as declarações de voto dos seus membros. Recordo-lhe que estas são por lei obrigatoriamente publicadas e que, até agora, o Ministério não o fez.

Outra questão que lhe coloquei de manhã diz respeito às declarações de voto do Grupo Consultivo de Apoio produzidas em Abril e Setembro de 1983, que, até agora, também não foram publicadas.

São estas as questões que pretendia reformular, para além de outras que posteriormente levantaremos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, tenho o maior prazer em responder-lhe a essas questões concretas.

Estamos nesta altura em fins de Abril e o entendimento do Governo é o de se dar à discussão pública um prazo até 15 de Setembro, o que é perfeitamente suficiente: são mais de 60 dias, além da necessidade de se ter em conta que este país não pode ser um país de férias permanentes. Este é um país de trabalho e, portanto, vamos trabalhar.

Por outro lado, no que diz respeito à problemática da análise em Conselho de Ministros, tive ocasião, logo na declaração inicial, de informar V. Ex.^a de que o Governo aprovará nas suas linhas gerais a Lei das Grandes Opções, mas que a abrirá à discussão pública e introduzirá todas as contribuições que depois entenda por necessárias. Não será um debate para influir esse Plano, mas sim para enriquecê-lo. Pode o Sr. Deputado estar certo de que, no que respeita a este Governo, mandarei publicar todas as declarações dos participantes. Causa-me admiração — mas pode V. Ex.^a estar mais certo disso do que eu — que ainda

não lhe tenham sido distribuídas as declarações referentes ao Plano de 1982. Devo dizer que elas estão publicadas e fá-las-ei chegar a V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, não vou protestar por não ter respondido a todas as perguntas que lhe coloquei. Agradeço-lhe a resposta que me forneceu a uma delas e não creio que justifique o protesto por não ter respondido às outras duas.

Mas parece que — isto sim — justifica o protesto político a circunstância de o Sr. Ministro, porventura na ânsia de dar um tom de tamanha abertura no diálogo, ter acabado por declarar que, no fundo, iríamos ser nós, Assembleia da República, que iríamos assumir a responsabilidade não apenas da aprovação, mas do próprio Plano Energético Nacional em si.

Devo dizer que nem eu nem o meu grupo parlamentar tencionamos — antes pelo contrário — fugir a nenhuma das nossas responsabilidades, mas creio que a circunstância de o Governo aqui trazer uma proposta de lei que terá de ser aprovada pela Assembleia não retira ao próprio Governo a responsabilidade que tem de manter. Não colocámos objecções a que o Governo siga o seu calendário e a que esse calendário seja até relativamente lento, tendo em vista, naturalmente, os estudos já feitos. Vamos participar nessa discussão, mas, naturalmente, não podemos aceitar a assécção, que porventura até terá ultrapassado o próprio pensamento do Sr. Ministro, de que a responsabilidade iria ser nossa, e não do Governo. Aliás, temos obrigação de exigir do Governo as suas responsabilidades, e fá-lo-emos.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Deputado João Porto, só lhe pretendo dizer que, naturalmente, existe uma confusão nas suas considerações que pode resultar das minhas palavras. É que o Governo não enjeita a responsabilidade de apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei das Grandes Opções Energéticas e do Plano Energético Nacional, mas a decisão final sobre essa lei e sobre o Plano cabe aos Srs. Deputados. E os Srs. Deputados serão, com o Governo, responsáveis perante o País pelas decisões tomadas.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, quero também formular um protesto político, pelas razões que passarei a expor.

Na sua resposta aos pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a disse, em suma, que o Governo estava a estudar e que esta Assembleia devia aguardar o final desses estudos. Gostaria que nos entendêssemos.

O MDP/CDE está a exercer um direito constitucional e regimental, faz esta interpelação ao abrigo desse direito e questiona o Governo para que ele responda, na medida do possível, àquilo que lhe é perguntado. É evidente que este constitui um dos poderes

de fiscalização desta Assembleia e que o Governo não pode esvaziar esta interpelação dizendo que os problemas estão em estudo, que a opção nuclear ainda está em estudo, etc.

Para além de muitas outras perguntas, eu formulei, por exemplo, a seguinte: sabe-se que o Grupo de Apoio tinha deliberado maioritariamente que a opção nuclear deveria ser tomada não antes de 1990. Perguntei-lhe concretamente se o Governo e, particularmente, o Ministério da Indústria e Energia subscreviam ou não esta posição.

Por outro lado, relativamente à questão concreta da lei quadro de licenciamento das centrais eléctricas, que aliás V. Ex.^a anunciou, formulei algumas perguntas. Agora, pretendo apenas colocar o seguinte problema: existia anteriormente — e suponho que é essa a boa doutrina — uma lei de licenciamento de centrais nucleares. Não acha o Sr. Ministro que a regulamentação em bloco do licenciamento de centrais eléctricas, de modo a abranger não só as nucleares, mas também as de carvão, as de óleo e as hidroeléctricas, não pode ter a mesma especificidade das nucleares, uma vez que estas têm problemas específicos bem diferenciados das outras que devem ser objecto de um tratamento à parte?

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Deputado António Taborda, afirmei desde o início que o direito legítimo, por parte do MDP/CDE, de fazer esta interpelação é evidente e está consagrado na Constituição. E digo mais: foi extremamente agradável para o Governo, no sentido até de proporcionar a esta Câmara uma explicitação da metodologia que efectivamente vai utilizar no que diz respeito ao Plano Energético Nacional. Os Srs. Deputados mantêm, com certeza, todos os direitos de interpelação; o Governo mantém os seus direitos de resposta.

Por outro lado, teria de dizer que o Governo é responsável pela versão do Plano Energético de 1984, que — afirmei-o a V. Ex.^a — ainda não está concluído. Quer agora o Sr. Deputado que me pronuncie sobre opiniões do Grupo Consultivo. É evidente que não o vou fazer, porque, naturalmente, as opiniões do Grupo Consultivo vão para a Comissão Energética Nacional e, depois de possuir todos os dados, um governante avisado ouve tudo e decide prudente e esclarecidamente, não se baseando apenas nas perguntas de V. Ex.^a Decidirei, portanto, em tempo oportuno e conforme julgar da melhor maneira. Decidir bem é um direito que cabe ao Governo.

O Sr. Deputado colocou ainda o problema de que não respondemos a tudo. Talvez os Srs. Deputados possam rectificar o tempo do Governo, por forma que eu possa dispor de mais tempo para responder.

Por último, sobre a lei quadro, quero dizer que existe uma confusão e vou explicar ao Sr. Deputado a nossa ideia sobre este assunto. É uma pergunta nova, mas não deixarei de lhe dizer que existirá uma lei quadro que englobará todas as centrais, incidindo sobre questões fundamentais relacionadas com os empreendimentos energéticos, e que existirão decretos regulamentares para cada central, pois, naturalmente, que, conforme V. Ex.^a afirmou, as centrais nucleares comportam questões específicas que lhes são próprias.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos níveis de abordagem das questões de civilização — e a palavra penso não ser excessiva — é o da acumulação de ferramentas, considerando estas como instrumentos e, ao mesmo tempo, como aquisição.

Conservam-se instrumentos permitindo-se que sobrevivam ao seu emprego ocasional: a inovação pode incidir sobre o que assim se conservou e um carácter histórico liga-se à acumulação destas ferramentas — e uso a expressão no seu significado mais amplo, ultrapassando o plano dos utensílios, das máquinas e mesmo da técnica.

Carácter histórico singular porque consiste em que toda a invenção, surgida num momento e num lugar, é adquirida por todos os homens, com maior ou menor atraso.

Neste sentido, o saber e as ciências são também ferramentas, como o são todas as experiências humanas. E porque constituem aquisição da humanidade, a civilização é única.

Há uma civilização, há a civilização, na mesma medida em que a história tecnológica da humanidade a considera como um só homem, de quem Pascal podia dizer que «sem cessar aprende e lembra».

Creio que vivemos num tempo em que melhor que nunca podemos ter consciência de que pertencemos a uma única civilização mundial, a um conjunto de homens que acrescenta as suas ferramentas, os seus meios de trabalho, viver e pensar.

Num tempo, também, em que aparece uma estrutura humana nova: a da escolha colectiva.

Queremos ser sujeitos do nosso próprio destino.

Por isso, não há escolha económica ou técnica desprovida de significado ético. Não há hierarquia de opções sem valoração.

Cada escolha é atribuir um lugar e uma prioridade ao consumo ou ao investimento, ao prestígio ou à cultura, ao momento presente ou ao futuro.

E nem é só sabermos o que afinal desejamos. É, essencialmente, saber o que pretendemos através das escolhas, que herança estamos dispostos a deixar aos nossos filhos.

Mas, ao mesmo tempo que somos confrontados com essas novas exigências, sabemos que a única forma de compensar a deslocação da iniciativa para a área das escolhas colectivas é a de fazer participar o maior número possível de cidadãos na discussão e na decisão.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Não é outro o desafio da democracia económica.

É porque o desenvolvimento é o resultado de uma criação colectiva que apela a uma responsabilidade também colectiva e que obriga a criar os instrumentos dessa mesma responsabilidade.

Não ignoramos que «isto» é mal acolhido pelos activistas, para quem todo o tempo e atenção concedidos a questões como estas são demais.

São os que querem votar para se irem embora, os que querem decidir para não ouvir nem se interrogarem.

Cada vez menos alguém pode ter a certeza de ter razão.

Se a democracia obriga a, periodicamente, verificar pelo voto se uma escolha permanece, o que permite excluir os técnicos do aferir das responsabilidades que pretendem assumir?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Num segundo nível de princípios enquadradores deste debate, não penso que possamos, também nós, deixar de enfrentar, sem subterfúgios nem portas falsas, uma questão essencial. Se dizemos o povo soberano e livre, porque não aceitar que o meio mais lógico dessa soberania se expressar será chamá-lo a formular, tão directamente quanto possível, as suas vontades?

Não será esta a lógica que, no passado, foi a herdeira mais fiel do pensamento revolucionário e, no meademente, é a lógica mesma da autogestão?

Talvez não seja este o momento próprio para antecipar uma discussão já marcada a propósito das consultas populares.

Mas, levantado o problema, sempre valerá a pena dizer que aceitar que as ideias podem ser sujeitas à prova da controvérsia é também a ideia da tolerância e da abertura.

O papel moderador da democracia representativa é, pelo menos do meu ponto de vista, algo de insustituível.

Tanto me basta, ao menos neste momento, repito, para não endossar o debate e nele me comprometer com aquilo que sou e sei e com o que possa aprender.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A primeira revolução industrial assentou, ao nível das fontes de energia, no carvão; a segunda, no petróleo.

Em Portugal, tanto quanto julgo saber, a questão do planeamento energético é pela primeira vez esboçada ao nível da política económica, quando da preparação do IV Plano de Fomento, justificando-se o seu equacionamento «pelo volume de investimentos que absorve e pelas implicações intersectoriais da sua actividade».

A estratégia da política industrial de então é a de um modelo apontado para um núcleo de complexos nos sectores básicos de produção de bens intermédios a reestruturar e racionalizar, sectores intermédios a desenvolver, apoiando-se, complementarmente, na metalomecânica e na construção naval.

É a política dos grandes projectos, assente num consumo intensivo de energia, da altura em que o petróleo bruto custava menos de 500\$ a tonelada.

É com este modelo que se faz uma estimativa de consumo de energia primária, tendo por base a evolução dos países da OCDE em 15 anos (de 1955 a 1969).

Daí que se conclua que em 1990 iríamos necessitar de cerca de 10 vezes mais energia que em 1970, sendo certo que entre 1960-1970 as necessidades energéticas nacionais só tinham duplicado.

É ainda nesta fase que se estabelece uma estratégia de abastecimento do País assente no petróleo e no urânio.

Propositadamente, não me referi ao actual Plano Energético Nacional nem às suas estimativas de consumo de energia primária. O que pretendo salientar é que não há planeamento energético possível sem que, com clareza, se escolha o modelo de desenvolvimento que o caracteriza.

Se o modelo é ainda o dos anos 70 — e eu arrisca que sim, já que pertenço ao número de portugueses que continuam aguardando que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano nos revele o «segredo» de um plano —, corremos não apenas o risco de fazer projecções desajustadas ou o confronto modesto de seguir à distância e no tempo as estatísticas dos consumos alheios.

Ou seja, o que penso é que o debate prioritário não é em torno desta ou daquela forma de energia — e digo-o com o à-vontade de ser conhecida a minha posição contra o nuclear — nem sequer o da energia, que é instrumento e não finalidade, mas o do modelo de desenvolvimento e o da sociedade que queremos ser.

A evolução das sociedades industriais, na era dum terceira revolução que está em curso, obriga-nos a esse esforço de imaginação e de vontade.

Não há debate sobre a produção de energia como se esta fosse um gosto de produzir. Produz-se energia porque ela é necessária. Para quê, é a questão.

Não se faz um plano energético para impor escolhas ao plano a médio e longo prazos que nos falta.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Pediria, pois, ao partido interpelante e ao Governo interpelado um pouco mais de paciência.

Ao Governo para que nos não coloque perante factos consumados.

Para que não continue a avançar como conclusões hipóteses de trabalho por debater.

Para que não constem dos comunicados do Conselho de Ministros como resoluções aquilo que apenas princípio e preparação de uma resolução é.

Há demasiado tempo andamos a amortizar escolhas apressadas.

Não faça o Governo um debate, dito nacional, em férias ou numa mesa redonda televisiva entre parceiros escolhidos.

Nem nos mande uma proposta de lei — que a tradição mandaria que fosse urgente e de discussão prioritária —, e menos ainda um pedido de autorização legislativa, antes que os anunciados planos, a médio e longo prazos, sejam apresentados e debatidos.

Espere o carro pelos bois.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — É preferível marcar passo a marchar animosamente para um beco sem saída.

Ao MDP/CDE paciência peço também; porque o debate energético só faz sentido no âmbito do debate mais amplo sobre um projecto de desenvolvimento para Portugal. Para quê discutir localizações, custos ou modelos de reactor, que parecem pressupor uma opção de fundo já tomada?

Não penso inútil este debate, que, como alerta e afirmação de princípios, se justifica.

Mas creio que outra é a questão.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Entre as grandes questões que se colocam no contexto de uma nova política económica necessária ao nosso país, uma política de desenvolvimento ao serviço do povo e garante da independência nacional, encontra-se, insofismavelmente, a questão da política energética. Quer pela grandeza e natureza estrutural do défice energético, quer pelos estrangulamentos que um insuficiente e deficiente desenvolvimento do sector energético poderá trazer ao crescimento económico e à melhoria das condições de vida do povo português.

De há muito que o PCP está não só preparado para debate sério e profundo sobre a política energética necessária, como sobre esta tem as suas posições clara, fundamentada e pormenorizadamente definidas. De facto, sobre esta matéria, desde 1977 que o nosso diagnóstico e as soluções e medidas por nós propostas estão publicadas, o que, aliás, julgamos ser caso ímpar entre os partidos políticos portugueses.

É certo que, de então para cá, a situação energética nacional tem vindo a degradar-se sistematicamente, em consonância com a degradação geral da situação económica e social do País e como resultado inevitável da política de recuperação capitalista e de enfeudamento a interesses estrangeiros. Tal como é certo que, entretanto, a nível mundial se registou evolução a nível científico e tecnológico e se alterou a situação no campo da energia. Por isso, o PCP irá, mais uma vez, debruçar-se pública e aprofundadamente sobre a problemática da energia num seminário que se realizará em Lisboa no próximo dia 12 de Maio. Os estudos que nesse sentido há alguns meses vêm sendo realizados deram já lugar a um primeiro documento-síntese, que serve de base à discussão que se está a processar nas organizações do PCP mais directamente ligadas à problemática energética, e que certamente virá ainda a ser enriquecido e aprofundado até à conclusão do seminário. Tal documento foi já tornado público, pela sua distribuição aos órgãos de comunicação em conferência de imprensa para o efeito realizada, e poderemos igualmente fornecê-lo aos Srs. Deputados que o desejem, bem como aos Srs. Membros do Governo. Esses estudos, mostrando, embora, a necessidade de alguns desenvolvimentos e ajustamentos decorrentes da evolução mundial, confirmam, no essencial, as grandes linhas de orientação da política energética traçadas pelo PCP em 1977 no âmbito da sua Conferência Nacional para a Recuperação Económica.

Mas não é a política energética que hoje aqui está em debate. Nem tão-pouco um qualquer plano energético do Governo que não deu entrada na Assembleia da República, nem se vê como poderia ser seriamente elaborado, pois não existe qualquer plano de desenvolvimento económico em que se integre. O que hoje aqui se discute é apenas a forma como o Governo PS/PSD, e designadamente os responsáveis pelo Ministério da Indústria e Energia, têm pretendido impor no imediato, contra tudo e contra todos, uma muito específica opção nuclear.

Pretender fazer crer, como o fazem os actuais titulares do Ministério da Indústria e Energia, que as suas opções em matéria energética, concretamente a opção imediata por determinado tipo de centrais nucleares, decorrem de meras considerações técnicas constitui uma dupla farsa. Primeiro, porque tal apreciação,

aparentemente tecnocrática, mais não visa que escamotear os objectivos reais e concretos de submeter a política energética nacional aos interesses e ambições de algumas multinacionais e grupos de pressão internos. Em segundo lugar, porque, para tentar impor a sua muito particular opção nuclear, o *lobby* nucleista no Governo recorre a processos inaceitáveis, distorcendo as conclusões dos relatórios de base elaborados por cerca de uma centena de técnicos e cientistas nacionais, manipulando dados, escamoteando pareceres e opiniões, ultrapassando grupos oficialmente criados para a elaboração do PEN.

É esta a actuação governamental que importa denunciar, desmontar e repudiar.

Vejamos alguns dos exemplos mais gritantes de tal actuação. Em primeiro lugar, o inadmissível, mas significativo, silenciamento e escamoteamento à opinião pública dos pareceres dos cientistas e técnicos que integram o grupo consultivo e de apoio ao PEN, porque eles são, na sua generalidade, fortemente críticos e contrários às chamadas conclusões do Plano Energético Nacional.

Permitam-me aqui um parêntesis, para referir que, embora o Sr. Ministro da Indústria e Energia tenha mostrado agora um livrinho com os pareceres e opiniões dos membros que há pouco referi, em resposta a um requerimento que há vários meses tive oportunidade de lhe formular, o Sr. Ministro enviou-me, de facto, o *Resumo e conclusões*, a *Síntese* e mais 3 volumes, mas não me enviou esse volume com os pareceres e opiniões.

Em segundo lugar, a questão planeamento: apesar de nos próprios relatórios elaborados se chamar repetidamente a atenção para a precariedade dos resultados obtidos decorrente da adopção de uma nova metodologia; do prazo demasiado longo adoptado (30 anos) face à ausência de experiência; das limitações inerentes ao contexto de incerteza em que se insere o Plano; da insuficiência de análises atribuídas a imperativos de prazo de realização das simulações (em especial o não aprofundamento dos impactos na economia); apesar de se chamar a atenção para a necessária «interacção do planeamento energético no plano económico global» e de se recomendar que «os cenários de desenvolvimento sejam, no futuro, concebidos em moldes mais exigentes, incluindo, por exemplo, componentes de inventariação dos recursos, de previsão de introdução de novas tecnologias, de ordenamento de território, de economia dos transportes», etc.; enfim, apesar de se considerar necessária a elaboração de um plano de médio prazo, até 1990, com um programa genérico de investimentos e propostas de políticas energéticas, e de se entender que as «conclusões» relativas ao período entre 1990 e 2010 devem ser entendidas como meras «orientações tendenciais e identificação de alternativas a aprofundar oportunamente»; apesar de tudo isto, e muito mais, os responsáveis governamentais pretendem fazer crer que se trata de um planeamento profundo, integrado e acabado que impõe opções e medidas concretas e exige imediata e inadiável implementação.

Trata-se de uma deliberação e inadmissível distorção das conclusões dos técnicos, de uma autêntica manipulação do planeamento.

Em terceiro lugar, e ainda no âmbito da função de planear, assume relevo o não aprofundamento das

chamadas estratégias alternativas à estratégia de referência. Quer a chamada estratégia não nuclear, quer, designadamente, a estratégia de maior segurança de abastecimento (ESA), plenamente justificada por a energia constituir um factor essencial ao funcionamento da economia, por a situação internacional actual tornar «perigosamente incertas as perspectivas futuras do abastecimento» e por existirem, como se afirma no relatório do PEN, «todas as condições que aconselham a ter em conta a disponibilidade de energia como factor estratégico de segurança nacional». O aprofundamento da ESA não se verificou, fundamentalmente porque conclusões preliminares davam maior ênfase ao programa de aproveitamentos hidroeléctricos, apresentavam o carvão, relativamente ao petróleo e ao nuclear, como a fonte energética com menos fragilidade, e punham fortemente em causa o megalómano programa de introdução do nuclear.

A ESA fazia ruir a estratégia nuclearista do Ministério da Indústria e Energia. Por isso, foi estrangulada à nascença!

Em quarto lugar, a já muito conhecida e amplamente desmontada manipulação dos custos de investimento e da energia produzida nas alternativas carvão-nuclear. O grupo de pressão nuclearista adoptou aqui a divisa de que os fins justificam todos os meios. Para favorecer deliberadamente o preço da energia nuclear, manipulou a seu bel-prazer os custos das centrais nucleares e de carvão, os respectivos coeficientes de disponibilidade e os prazos de construção, os preços dos combustíveis, as taxas de actualização consideradas, bem como as percentagens de participação da indústria nacional na realização das centrais.

A tal ponto chegou esta manipulação que o resultado obtido foi deveras surpreendente: no programa de centrais a carvão, em que o País já possui experiência, as performances obtidas são inferiores às verificadas nos outros países; mas no programa de centrais nucleares, em que partimos do zero absoluto, as performances que se atingiram seriam largamente superiores às dos restantes países da OCDE, designadamente superiores às obtidas nos Estados Unidos da América!

3 exemplos significativos. A análise realizada no período de 1979-1983, para 46 reactores nucleares de grande potência, mostra um coeficiente de disponibilidade média de 56 %. Para Portugal aponta-se um coeficiente de 0,72! E isto sem qualquer base objectiva, mas apenas porque, mesmo com os cenários de preços adoptados no PEN, a energia nuclear só seria competitiva para a produção de electricidade, com uma utilização de potência disponível superior a 65 %! Em contrapartida, no programa a carvão, para um coeficiente médio de 78 % no estrangeiro, considera-se que em Portugal não serão ultrapassados os 70 %!

No que concerne à participação da indústria nacional na realização do investimento, apresenta-se para o nuclear, e sem qualquer base técnica que a sustente, uma taxa de 43 %. Para o carvão, e apesar de a construção da termoeléctrica de Sines registar, de acordo com a EDP, uma participação da indústria nacional de 80 % no equipamento e de 100 % na construção, o PEN apenas considera uma taxa média de 67 %!

Tratar-se-á, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de uma previsível regressão da indústria nacional ditada pela actual política económica ou de uma mera desonestade de processos?

Finalmente, o exemplo do custo técnico das centrais nucleares.

A Agência Internacional de Energia Atómica, em estudo reportado a Março de 1983, apresenta custos técnicos para uma central de 950 MW que, ao câmbio de Janeiro de 1984, se situam entre os 160 e os 240 milhões de contos. O preço médio de 200 milhões de contos — sem encargos financeiros — corresponde sensivelmente aos valores indicativos apresentados pelos norte-americanos e alemães federais que recentemente estiveram em Lisboa a propagandear as centrais que nos pretendem impingir. Mas, mesmo assim, o Ministério da Indústria e Energia, na sua já célebre «Nota informativa n.º 2» ao Conselho de Ministros, apresenta um custo do investimento de apenas 126 milhões de contos!

A este respeito, o Sr. Ministro referiu que poderia haver pontos de referência para os valores, que alterariam toda a análise que se tem vindo a fazer. Mas, Sr. Ministro, se um ministro de um governo apresenta aos seus colegas, membros desse mesmo governo, uma informação em 1984 com um determinado valor, concretamente 126 milhões de contos, e não lhes diz que esse valor se refere, por hipótese, a preços de 1980 ou de 1981, o que é que, logicamente, pensarão os ministros colegas, a quem foi distribuído esse documento? Claramente, que esse valor se reporta a 1984! A não ser que se pretenda fazer incorrer em erro os colegas ministros!

Mas, voltando ainda ao valor de 126 milhões de contos, ou o Ministério da Indústria e Energia tem um fornecedor de centrais nucleares especial e desconhecido — um autêntico fornecedor sem rosto — ou há aqui um grande imbróglio que exige um claro e inequívoco esclarecimento do Ministério da Indústria e Energia!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a actuação do Governo em todo este processo não assenta num eventual debate, em torno da falsa alternativa «pró-nuclear/antinuclear», que muitos desejariam para iludir as verdadeiras questões de fundo. É, sim, uma actuação ditada por interesse e ambições não confessados que escarneçem das análises técnicas sérias e do real interesse nacional.

A tentativa de impor a opção imediata por centrais com reactores de água natural, quando elas estão a ser abandonadas por toda a parte em consequência dos seus maus resultados técnico-económicos, é, no mínimo, uma atitude de inconsciência e irresponsabilidade. Recorde-se, por exemplo, o que a tal respeito refere o Conselho da Europa: «A energia nuclear contribuirá com uma parcela crescente para a produção de electricidade. Todavia, os recursos conhecidos de urânia são limitados, pelo que a energia nuclear clásica não representa senão uma transição; a partir do ano 2000 o crescimento deverá ser feito a partir dos reactores rápidos reprodutores ...». É esta, aliás, a posição da generalidade das associações internacionais ligadas à energia nuclear. Não admira por isso que nos próprios relatórios do PEN os técnicos recordem que «na década de 90 existe elevada incerteza [...] quanto aos tipos de reactores que serão usados ...». Mas a tudo isto o Governo faz orelhas de mercador! Os responsáveis pelo MIE continuam apostados em comprar para Portugal as centrais nucleares que para os outros países são já consideradas autêntica sucata.

A única dúvida que parece restar ao *lobby* nucleista do Governo é se essa «sucata» deve ser comprada aos EUA, à França, à RFA ou ao Reino Unido.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Ou à Rússia!

O Orador: — Mas para além destas questões tecnológicas, acresce no caso português, que até ao ano 2000 não é necessário o nuclear para a satisfação das necessidades em electricidade. O aproveitamento dos recursos hidroeléctricos inventariados e a construção de mais uma ou duas centrais térmicas a carvão de potência idêntica à de Sines são suficientes para satisfazer as mais optimistas previsões de crescimento dos consumos de electricidade, contribuindo ainda, directamente, para o desenvolvimento da agricultura, aquacultura e da indústria nacionais, bem como para a garantia do abastecimento de água às populações e para a regularização dos cursos de água.

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, rejeitamos a «opção nuclear» concreta que o Governo pretende impor ao País pelas seguintes razões fundamentais: porque um programa de expansão de centrais hidrálicas adequadamente completado com um programa de centrais térmicas a carvão é suficiente para assegurar a satisfação dos consumos de energia eléctrica até ao horizonte do ano 2000; porque nas condições actuais o preço da energia eléctrica de origem nuclear, em Portugal, não é competitivo com a produzida em centrais hidrálicas e térmicas convencionais; devido à obsolescência rápida do tipo de reactores nucleares pretendidos pelo Governo; porque, finalmente, na situação actual, essa opção nuclear se traduziria na delapidação dos nossos recursos de urânio em pouco mais de uma vintena de anos e se converteria num verdadeiro desastre financeiro, agravando fortemente a dívida externa e a dependência económica, tecnológica e política do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos estão inscritos os Srs. Deputados António Redol e João Porto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Redol.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, há pouco V. Ex.^a citou alguns números referentes a custos de centrais nucleares, designadamente entre os 160 e os 200 milhões de contos, valores que aparentemente divergem daqueles que eu próprio indiquei. Os 350 milhões de contos de que falei referiam-se a preços de 1984, incluindo já os encargos financeiros durante a construção.

Gostaria, pois, de saber se esses valores que apresentou nesta Câmara se referem também a preços com encargos financeiros ou não.

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a pretende responder já ou apenas no fim, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, antes de lhe dirigir a minha pergunta, não resisto a dizer-lhe que achei o seu discurso particularmente interessante, sobretudo quando discorreu a propósito das informações erradas que o Sr. Ministro da Indústria e Energia teria transmitido aos seus colegas de Governo. Com as suas palavras, o que percebi foi que, das duas uma: ou o Sr. Ministro da Indústria e Energia quis enganar os seus colegas de Governo, o que não me parece muito provável; ou então o Sr. Ministro sabia que dentro do Governo há amigos do PCP e do MDP/CDE que iriam transmitir essas informações.

Para mim, essa foi, realmente, uma conclusão bastante interessante!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Com essa, o Sr. Deputado ainda vai provocar uma remodelação ministerial!

O Orador: — Constatei que a análise que o Sr. Deputado fez é puramente económica e, como tal, queria colocar-lhe uma questão que muitas vezes é referida na imprensa, e não só, e sobre a qual gostaria de conhecer a posição do PCP.

Como é que o PCP encara a energia nuclear, no que se refere aos problemas da segurança nuclear, da qualidade do ambiente, dos resíduos radioactivos, etc., que estão normalmente associados e que muitas vezes são referidos ao funcionamento das centrais? Será que considera que esses problemas estão resolvidos satisfatoriamente ou entende que não e também tem uma posição algo verde misturado com o vermelho?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado António Redol, gostaria de recordar — porque talvez o Sr. Deputado não tenha ouvido bem — que, quando referi esses valores na minha intervenção, disse concretamente «custos técnicos» e logo a seguir, quando referi o preço médio de 200 milhões de contos, digo «sem encargos financeiros». Por conseguinte, tratam-se de custos técnicos sem encargos financeiros e é natural que a diferença entre os valores apresentados por mim e por V. Ex.^a decorra desses mesmos encargos financeiros.

Em relação ao Sr. Deputado João Porto, não sei se o Sr. Deputado pretende, ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Acelerar a remodelação ministerial!

O Orador: — ... com as questões que colocou, ou melhor, com a forma como as colocou — nomeadamente quando referiu que a minha análise é essencialmente económica e financeira — pôr eventualmente o Sr. Ministro da Indústria e Energia à bulha — permita-me a expressão — com o Sr. Ministro das Finanças.

Em relação à segunda questão, na parte que toca ao PCP é evidente que temos uma posição definida sobre o assunto. Com efeito, consideramos que há questões que devem ser analisadas. Julgo que o Sr. Deputado pôs a questão em termos mundiais e

não em termos de Portugal, porque em termos do nosso país, e na hipótese da construção de uma central nuclear, que eu saiba não está nada estudado, o que constitui mais uma razão para que não deva ser tomada uma posição neste momento.

Mas, em relação à questão a nível mundial, é evidente há problemas que não estão ...

O Sr. João Porto (CDS): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Deputado, naturalmente que a questão que lhe coloquei se referia à actual tecnologia. Claro que, infelizmente ou felizmente, esse problema ainda não se pôs em Portugal e, portanto, a questão não pode ser referida ao nosso país.

O Orador: — Em relação a esse aspecto, dizia eu, temos, aliás, exemplos concretos e não muito longínquos que mostram que não está tudo satisfeito e que ainda não estão todas as condições conseguidas.

Essas questões estão pormenorizadamente referidas, quer no livro que publicámos em 1977, quer no nosso documento de síntese que já elaborámos neste momento. Mas, para já, posso dizer-lhe que há diferenças sensíveis entre os níveis de segurança em determinadas regiões do mundo.

Para terminar, gostaria de lhe dizer que é evidente que colocar a questão do verde e do vermelho para mim não levanta problema nenhum. Sabe, é que é essa a cor da nossa bandeira, da bandeira nacional!

Não sei se, quando me pôs essa questão, não estaria a tentar, eventualmente, meter mais uma cunhazinha entre o Sr. Ministro da Indústria e Energia e o Sr. Ministro da Qualidade de Vida.

Risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Amadeu Pires.

O Sr. Amadeu Pires (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como é sabido, o IX Governo Constitucional incluiu no seu programa a revisão do PEN de 1982 e a aprovação de uma versão ajustada à realidade actual cujas grandes opções, uma vez aprovadas em Conselho de Ministros, seriam submetidas à apreciação da Assembleia da República. Recordo que a finalidade do Plano Energético é equacionar de uma forma global toda a problemática energética nacional, perspectivada no contexto mundial e para um horizonte suficientemente afastado por forma a permitir quantificar objectivos energéticos e definir programas e políticas de médio e longos prazos.

Mas se um trabalho desta dimensão e complexidade requer meios técnicos e humanos altamente sofisticados, para além da utilização de bases de dados suficientemente seguras, não é menos certo que a sua validade seria também significativamente aumentada se fosse parte integrante de um plano global de desenvolvimento económico para o País. Na realidade, um plano energético assim entendido haveria de influir sobre a própria evolução da intensidade, padrões e es-

trutura das procura de energia, em função das escolhas nacionais sobre o tipo e formas de desenvolvimento económico e social a visar. Essas escolhas, como se afirmava num dos pareceres sobre o Plano Energético Nacional solicitado pelo Ministério da Indústria e Energia e elaborado em fins de 1982, uma vez feitas, projectar-se-iam em diferentes áreas, todas essenciais à programação energética consequente: as políticas de desenvolvimento industrial e agrícola; as políticas de ordenamento do território e de planeamento urbanístico; as estruturas de povoamento; a política de transportes; as prioridades sociais no acréscimo do conforto e da qualidade de vida, e também a protecção do ambiente.

Apesar de não ter sido possível desenvolver metodologicamente os trabalhos do PEN no seu enquadramento mais lógico, é contudo amplamente reconhecido o mérito dos trabalhos realizados, suportes fundamentais para a definição da política energética, se progressivamente actualizado e enriquecido.

Merece também salientar-se a preocupação que sempre houve de assegurar uma alargada participação de técnicos qualificados e de instituições de diferentes áreas de interesses, quer ao nível do Grupo Consultivo e de Apoio, quer do Grupo Executivo. Por outro lado, a criação do Secretariado do Plano Energético permitiu ainda criar condições para uma divulgação do PEN, prestando e recolhendo informações várias.

Os deputados socialistas estão convictos que da discussão prevista no Plano Energético seria possível uma mais correcta informação em todos os sentidos, base fundamental para equacionar serenamente as opções fundamentais, designadamente a nuclear, no contexto de uma política energética global.

É assim importante observar que a principal causa das variações entre o PEN versão de 1982 e a versão de 1984, em fase de ultimação, reside na modificação operada nos cenários de desenvolvimento económico então aprovados. O cenário C I agora fixado (e tido por optimista, apesar de representar apenas um crescimento médio de 4,2 % entre 1985 e 2000) não se afasta muito do antigo cenário B, que perspectivava «um desenvolvimento retardado e uma integração menos fácil da economia portuguesa na CEE». Mas a lógica intrínseca do cenário agora fixado é outra: desta vez são as limitações próprias da economia portuguesa e não essencialmente os condicionalismos da economia mundial, como sucedia no cenário B, que cerceiam o desenvolvimento do País.

O cenário C II, considerado apenas para as análises de sensibilidade a certas decisões, corresponderia a um crescimento de 2,8 % no mesmo período, representando uma hipótese de desenvolvimento económico certamente muito gravoso para o País.

No entanto, no despacho do Sr. Secretário de Estado do Planeamento que aprova esses cenários de desenvolvimento que devem enquadrar o PEN afirma-se que foram elaborados apenas para delimitar um espaço dentro do qual é provável que se situem as principais grandezas macroeconómicas, que são relevantes para a projecção dos consumos de energia e para uma apreciação global da possibilidade de a economia portuguesa suportar determinados perfis de investimento no domínio energético num prazo longo.

Acrescenta-se ainda que a aderência à realidade que politicamente se deseja ver concretizada deve ter em

conta os aspectos seguintes, que se consideram realistas:

- a) Os limites ao endividamento externo continuaram a constranger o crescimento económico por largos anos;
- b) Necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento «adaptado às realidades deste final de século, com investimentos flexíveis e pouco consumidores de energia»;
- c) Adopção de políticas governamentais que promovam o aproveitamento mais intensivo de recursos naturais, a integração de novas tecnologias e a incorporação de maior valor acrescentado nacional.

Dado o elevado volume de investimento que o PEN representa (cerca de 7 % do investimento total nacional), terá sempre efeitos induzidos extremamente importantes nas actividades fornecedoras de bens e serviços, cujos efeitos esperados se torna necessário avaliar.

Assegurar o maior grau de participação da indústria e da engenharia nacionais, privilegiar soluções que possibilitem um eficaz contributo para transformações estruturais da economia (designadamente o desenvolvimento regional e os transportes), suster no curto prazo a degradação na produtividade da energia e seleccionar áreas específicas de investigação, desenvolvimento e demonstração onde tenhamos maiores vantagens são, pois, imperativos nacionais que importa reter e com firmeza defender.

É, aliás, também neste quadro que assume particular relevo o problema da energia nuclear, ou seja, em que medida essa eventual opção possa apresentar bloqueios ao desenvolvimento de soluções alternativas — se as há efectivamente... — mais ajustadas à dimensão da nossa economia e às nossas reais capacidades.

Embora os programas de conservação de energia abranjam investimentos elevados — da ordem dos 500 milhões de contos, como afirmou o Sr. Ministro da Indústria e Energia —, não se pode esquecer que as economias obtidas (da ordem dos 17 %) em grande parte se devem à introdução de novos equipamentos, novos processos e novas formas de gestão, constituindo, portanto, uma via para a modernização tecnológica das empresas; a nível nacional, esse montante de poupança traduz-se numa redução das necessidades de energias primárias importadas e, ainda, em menores investimentos em equipamento de produção, armazenagem, transporte e distribuição de energia.

Também neste domínio importará alertar e apoiar a indústria nacional de bens de equipamento a preparar-se atempadamente.

As necessidades de energia primária, tendo em conta o crescimento previsto no horizonte do PEN, atingiriam em 2010 um volume de procura total da ordem dos 22 M tep., contra cerca dos 9 actualmente existentes.

O petróleo bruto continua a ser, assim, a fonte predominante de energia (aproximadamente 40 %, em vez dos 80 % de hoje, o que constitui uma redução de cerca de 50 %).

O gás natural situar-se-á em 7 %, se for considerada vantajosa a sua introdução no País. Segundo os estudos feitos, parece, aliás, justificar-se economicamente e é um factor de diversificação e de acesso a uma forma limpa de energia.

A energia hídrica diminui de uma percentagem dos 8,5 % actuais para cerca de 6 %, apesar de se continuar o esforço de realizações hidroeléctricas, mantendo 4 a 5 grandes estaleiros em plena actividade permanentemente.

Procura-se ainda intensificar o programa da construção de pequenas centrais hidroeléctricas.

A biomassa e os resíduos industriais diminuem também dos quase 10 % actuais para cerca de 7 %, apesar de o PEN lhes dar muita atenção.

As energias novas renováveis (eólica e solar) têm contribuições diminutas, por não se prever no horizonte do Plano um avanço tecnológico significativo.

As duas formas de energia que apresentam oscilações importantes são, contudo, o carvão e o urânio, cujas percentagens em 2010 variam de 20 % a 35 % (caso do carvão) e de 2 % a 19 % (caso do urânio), consoante as estratégias escolhidas.

É esta a incerteza maior (para além do caso do gás natural) que os cálculos económicos do PEN de 1984 parecem evidenciar.

A procura máxima do carvão situa-se entre 5,7 M tep numa das estratégias e 9 M tep noutra. O terminal de Sines poderá então não ser suficiente e a movimentação de carvão no País será muito importante.

Já a quantidade de petróleo bruto necessário em 2010 não criará problemas: cerca de 11 M tep, não excedendo a capacidade de refinação hoje existente.

Portugal duplicará, assim, até 1990 a sua captação de energia primária, atingindo cerca de 2,4 tep/hab no horizonte do Plano.

Essa captação, como já foi aqui referido, é extremamente baixa quando comparada com a que hoje existe na Suíça (4), na Suécia (6,2), na República Federal da Alemanha (4,6).

A configuração da estrutura dos consumos energéticos no final do horizonte do PEN apresentar-se-ia da seguinte forma:

Indústria, com um crescimento moderado, passando de 38,3 % para 45 %;
Residencial/serviços, com decréscimo, de 21 % para 13 %;
Transportes, com uma ligeira baixa, mantendo-se em 29 %;
Agricultura e pesca, com um pequeno decréscimo, situando-se em 5,4 %;
Fins não energéticos, com um crescimento inicial de 6 % para 14 % e diminuindo um pouco na última década.

Na produção de electricidade verifica-se um decréscimo da contribuição no uso de fuelóleo (de 34 % em 1980 para aproximadamente zero em 2010), que será substituído por carvão e ou nuclear.

O modelo de análise da competitividade nuclear/carvão ensaiado nos estudos do PEN mostra que, para taxas de actualização próximas do limite inferior da faixa definida pelo DCP (9 % a 14 %), já a partir de 1995 se justificaria a existência de potência nuclear; mas com a taxa de actualização do limite superior (14 %), tal só se justificaria após o ano 2000.

Note-se, contudo, que há grandes indeterminações quanto aos custos do nuclear, só possíveis de melhorar através de informações fornecidas directamente pelos fornecedores de equipamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, utilizando ainda informação recolhida junto do Ministério da Indústria e Energia, gostaria de terminar com uma análise comparada das principais vantagens e desvantagens relativamente às opções carvão e nuclear e ainda algumas considerações sobre as chamadas novas formas de energia.

Assim, como vantagens para a extensão máxima possível da solução carvão poderíamos apontar: desenvolvimento de uma tecnologia bem dominada já pela indústria nacional e sem necessidade de investimentos adicionais significativos ou adaptações na laboração dos equipamentos; riscos menos sensíveis, psicologicamente, à sua aceitação pelas populações; necessidade de menores meios financeiros para investimento, embora com maiores encargos, a prazo, na sua exploração anual; menor dimensão da potência económica de cada grupo termoeléctrico e, por conseguinte, parque de produção mais diversificado; menos riscos com a indisponibilidade de cada grupo. Como desvantagens mais importantes, podemos apontar as seguintes: carência de infra-estruturas de transporte e manuseamento e necessidade de avaliação de real capacidade do País em atingir níveis muito altos de consumo de carvão; carência de novos sítios para instalação de centrais termoeléctricas, com localização apropriada junto à costa e junto a instalações portuárias de dimensão suficiente; centros muito importantes na defesa contra a poluição, no caso de grande desenvolvimento do vetor carvão; combustível todo ele de importação, à face dos conhecimentos actuais; menor diversificação das fontes de abastecimento energético, se bem que o mercado produtor seja bastante extenso, aberto e fiável.

Paralelamente, a solução nuclear traria as vantagens seguintes:

- Utilização do mais importante recurso nacional energético hoje comerciável;
- Obrigação de o País ser compelido a um salto tecnológico importante, com repercussões na qualidade do seu desenvolvimento futuro;
- Obtenção de possíveis contrapartidas para o País noutras domínios;
- Minimização de toda a problemática do transporte de combustível;
- Diversificação das fontes primárias de produção de energia;
- Métodos de antipolução e segurança extremamente desenvolvidos e obrigatórios por legislação universalizada.

Haveria que atentar também às seguintes desvantagens:

- Tecnologia em grande parte nova para o País e, portanto, obrigando a uma adaptação — com salto tecnológico importante da indústria nacional;
- Difícil aceitação pela opinião pública, pelas conotações introduzidas pelas destruições nucleares;
- Necessidade de meios financeiros mais avultados para investimento, se bem que compensados a prazo por custos variáveis de produção mais baixos;
- Possível limitação do número de sítios, de modo a não se incorrer em custos ou riscos adicionais, por força de condicionalismos tectónicos,

o que determina, portanto, um parque nuclear relativamente muito numeroso;

Dimensão maior de cada grupo, implicando maiores riscos (ou contratos mais firmes de importação de energia) a sua indisponibilidade;

Não realização concreta, até à data, do modo definitivo do depósito de resíduos radioactivos de alta actividade, nem de nenhum desmantelamento de central nuclear.

Todos temos ouvido falar abundantemente sobre as potencialidades das novas energias renováveis e aparecem também frequentemente afirmações de alguns especialistas sobre a existência de alternativa à solução nuclear, que não seja exclusivamente o carvão, num horizonte não muito distante.

De uma das declarações dos membros do grupo consultivo e de apoio retirei as seguintes afirmações, que desejaria fossem comentadas pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia:

Desenham-se, já nítidas, outras soluções além da nuclear, as quais, embora muito incipientes no seu desenvolvimento tecnológico e suporte científico, são infinitamente melhores sob o ponto de vista ecológico.

Portugal, se é pobre (até agora) de combustíveis fósseis, é invulgarmente rico nas chamadas «novas energias», que afinal são maneiros novas de nos inserirmos no fluir de energias muito antigas.

Cada metro quadrado da superfície do País recebe por ano, em média, cerca de 1500 kWh, veiculados pela radiação solar; correm através de Portugal a maioria dos grandes rios da Península Ibérica; temos ventos regulares propícios à apropriação de energia eólica; temos cerca de 1000 km de costa marítima, com ondas e marés de apreciável amplitude; temos áreas agrícolas e de florestas que já dão grande quantidade de biomassa aproveitável para usos energéticos e podem dar muito mais; ocorrem muitos afloramentos de águas quentes, indício de massas magmáticas anormalmente próximas da superfície, as quais poderão, talvez, ser aproveitadas como fonte de calor.

Esta promissora abundância verifica-se num domínio em que a investigação tecnológica está a dar os primeiros passos. Por isso, será utópico admitir que as novas energias possam trazer um alívio significativo para as nossas dificuldades imediatas com a energia.

Fica, pois, o alerta, não só ao Governo, mas também à comunidade científica e tecnológica nacional.

Os deputados socialistas, de acordo com as deliberações das suas jornadas parlamentares e com os anseios do País, consideram exigir-se um profundo esclarecimento e debate nacional sobre toda esta problemática. Aliás, foi já afirmado hoje ser essa a intenção do Governo, aqui expressa pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, ou seja, que nenhuma opção seja tomada sem promover esse debate, que se quer objectivo e não emocional.

A interpelação do MDP/CDE poderia, pois, ser considerada prematura, atendendo às reiteradas afirmações do Sr. Ministro da Indústria e Energia, de que o relatório final do PEN não está formalmente terminado.

No entanto, esta interpelação constituiu já um preâmbulo, um primeiro passo para o debate profundo que a importância desta matéria requer.

Aplausos do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Ficam inscritos, para pedir esclarecimentos depois do intervalo, os Srs. Deputados António Gonzalez, Octávio Cunha, Lopes Cardoso, João Corregedor da Fonseca, João Porto, Eurico Correia e António Redol.

Informo os Srs. Deputados que ficou decidido que se faria durante o intervalo uma reunião dos presidentes dos grupos e agrupamentos parlamentares, pelo que os convoco para essa reunião.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 19 horas.

Após o intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Fernando Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Sr. Deputado Amadeu Pires, se ouvi com atenção as outras intervenções, a do Sr. Deputado foi para mim muito importante, dada a responsabilidade da sua bancada na aprovação ou rejeição da opção nuclear incluída no Plano Energético Nacional, que aqui será apresentada pelo Governo provavelmente no final do ano.

O Sr. Deputado falou — aliás como outros oradores — sobre energias alternativas e tenho de ficar satisfeito com tal facto. Porém, as contradições do nosso sistema de desenvolvimento aparecerão à tona quando se tratar de aplicar, na prática, essas fontes energéticas limpas, em preço, quantidade e qualidade, que representem mais do que uma bem intencionada moda.

Hoje todos são por um desenvolvimento das energias alternativas. Mas gostaria de saber se o Sr. Deputado não pensa que algumas aplicações actuais — e foco bem, algumas — não passam de um negócio chorudo que grandes empórios económicos — por sinal grandes companhias petrolíferas ou de equipamentos e electrónica, das quais poderia citar algumas — fazer dessas formas de aproveitamento alternativo.

Para que a utilização dessas energias tenha realmente peso no cômputo geral dos consumos — e os ecologistas lutam por isso — é necessário, quanto a nós, que reflectamos sobre quem precisa de energia, onde e como. Chegamos à conclusão que são as grandes cidades e as grandes indústrias que necessitam de grandes produções energéticas que só gigantescas centrais a carvão ou utilizando a cisão do átomo podem satisfazer.

Gostaria, pois, de saber como é que o Sr. Deputado encara a alternativa constituída pelo arrepregar caminho nesta corrida energívora suicida, neste círculo vicioso e viciado, em que ao gigantismo da procura se segue

o gigantismo da produção energética, que, por sua vez, fomenta e estimula a concentração industrial e, consequentemente, urbana, com o desfile de problemas sociais, culturais, económicos e ecológicos que acarreta e que todos nós tão bem conhecemos.

É por impedir que nos próximos anos se possa fazer uma gestão racional do nosso país e por inviabilizar um novo projecto de sociedade que iremos dizer não ao nuclear.

Porque — não nos enganemos! — não se pode economicamente investir, não podemos caminhar simultaneamente na vereda radioactiva do nuclear e trilhar os limpos caminhos das energias alternativas.

Gostaria de conhecer a opinião de V. Ex.^a sobre esta posição.

Quanto às dúvidas que referiu, elas reflectem a polémica internacional que está longe de ser resolvida. E porque os riscos neste campo não podem ser corridos, pergunto-lhe, Sr. Deputado, se não pensa que esta é mais uma razão para que se chumbe um projecto desta natureza, já que noutras países tecnologicamente mais desenvolvidos do que nós as avarias e os desastres se sucederam.

Para terminar, sabe o Sr. Deputado que em Espanha a Federação de Energia, a UGT e a CF socialista são veementes na sua condenação ao nuclear? E passo a citar umas breves linhas do trabalho levado a cabo por aquela organização: «Um plano energético sensato que sintonize com um melhor futuro da nossa economia (que, aliás, não é muito diferente da nossa) não deve contar em absoluto com a energia nuclear. Segundo este critério e em continuação, resumimos num quantos quadros o balanço energético para a Espanha sem produção nuclear nenhuma que abarcaria até 1995. Fazer hoje previsões a mais largo prazo não tem fundamento, mas estamos convencidos de que os reactores de fusão poderiam ser abandonados para sempre sem problemas. Pelo contrário, o seu abandono definitivo representaria um projecto num futuro melhor ordenado e limpo.»

O Sr. Presidente: — Desejaria saber, Sr. Deputado Amadeu Pires, se V. Ex.^a deseja responder já ou apenas no fim de todos os pedidos de esclarecimento.

O Sr. Amadeu Pires (PS): — Se me permite, respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Cunha.

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Deputado Amadeu Pires, o seu trabalho é profundo e evidentemente que exigiria da nossa parte um estudo também mais profundo.

Há, no entanto, um pormenor que vem, talvez, de encontro a algumas das nossas preocupações e que tem a ver com a estatística e com a utilização de dados estatísticos no nosso país.

Falar de consumo de energia e dizer que em Portugal se consome pouca energia em relação aos países da Europa pressupõe, já em si, ou pelo menos deixa entender essa possibilidade, que devemos caminhar para um modelo de desenvolvimento que leve a um maior consumo de energia, precisamente porque consumimos mesmo menos que os outros.

É discutível esse critério e, para além disso, também são discutíveis os dados estatísticos que nos são fornecidos. Em medicina, por exemplo, quando falamos de mortalidade infantil, damos dados globais, sabendo, no entanto, que as assimetrias são enormes.

E quando se fala de 8/1000 de mortalidade infantil em Setúbal, deve falar-se de cerca de 30/1000 em distritos como o de Vila Real.

O mesmo se passa em relação ao consumo da energia, onde, mais uma vez, temos terríveis assimetrias, estando os pólos industriais localizados no eixo Setúbal-Braga, que ocupa apenas um quinto do território nacional. Sem dúvida que é nesta zona que se concentra a parte mais importante da população, mas é também nesta zona que está concentrada a maioria das empresas que gastam energia.

O que pergunto ao Sr. Deputado Amadeu Pires é se estes dados são de facto válidos, tendo em conta a diversidade e a desertificação do interior do nosso país, que, apesar de tudo, representa quatro quintos do território nacional.

O Sr. Presidente: — Visto os Srs. Deputados Lopes Cardoso e João Corregedor da Fonseca não estarem presentes, tem a palavra o Sr. Deputado António Redol para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Deputado Amadeu Pires, V. Ex.^a — aliás, com bastante regozijo por parte da minha bancada — expandiu uma série de considerações com as quais estamos de acordo. Citou elementos da versão de 1984 do Plano Energético Nacional e é pena que o Sr. Ministro da Indústria e Energia não esteja presente, porque ele já fez várias considerações sobre a divulgação de elementos referentes ao Plano de 1984, de que terfamos conhecimento. No entanto, e felizmente, verifica-se que outros deputados têm também conhecimento desses elementos, e ainda bem que assim é.

Quanto à questão do carvão, o Sr. Deputado referiu um valor de utilização deste entre 5 a 9 Mtep, que me parece interessante e que não está muito longe da capacidade que Sines, neste momento, tem de recepção de carvão importado. Com isto quero dizer que a intervenção que o Sr. Deputado fez refere, e bem, os problemas que podem existir quanto às dificuldades de importação de carvão, portanto, a necessidade das infra-estruturas. Este é um problema que me parece ser muito importante e, por isso, tem de ser estudado, pois o Plano Energético Nacional levanta esse problema exagerando, quanto a mim, essa componente.

Porém, há que estudar essa questão, ver se essa tonelagem pode ser encaixada em Sines ou, até, na utilização de um outro terminal de recepção de Sines para outros objectivos — inclusivamente que possa ser utilizado para o carvão — e a possibilidade de recepção de carvão em outros portos. Nomeadamente, o Plano de 1982 incluiu a possibilidade de Lisboa receber carvão.

Segundo informação que possuímos, há ainda a possibilidade de no Barreiro se fazer também a recepção de carvão, pois barcos até 60 000 t poderiam acostar ao porto do Barreiro.

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Porto.

O Sr. João Porto (CDS): — Sr. Deputado Amadeu Pires, V. Ex.^a, entre as vantagens da opção nuclear, citou a de nos obrigar a um salto tecnológico. Interpreto, pois, que essa vantagem deve ser entendida não como uma vantagem directa, visto que isso envolve um esforço e um custo adicional, mas como uma vantagem indirecta, pelas capacidades acrescidas que resultarão dessa experiência para o nosso país.

Nessas condições, gostaria que V. Ex.^a me dissesse se considera que esse salto tecnológico é essencial ao nosso país para, no futuro, podermos dar outros novos saltos tecnológicos, por exemplo, a propósito da fusão nuclear ou de outra nova tecnologia. Ou, ao contrário, será que essa vantagem não é assim tão importante e, portanto, deve ser encarada como de alcance limitado?

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Eurico Correia não se encontra presente para formular os pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Amadeu Pires para responder, se assim o desejar.

O Sr. Amadeu Pires (PS): — Sr. Deputado António Gonzalez, no que diz respeito às questões que apresentou — que constituíram, talvez, mais uma intervenção do que propriamente uma ou duas perguntas muito concretas — pareceu-me pressupor haver já sido tomada por parte de V. Ex.^a uma posição definitiva no que diz respeito à opção nuclear, na medida em que diz: «Opção nuclear, não!». Esta é, pois, uma posição lógica, mas que me parece não estar muito bem equacionada no que diz respeito aos objectivos do debate de uma matéria tão importante como é o caso da política energética, onde a opção nuclear está neste momento em discussão. Por aquilo que se ouviu nesta Assembleia em relação à quase totalidade dos partidos, este é um problema que está em discussão, mas em relação ao qual ainda não existem dados suficientemente seguros para se poder tomar uma opção. Aliás, esta é a posição que também é defendida pela bancada do Partido Socialista.

Quanto ao gigantismo e aos grandes projectos, estou de acordo com o que foi dito pelo Sr. Deputado, pois a nossa experiência do passado leva-nos a ser cautelosos em relação às decisões no futuro, em particular tendo em conta as novas linhas de orientação da política industrial que se estão a desenhar ao longo de vários países e, de uma maneira geral, em todo o mundo, o que aconselha a que haja uma política industrial mais flexível e mais baseada em projectos não muito consumidores de energia. Portanto, nesse particular, parece-me que o desenvolvimento de indústrias baseadas na pequena e média dimensão pode constituir uma alternativa. Isto não quer dizer que se defenda a pequena e média dimensão como uma virtude em si. Há que entender que temos que ter em conta uma capacidade tecnológica real, uma capacidade de gestão efectiva e que nesse aspecto as pequenas e médias empresas serão também grandes empresas.

Em relação às informações que o Sr. Deputado nos dá de Espanha, em particular no que se refere à posição do PSOE, parece-me que é muito mais fácil tomar-se uma posição de contra quando já existe um programa nuclear nesse país. Portanto, existe já uma base de resposta e de capacidade suficientemente segura para que se possa ser mais optimista em dizer não.

O Sr. Deputado Octávio Cunha apresentou um problema relacionado com a segurança dos dados estatísticos e punha um pouco em causa a comparação que aqui foi feita na minha intervenção — e julgo que o Sr. Ministro da Indústria e Energia também falou nesse aspecto — de que o consumo energético *per capita* em Portugal é muito baixo. Penso, pois, que esse consumo *per capita* traduz, de alguma forma, aquilo que outros indicadores nos dizem quando referem que, infelizmente, o nosso país se encontra subdesenvolvido de uma maneira geral. Logicamente, também esse indicador traduz o estádio de desenvolvimento em que nos encontramos.

Portanto, creio que quer o estádio de conforto da maioria da população portuguesa no que diz respeito ao consumo doméstico, quer também as possibilidades de desenvolvimento que nos podem ser apresentadas ainda sob o ponto de vista económico nos criam uma situação de estarmos num estádio de desenvolvimento em que o recurso a uma maior intensidade de energia é um dado com que temos que contar. Simplesmente, teremos que tomar as decisões no sentido de procurar que a produtividade da energia seja a mais adequada e que com a mesma unidade energética consigamos tirar resultados muito mais satisfatórios.

Por outro lado, o Sr. Deputado também referiu as consequências que, sob o ponto de vista estatístico, se apresentam em alguns pontos do litoral, que são mais desenvolvidos industrialmente, e nas regiões do interior, onde esse desenvolvimento é mais reduzido. Não sei bem como é que o Sr. Deputado relacionava isso com os dados duvidosos, mas penso que quererá tirar a conclusão de que em certas zonas do País existem já graus de concentração industrial relacionados com a existência de alguns grandes projectos consumidores de energia, que, eventualmente, estariam subjacentes à sua questão.

O Sr. Deputado António Redol começou por dizer que da minha parte e da parte da minha bancada havia um conhecimento de maior número de elementos no que diz respeito ao Plano Energético de 1984. Devo, pois, dizer que da minha parte assim acontece por razões que se relacionam com o meu tipo de actividade ligada ao sector industrial. Desde 1982 faço parte do grupo consultivo e de apoio ao Plano Energético Nacional e, por esse facto, desde há cerca de 3 anos tem-me sido possível acompanhar e reunir alguma informação nesse sentido.

Por outro lado, também posso dizer — e, aliás, já aqui foi afirmado pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia e pelo Sr. Secretário de Estado — que, efectivamente, o contacto com o Ministério da Indústria e Energia, no sentido de obter alguma informação — e digo informação no sentido daquela que pode a todo o momento serposta à disposição dos interessados —, não me parece ser difícil para as pessoas que a têm procurado e que o Secretariado para o Plano Energético constitui também, de alguma maneira, uma via para ter acesso a elementos de informação, pois a maioria deles são de âmbito muito geral de informação e de conhecimento sobre a matéria que está em causa.

Em relação ao carvão, V. Ex.^a avançou algumas considerações no que diz respeito às dificuldades e às infra-estruturas existentes ou não, dizendo que é uma matéria que precisa de ser profundamente estudada. Julgo que efectivamente há a necessidade de se apro-

fundarem as soluções relacionadas com a descarga e o transporte de carvão.

De qualquer forma, todos temos consciência de que esta é uma matéria excessivamente complexa, que põe alguns problemas. Quanto ao facto de haver algum atraso no que diz respeito ao porto de Sines, creio que as informações que V. Ex.^a aqui trouxe constituem alternativas que são transitórias, até que as soluções mais definitivas possam ser encontradas. Há poucos dias foi-me dada a informação de que um grupo de empresas públicas teria apresentado uma proposta alternativa para descarga e transporte de carvão no Barreiro ou muito próximo dessa localidade.

Sr. Deputado João Porto, ao dizer-se que a opção nuclear tem vantagens sob o ponto de vista tecnológico, trata-se de não estar a tomar posição nenhuma em relação à opção nuclear ou não nuclear. Portanto, isso é uma caracterização de vantagens e inconvenientes em relação a estas soluções, como se poderiam também apresentar em relação a outras alternativas.

Quando o Sr. Deputado referiu que seriam mais vantagens indirectas, partiu do pressuposto de que se o número muito significativo dessas unidades permitisse uma melhor preparação da indústria para colaborar e participar mais activamente, directamente, poderia haver uma maior assimilação de tecnologias e uma maior participação da indústria nacional. Isto sob o ponto de vista de princípio e como aspecto básico.

Devo dizer que também existirão sempre essas vantagens indirectas, na medida em que há um relacionamento através da subcontratação de serviços com empresas de engenharia e com empresas prestadoras de outro tipo de trabalhos, que, naturalmente, também irão beneficiar do fluxo dessa transferência de tecnologia.

Quando o Sr. Deputado pergunta se será essencial para o nosso país dar outros passos tecnológicos, penso que V. Ex.^a pretendeu significar que temos uma grande capacidade de entrar nessa linha de desenvolvimento tecnológico e que, portanto, nos poderíamos abalarçar a outras áreas no mesmo tipo. Creio que não, pois, infelizmente, o nosso país tem uma dimensão muito pequena, quer sob o ponto de vista industrial, quer sob o ponto de vista tecnológico. Como se sabe, estes grandes projectos não são desenvolvidos ao nível de país europeu com capacidade suficiente para os desenvolver, mas sim a nível da CEE, do Japão ou dos Estados Unidos, e nunca um país como o nosso terá grandes possibilidades de, isoladamente, caminhar nesse sentido. Isto não quer dizer que, mesmo não havendo opção nuclear, o País não tenha interesse em acompanhar as aplicações e o desenvolvimento tecnológico que estas perspectivas possam oferecer e, portanto, para termos a possibilidade de aproveitar, para outros fins, essa gama de conhecimentos.

De qualquer forma, parte-se do princípio de que é um dado fundamental para o desenvolvimento económico e industrial do País que haja um acesso mais fácil e uma preocupação mais nítida no que respeita à assimilação de novas tecnologias. Nesse particular, julgo que o Ministério da Indústria e Energia tem insistido com ênfase muito forte, às vezes parecendo até exagerado, mas que julgo de todo coerente, dada a necessidade que temos em fazer uma viragem significativa, adoptando as áreas de desenvolvimento tecnológico que sejam mais interessantes para o nosso grau e nível de desenvolvimento.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Cunha.

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já é lugar comum, apesar de ser verdadeiro, dizer-se que o problema com que se debate a sociedade portuguesa é a crise económica.

É um facto que o País tem sido incapaz de encontrar um caminho que permita delinejar um projecto nacional portador de um dinamismo e de uma vontade que, com realismo, nos permita reassumir o nosso destino nas nossas próprias mãos.

Pequeno país, quase à margem da Europa, dependente, dificilmente conseguiremos inverter as tendências negativas, o marasmo e a resignação que impedem a inovação e o avanço se conformadamente deixarmos fazer pelos outros o que nos compete a nós fazer.

As políticas económicas que têm prevalecido em Portugal nos últimos anos, com algumas variantes, apresentam um traço comum: têm como objectivo reduzir os desequilíbrios internos e externos, procurando contrair as componentes da despesa (consumo e investimento), manipulando o financiamento da actividade económica. Os resultados de tal política a nível do aumento de desemprego, da quebra de produção e da crescente desarticulação do aparelho produtivo aparecem como preocupações secundárias.

Como refere o economista Aldo Ferrer, o prosseguimento duradouro de políticas de estabilização do tipo da que tem sido prosseguida funciona como uma bomba de neutrões ao contrário — salvaguardando humanitariamente os homens, lança-os no desemprego e destrói a estrutura produtiva.

A questão da energia, como a da agricultura, da indústria, da construção, etc., é um dos vectores importantes em que opções de hoje são importantes pelas implicações que têm a curto, médio e longo prazos.

No domínio energético parece não haver mais ilusões de abundância: a escassez de combustíveis fósseis é um dado real e o esgotamento das reservas de petróleo prevê-se que aconteça dentro de 2 gerações.

Só o carvão e o urânio se apresentam como reservas interessantes no muito longo prazo, ocupando o gás natural uma posição intermédia. As energias ditas alternativas, doces ou renováveis, não conseguiram até hoje um grau de desenvolvimento tecnológico que as torne alternativa total e imediata às fontes tradicionais de energia.

Por tudo isto, as «políticas independentes» dão cada vez mais lugar a «políticas concertadas», abrangendo zonas supranacionais de consumo e produção, verificando-se grande convergência nos vectores estratégicos: segurança de abastecimento; diversificação de formas e fontes de energia; valorização dos recursos nacionais; utilização racional da energia disponível.

«A factura da energia tornou-se um problema para o equilíbrio das balanças de pagamentos, não fugindo à regra os próprios países produtores de petróleo, alguns dos quais, pelo grau de endividamento externo atingido, têm sido fonte de perturbação adicional no sistema de pagamentos internacionais.»

Os países desenvolvidos estão a revelar maior capacidade de enfrentar a crise na base da política de diversificação e utilização racional de energia e ou sua conservação, encarando os países como o nosso dificuldades enormes para a solvência dos seus compromissos externos.

A situação energética do nosso país, como aqui já foi afirmado, é de grande dependência do exterior.

O aparecimento do Plano Energético Nacional, isoladamente, coloca problemas sérios à transparência do debate, pois áreas fundamentais como os transportes, a transformação tecnológica do aparelho produtivo, a reconversão da floresta e reflorestação e ainda o reordenamento do território deveriam ser concomitantemente abrangidos para que tal plano pudesse ser consequente e por si próprio gerador de progresso.

O Plano Energético Nacional está ferido de uma fragilidade de base, que é a inconsistência dos cenários de desenvolvimento em que baseou a projecção da procura de energia até 2010. A estrutura industrial portuguesa, projectada para os anos 70, mantém-se sem alternativas a meados da década de 80, sendo ela própria produto de uma forma de planear anterior à crise energética que eclodiu com o primeiro choque petrolífero em 1973.

O planeador não pode senão estar prisioneiro deste aparelho e da sua inércia de transformação quando não tem uma fonte de inspiração alternativa. Assim se justificam os crescentes apelos a maiores potências unitárias de produção de energia, respondendo elas próprias a uma perversão de concentrar o esforço de desenvolvimento do País em alguns núcleos de uma pequena faixa de cerca de um quinto do território nacional. Na lógica de alimentar um crescimento baseado nos pressupostos deste modelo, as conclusões do PEN, mesmo que precárias, não poderiam ser outras substancialmente inovadoras.

A aposta num outro futuro passa por um outro modelo de desenvolvimento, potenciado por algumas «preferências estratégicas»:

A recusa à concentração, valorizando outras formas de vida (do tipo rural, que se sobreponham ao apelo constante aí do tipo urbano);

A implementação de um eixo, voluntarista, do povoamento, tecido sobre novas iniciativas de produção que constituem alternativas ao eixo Braga/Setúbal, que em si mesmo materializa a imagem urbana e litoral;

A transparência de comunicações que devolva ao País a sua verdadeira dimensão, não permitindo que avance a desertificação de áreas significativas do território;

A valorização dos vectores transporte colectivo, e nestes o ferroviário, fluvial e costeiro marítimo, em detrimento do transporte individual, numa perspectiva integrada de poupança de energia;

A exploração dos recursos próprios hidráticos, minerais, sylvícolas, eólicos e solares, numa complementaridade entre formas e fontes de energia tornadas disponíveis por opções marcadamente locais ou regionais, só inseríveis em esquemas de aproveitamento supra-regional quando os saldos de energia produtível o justificam;

A articulação da política nacional com as políticas dos estados vizinhos no tocante a redes de interligação com reconhecida incidência na garantia do abastecimento energético.

Não adiantará muito ao esclarecimento da questão energética situarmo-nos no plano da concorrenzialidade das diferentes fontes de energia quanto aos custos de

produção que lhe são associados. A estratégia de minimizar o custo da energia a pagar pela colectividade pode ser um presente envenenado para os Portugueses, ao conduzir-lhos a fazer ou participar em opções cujos custos só artificialmente podem supor-se conhecidos.

Transportar para Portugal, a título comparativo, índices médios de indisponibilidade de equipamento que não têm nada a ver com o nosso estado de mestria na matéria, para validar ou colocar num horizonte de vitalização uma determinada opção, é esconder os dados do problema sob uma máscara falsa de pseudo-cientifismo.

O que tem de ser caro é o futuro que pretendemos construir, que país queremos habitar, que prazer queremos tirar da vida e que custos estamos para isso dispostos a pagar nós, pequenos consumidores de energia (no contexto europeu).

O que devemos fazer hoje é resistir a escolhas precipitadas, talvez até bem intencionadas, pelo pequeno grupo de responsáveis, que, à força de viver com intensidade o problema, perde de vista a dimensão real, que é a nossa.

Se não tivermos a ousadia de optar pela diferença, pela diversificação em termos de desenvolvimento, caíremos inevitavelmente nos caminhos já percorridos por outros, que, com maiores ou menores prejuízos, os vêm abandonando, depois de os terem experimentado.

O nuclear será inevitável se optarmos pela continuidade face ao passado, em vez de optarmos por um corte que represente a verdadeira razão das nossas vidas, que é a esperança de vivermos melhor, deixando atrás de nós uma Terra mais limpa, curada das feridas que a nossa incapacidade, os nossos erros e a ânsia dos homens, de alguns homens, de terem tudo já e a qualquer preço têm ajudado a criar.

Aplausos da UEDS e de alguns Srs. Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Meireles de Barros.

O Sr. Meireles de Barros (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: À Segunda Grande Guerra Mundial seguiu-se um período de grande expansão económica nos países industrializados, de que são expoentes máximos na Europa a Alemanha, França, Inglaterra e Rússia; no resto do mundo, a grande distância dos outros, os USA e o Japão.

Todo esse milagre económico do após guerra foi possível à custa da energia barata que os Árabes do Médio Oriente e a África puseram à disposição do mundo industrializado, através do petróleo a cerca de 2 dólares o barril.

Esta facilidade de ter à mão um combustível a preço muito acessível e de manuseamento muito simples levou os países em desenvolvimento a apoiarem toda a sua economia energética na componente petróleo e, como este era barato, todos os projectos industriais desse período só excepcionalmente contemplaram medidas de conservação da energia.

O petróleo foi o grande responsável, positivamente, pela grande expansão económica desse período, mas também influiu muito negativamente no desinteresse posto pelos meios tecnológicos desses países no desenvolvimento de outras fontes de energia alternativas.

Este período áureo acabou com a crise de 1973, em que os países do Médio Oriente criaram a OPEP e começaram a ditar as suas leis, fazendo subir o preço do ouro negro de 2 dólares por barril para 10, 20, 30, até ter chegado a atingir 40 dólares, isto é, 20 vezes mais caro.

Os países industrializados foram apanhados de surpresa e pouco puderam fazer, pois eles estavam no seu direito de subir o preço de venda de um produto que era seu, e, embora se tratasse de uma decisão que afetava a ordem económica mundial, foi acordado que a força não seria utilizada.

Os países industrializados mais afectados foram os que praticamente não dispõem de petróleo, como os da Europa e o Japão. De qualquer modo, todos aceitaram repto e lançaram imediatamente planos de desenvolvimento tecnológico de novas fontes de energia alternativas e a retoma de algumas que tinham sido abandonadas ou pouco desenvolvidas por não terem viabilidade económica nessa época.

Foi o grande desafio tecnológico que começou a surtir efeitos visíveis a partir de 1980, pois a OPEP começou a ter consciência que se continuasse a subir indiscriminadamente o preço do ouro negro o esforço tecnológico em curso limitaria extraordinariamente os consumos e começariam a ter dificuldades em encontrar comprador. O impossível aconteceu, a lei da oferta e da procura funcionou, o equilíbrio restabeleceu-se e os consumos de petróleo bruto começaram a baixar em vários países. Assim é, e basta verificar que na Europa e nos USA já não se constroem refinarias de raiz há vários anos e as existentes estão a ser parcialmente desactivadas e encaminhadas para processos de transformação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Enquanto se assistia a este esforço dos países industrializados, em Portugal pouco se fazia. Nem sequer uma planificação energética a médio prazo que nos habilitasse a estar agora preparados para enfrentar o futuro. Como sempre, procuramos improvisar e resolver os problemas de curto prazo e, entretanto, vamos importando energia do estrangeiro e lamentando-nos do seu custo.

Há na realidade que tomar medidas imediatas se quisermos sobreviver, e, se queremos entrar na CEE, mais uma razão para esse esforço. Não é preciso inventar nada. Basta utilizar os programas de desenvolvimento energético que esses países adoptaram e que tão bons frutos estão a dar.

Até agora não foi encontrado petróleo no nosso país e as jazidas de carvão são pobres.

Temos minério de urânio, que pode precisar de ser enriquecido para combustível nuclear. Podemos explorar a energia solar, eólica, e ainda não esgotámos a utilização da energia hidrálica. Devemos pensar nas energias renováveis e pôr a biomassa ao serviço da energia de que tanto carecemos. Por que não transformar os detritos das cidades em energia e seguir o exemplo do Brasil, salvo as devidas proporções, produzindo beterraba sacarina e daí álcool para aditivo à gasolina?

Bem, é preciso acima de tudo pôr a nossa vontade forte ao serviço da maximização dos recursos energéticos nacionais e da poupança organizada e planeada da energia. Para quê consumirmos energia importada paga em dólares para movimentar por vezes fábricas que, por falta de competitividade, não conseguem exportar os seus produtos?

As grandes opções energéticas que foram tomadas até agora em Portugal passam pelos derivados do petróleo, pela energia hídrica e pelo carvão.

A adicionar a estas, vêm ainda, modernamente, a opção nuclear. Se o recurso à energia hídrica já está explorada a cerca de 50% e se o petróleo está a preço muito elevado, resta considerar, como grandes opções e depois de esgotados todos os recursos atrás apontados, encaminhar-nos para o carvão e para a energia nuclear.

É sabido que das três opções — petróleo, carvão e energia nuclear — o preço do quilovátil é decrescentemente mais barato quando se passa do petróleo para a energia nuclear, ficando o carvão na situação intermédia.

A opção carvão traz ainda problemas difíceis de ultrapassar, nomeadamente sobre o ponto de vista de poluição e equilíbrio ecológico, para não falar nos enormes investimentos necessários ao seu manuseamento.

As centrais nucleares representam também problemas de poluição, embora de outro tipo, alguns problemas de segurança e necessitam de investimentos extraordinariamente elevados.

A tecnologiaposta ao serviço das centrais nucleares está já altamente desenvolvida e os problemas de segurança nuclear são cada vez mais remotos.

Não somos necessariamente contra as centrais nucleares, mas pensamos que o Governo, antes de apresentar à Assembleia da República qualquer proposta de lei que inclua essa opção, tem a obrigação de informar o povo português acerca da verdade e da realidade nuclear. O povo português tem o direito de ser completamente informado sobre essa opção, pois em países bem mais evoluídos que o nosso ainda hoje continuam as reacções contra as centrais nucleares. Sendo certo que no decurso da campanha eleitoral que precedeu as eleições de que resultou a maioria apoiante do actual governo o problema não foi abordado com a profundidade exigida de acordo com a sua importância. A opção energética está ligada ao futuro do nosso país, que pode ser risonho ou sombrio, conforme as decisões forem ou não acertadas.

Acima de tudo, enfrentemos o desafio com coragem e a determinação que é ainda apanágio do povo português.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na interpelação ao Governo, da iniciativa do MDP/CDE, centrada sobre a questão nuclear entendemos que, para melhor esclarecimento desta Câmara, se devem apontar alguns aspectos relacionados com a actual situação da indústria nuclear mundial.

As indústrias nucleares dos EUA e dos países europeus de economia de mercado encontram-se numa situação de crise.

As empresas produtoras de equipamento propriamente nuclear de um reactor, o denominado lote nuclear, são em número muito pequeno, existindo em cada país apenas uma ou duas.

Uma das razões dessa crise deriva de os programas nucleares, mesmo quando intensos, não terem dimensão

suficiente para rentabilizarem aquelas indústrias. Tendo em conta os elevados investimentos a realizar e as despesas inerentes a um quadro técnico altamente especializado e competente, as empresas produtoras do lote nuclear só são rentáveis quando a sua produção anual é de 3 a 4 unidades.

Ora, nos EUA, por exemplo, onde existem quatro empresas construtoras — Westinghouse, Combustion Engineering, Babcock & Wilcox e General Electric — atingiu-se um máximo de cerca de 3 dezenas de encomendas em 1972 e 1973, mas depois o declínio para zero foi muito rápido. Desde 1975 apenas um reactor encomendado não foi posteriormente cancelado. Essa última encomenda realizou-se em 1978, já há 6 anos.

De resto, nos EUA já foram cancelados 107 grupos nucleares. Muito mais do que aqueles que se encontram em serviço. Muitos desses cancelamentos verificam-se já depois de iniciada a construção. Milhares e milhares de equipamentos construídos e já pagos encontram-se nas mãos de empresas de electricidade, sem qualquer utilização.

Neste momento pensa-se que só em finais da década de 80 haverá novas encomendas.

O presidente da General Electric, John Welch, declarava, em finais de 1981, que a sua empresa não esperava novas encomendas de reactores nucleares durante os anos 80.

Perante este panorama, o sector nuclear das empresas referidas tem dedicado mais atenção a certos serviços do ciclo do combustível, no domínio do melhoramento da disponibilidade dos grupos e no aperfeiçoamento dos trabalhos de manutenção. Alguns quadros técnicos têm sido desviados para os sectores não nucleares das empresas.

Na Europa Ocidental a situação não é melhor.

Na RFA, a empresa construtora de equipamento nuclear, a KWV, recebeu uma única encomenda depois de 1975 e para 8 reactores encomendados antes daquela data ainda não foi iniciada a sua construção.

Neste país, algumas centrais não avançam devido à oposição das populações. Longos processos judiciais têm atrasado o início de construções de algumas dessas centrais. O caso de Whyl é o mais conhecido. Em Brockdorf verificaram-se constantes incidentes com os ecologistas.

A KWV foi fundada em 1969 por acordo entre a Siemens e a AEG, mas esta última retirou-se alguns anos mais tarde quando se apercebeu do aumento das dificuldades. A KWV acumulou durante anos défices sucessivos, embora a sua carteira de encomendas fosse razoável. Em meados de 1976 o seu presidente expunha ao Chanceler alemão a situação da empresa e a necessidade de serem construídos novos reactores. A empresa ameaçava mesmo despedir uma parte do seu pessoal.

De então para cá a situação não melhorou e a divisão nuclear da KWV continua a apresentar resultados negativos.

Também na Suécia o programa nuclear tem sofrido grandes contrariedades. Por defender este programa, o Partido Social Democrático, dirigido por Olof Palme, viu-se derrotado em eleições gerais em 1976 e substituído no poder por uma aliança conservadora pela primeira vez em 40 anos.

Uma percentagem importante da população manifestou-se pelo encerramento das centrais em serviço, mas o parlamento não o autorizou. Porém, em referendo realizado na vigência do governo conservador o povo sueco pronunciou-se contra o prosseguimento do programa nuclear.

Actualmente existem na Suécia três empresas construtoras de reactores nucleares, as quais, como se adivinha, encontram-se em situação muito difícil.

Na Áustria, o único grupo nuclear construído encontra-se concluído, mas sem funcionar, devido ao resultado de um referendo que proibiu a sua utilização enquanto não for encontrada solução para o armazenamento final dos resíduos radioactivos. Neste referendo empenhou-se a fundo o chanceler Bruno Kreisky, defendendo a imediata entrada em serviço da central. A derrota da sua posição pôs em dúvida, na altura, a sua permanência à frente do Governo.

Na Suíça, embora existam alguns grupos nucleares em serviço, a energia nuclear tem sofrido forte oposição por parte das populações. Os referendos e as iniciativas sucedem-se, travando o programa nuclear.

Na Holanda existem apenas 2 reactores, entrados em serviço em 1969 e em 1973. Neste país é muito forte o sentimento anti-energia nuclear, tal como na Dinamarca, onde não há qualquer reactor para produção de energia eléctrica.

Na Grã-Bretanha a situação é bastante complicada. Tendo sido um dos primeiros países a aproveitar a energia nuclear para produção de energia eléctrica, foi conhecendo crescente oposição ao desenvolvimento desse aproveitamento. O reactor inglês de novo tipo, arrefecido a gás, não tem provado bem, apresentando dificuldades tecnológicas e disponibilidades muito baixas. A introdução do reactor do tipo americano tem encontrado grandes oposições de vários sectores.

Na vizinha Espanha o Governo decidiu reduzir o programa nuclear e desenvolver o programa de centrais a carvão.

A Espanha iniciou o seu programa nuclear na década de 60, na época em que à energia nuclear parecia abrir-se um futuro risonho.

A primeira central entrou em serviço em 1969, é de pequena potência (160 MW) e chama-se José Cabrera ou Zorita. No início dos anos 70 foram ligados à rede mais 2 grupos.

Em 1978, foi aprovado nas cortes o Plano Energético Nacional que previa que em 1987 estivessem em serviço 13 grupos nucleares. Na revisão realizada em 1981 os objectivos fixados para os anos seguintes foram comprimidos, dados os atrasos de construção de grupos nucleares que se verificava.

Por exemplo, no início de 1977 ainda se supunha que Almaraz-1 entraria em serviço nesse mesmo ano. Todavia, esse acontecimento só se verificou em meados de 1981, portanto 4 anos depois. Também Almaraz-2 teve um atraso de cerca de 4 anos.

Previa-se, em 1977, que Lemoriz-1 e 2 entrassem em serviço em 1978, mas isso não aconteceu.

Outra central, Ascó-1, também sofreu um atraso de entrada em serviço durante cerca de 5 anos.

Em Março deste ano, num «Seminário sobre políticas energéticas dos países membros da Agência Internacional de Energia» realizado em Lisboa, técnicos espanhóis informaram que se encontravam em construção

6 grupos nucleares e que se previa para 1984 autorização para mais 2 grupos.

No entanto, o Governo Espanhol, no dia 28 de Março, decidiu suspender a construção de 5 daqueles 6 grupos.

Assim vai o mercado espanhol de centrais nucleares, que há alguns anos a Westinghouse considerava ser o mercado europeu mais prometedor.

Tem ainda interesse analisar o caso francês.

A França lançou-se na utilização pacífica da energia nuclear, construindo reactores do tipo grafite/gás. Um organismo estatal forte e prestigiado, o CEA (Comissariat à l'Energie Atomique), investigou, participou na construção e desenvolveu este tipo de reactores, até que foi decidido adoptar o reactor do tipo PWR, embora com a discordância de alguns sectores.

Após o choque petrolífero de 1973, a EDF lançou a palavra de ordem *tout nucléaire, tout électrique*. Esta empresa dispõe de um largo quadro de investigação tecnológica, que, conjuntamente com o CEA e a empresa construtora Framatome, têm desenvolvido o reactor adoptado.

A partir de 1974 iniciou-se a construção de um número médio de 5 reactores por ano. Esse número era, então, o mínimo necessário para garantir a rentabilidade da empresa construtora e garantir a possibilidade de evolução tecnológica.

Contudo, nos últimos anos o número de encomendas em França reduziu-se muito. Em 1982 e 1983 foi iniciada a construção de apenas 3 reactores.

Mesmo com menor número de encomendas mantiveram-se as dificuldades financeiras da EDF. A empresa tem apresentado resultados negativos importantes: 8000 milhões de FF em 1982 e 5000 milhões em 1983.

Neste momento, a França tem e vai continuar a ter nos próximos anos um excesso de capacidade de produção de energia eléctrica.

Esse excesso de capacidade resulta do desfasamento entre o crescimento verificado do consumo de energia eléctrica e o ambicioso programa nuclear que foi lançado e que não pode já ser parado, sem grave prejuízo para a Framatome.

Por outro lado, o número de encomendas do mercado internacional tem sido bastante limitado, embora a França tenha realizado diligências com numerosos países, entre os quais Portugal, para venda de centrais.

Perante esta situação o Governo francês decidiu, em meados de 1983, reduzir o número de encomendas anuais para apenas 2 reactores. Este número está abaixo do mínimo de rentabilidade actual da Framatome, mas permitirá à empresa manter o seu quadro técnico e de investigação, não comprometendo totalmente o seu futuro.

O Governo preferiu reduzir a utilização de carvão e a produção das minas francesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta carência de encomendas a nível mundial coloca a indústria de construção de centrais nucleares em risco de colapso, se os Governos não adoptarem medidas protectoras ou se não intervierem no mercado.

Por isso, sempre que se vislumbra em qualquer país a mínima possibilidade de construção de grupos nucleares, os diferentes fabricantes acorrem freneticamente, como parece estar a acontecer em Portugal, tentando obter encomendas.

Assim se verificou recentemente no Egipto e na China e em outros países.

Face a esta possibilidade de risco de colapso da indústria nuclear mundial, pergunta-se se cabe ao nosso país ajudar as indústrias nucleares de países mais desenvolvidos a suportarem as suas dificuldades e a ultrapassarem a situação com que se debatem.

Pergunta-se se o nosso país deve enveredar imediatamente por uma tecnologia que poderá vir a sofrer uma crise tão grave que ponha em risco a sobrevivência de algumas empresas e o apoio técnico que tem de continuar a dar às empresas de electricidade novos clientes, quer durante os trabalhos de manutenção, quer na substituição de peças deterioradas, quer na reparação de avarias.

Finalmente, pergunta-se que garantia de bom trabalho e de total seriedade de processos podem dar empresas com défice permanente e de futuro incerto?

Esta é uma breve resenha do panorama actual da construção de reactores nucleares.

Aplausos do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Gonzalez inscreveu-se para pedir esclarecimentos. Contudo, porque apenas dispõe de 1 minuto, pergunto-lhe se consegue ainda formular esse pedido de esclarecimento.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Certamente, Sr. Presidente, tanto mais que já estou habituado a dispor de pouco tempo.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, a minha pergunta baseia-se no facto de V. Ex.^a ter falado nas centrais e no programa nuclear francês, que tem na verdade um excesso de capacidade de produção.

O Sr. Deputado sabe que esse crescimento de centrais, inclusivamente o novo programa dos super-regeneradores, se baseia também na procura do plutônio para fins militares?

Neste momento, a França está presa ao seu programa militar, pois precisa de ter cada vez mais plutônio para este programa. Daí que o número de centrais não possa ser reduzido. Por exemplo, a Fénix — o super-regenerador que está neste momento em produção — baseia-se na produção de maiores quantidades de plutônio, necessário às cabeças dos pequenos mísseis — cerca de 5 kg.

Pergunto se o Sr. Deputado levou este facto em consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, que dispõe igualmente de 1 minuto.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente Srs. Deputados: Começarei por dizer ao Sr. Deputado António Gonzalez que o MDP/CDE não pensa que essa seja a causa do problema nuclear francês. Pensamos — e está provado — que houve uma previsão de crescimento do consumo da energia

nuclear demasiado optimista e que acabou por não se verificar.

Nessa altura não foi possível parar o programa nuclear francês e daí os problemas com que hoje se debate aquela indústria em França. A razão apontada por V. Ex.^a não é aquela que nos parece ter sido a principal responsável pela crise que se vive hoje no mercado da energia nuclear em França.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tal como ficou acordado, está suspensa a sessão.

Eram 20 horas.

Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Tito de Moraes.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 22 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A existência do Plano Energético Nacional, exaustivamente discutido e assumido nas suas linhas mestras pelas populações e posteriormente aprovado pelas instâncias competentes, constitui uma necessidade imperiosa do desenvolvimento coerente, global, do País.

Os diversos vectores que integram um plano energético, um especialmente, a componente nuclear, transformam-no num assunto polémico, difícil, com carga emocional significativa, portanto altamente politizado e ou politizável.

É um dado perfeitamente aceite a necessidade de diversificação das fontes de produção de energia, estabelecendo-se uma proporção adequada entre a produção de energia de origem hidráulica, de origem térmica, com base no petróleo e no carvão, e de outras origens, nomeadamente a nuclear e as renováveis.

Não é possível um país depender, muito especialmente um país como o nosso, sem produção petrolífera conhecida, na elevada proporção em que dependemos do petróleo.

Também é do conhecimento geral que todos os países industrializados recorrem actualmente em maior ou menor parcela à produção de energia por via nuclear, reconhecendo-se no entanto que há ainda sérios problemas tecnológicos a resolver para dominar completamente, para tornar perfeitamente segura, a energia nuclear.

Mas igualmente muitas outras dúvidas ainda subsistem no que toca à energia produzida a partir do carvão, a partir das energias renováveis, etc.

O problema da segurança das centrais e o dos resíduos respectivos são ainda dos que mais preocupam não só os que estão atentos ao assunto mas a generalidade das populações. Quantidades significativas de resíduos nucleares aguardam, por este mundo fora, destino final definitivo e seguro, no fundo dos mares, segundo alguns, no mais profundo do *Bad cock*, segundo a maioria.

Constitui igualmente uma preocupação sempre presente a elevada quantidade de cinzas produzidas pelas centrais térmicas a carvão, as quais provocaram em vários países da Europa e nos Estados Unidos chuvas

ácidas de consequências altamente nefastas para o meio ambiente e para as populações.

Record-se, aliás, que essas chuvas ácidas não actuam exclusivamente nos locais onde são produzidas, mas, pelo contrário, pela ação dos ventos, vão provocar poluição sensível em outros locais, por vezes afastados centenas de quilómetros dos locais em que são produzidas.

Há casos concretos de resíduos e de cinzas produzidos na Europa Central que foram provocar danos sensíveis nas florestas da Escandinávia.

No caso concreto da Figueira da Foz, ainda recentemente ouvimos nos meios de comunicação social as apreensões das celuloses das redondezas pelo facto de os ventos dominantes poderem levar essas cinzas para as celuloses e provocarem situações difíceis nos produtos respectivos.

Por outro lado, interrogamo-nos sobre as projecções de consumo de energia eléctrica a médio prazo em Portugal, vindas a público, as quais têm suscitado dúvidas sérias sobre a compatibilidade dessas mesmas projecções com a realidade que se tem vindo a verificar no curto prazo.

A quantificação da influência e do êxito dos programas de conservação de energia em curso e os futuros nas projecções de consumo são ainda nitidamente desconhecidos.

Na área económica interrogamo-nos igualmente sobre a aderência à realidade dos custos dos investimentos nucleares e dos custos globais dos investimentos das centrais térmicas a carvão.

Ouvimos aqui ainda hoje as versões mais dispareas sobre custos globais e custos unitários do quilovátilo-hora nuclear e do quilovátilo-hora por via térmica.

Interrogamo-nos ainda sobre o conhecimento real das nossas reservas de urânio e sobre a ponderação efectivamente feita com vista à maximização do seu valor para o País.

Isso tem a ver com a possibilidade do enriquecimento do urânio no País e da utilização de equipamentos que se coadunem com a matéria-prima e com as potencialidades de que dispomos.

Interrogamo-nos ainda sobre o plano geral de abastecimento de carvão às centrais térmicas, pois ouvimos perpassar aqui, e temos ouvido ao longo dos tempos, as mais variadas hipóteses, desde a hipótese inicial do grande porto carvoeiro de Sines como *transfer* para a distribuição de carvão para outros pontos do País, até à recente tomada de posição — julgo que da Administração Central do Porto de Lisboa ou de entidades com ele relacionadas —, que propunha a descarga do carvão no Barreiro e a sua condução por via férrea para Sines e em batelões para outros pontos do continente.

Enfim, a metodologia de aproximação ao estudo de um assunto desta importância e consequente tomada de decisão deverá ser a mesma a adoptar para outros assunto de importância significativa para o País, isto é, terá de implicar a sua clarificação total técnica, social e económica.

Para que não suceda concretamente ao Plano Energético Nacional o que aconteceu com o Plano do Alqueva, que é paradigmático de sucessivas indefinições ao longo de vários anos. E, a propósito, mesmo agora será interessante reflectir sobre dois artigos aparecidos no *Diário de Notícias* em 17 de Fevereiro de 1984, na mesma página, escritos por especialistas de reconhe-

cido mérito, um dos quais diz concretamente que a falta de água é um falso problema e que há água em grande abundância, e, outro, que refere com abundante cópia de cálculos que após a execução dos empreendimentos em curso em Espanha, a água ficará em Espanha e não haverá água disponível para o Alqueva. Em que ficamos? — pergunta a opinião pública. Qual a realidade?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho esses artigos em meu poder e julgo que seria interessante, como paradigma daquilo que estamos a tratar, simplesmente como termo de comparação e como metodologia a seguir, reler esses dois artigos, independentemente do seu valor intrínseco.

E também para que o Plano Energético Nacional não tenha o mesmo destino ou sofra as mesmas vicissitudes que as linhas programáticas do saneamento básico, documento fundamental para a clarificação da política nacional e subsequente execução coerente dos investimentos nos sectores de águas, esgotos e lixos e que continua inexistente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata considera fundamental a existência de um Plano Energético Nacional coerente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Teoricamente a sociedade portuguesa não excluirá, se for estritamente necessário para não hipotecar o futuro, que uma das componentes do referido Plano Energético possa ser a produção de energia por via nuclear, que se considera nas sociedades actuais e com as perspectivas de matérias-priis para fins energéticos disponíveis, o chamado mal necessário.

O PSD considera, contudo, que há ainda inúmeras dúvidas a esclarecer, projecções a testar, posições a confirmar, pelo que só um amplo debate público permitirá recolher todas as sugestões e congregar todos os elementos a trazer à colação, por forma que o futuro Plano Energético Nacional seja efectivamente o instrumento de desenvolvimento económico mais vantajoso e realista para o País.

O Partido Social-Democrata considera pois correcta a metodologia apresentada pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia para a abordagem deste assunto, a qual implica a total clarificação dos diversos aspectos do problema, de forma intimamente participada entre o poder e a população, antes de aprovado o Plano Energético Nacional.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Redol, para pedir esclarecimentos.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Deputado Guido Rodrigues, estando de acordo com boa parte das afirmações que proferiu relativamente ao interesse do Plano Energético Nacional e quanto à importância de se desenvolverem estudos que permitam tomar uma decisão fundamentada, gostava de lhe perguntar se está de acordo que é urgente, em 1984, tomar uma decisão quanto à opção nuclear.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues, para responder, se assim o desejar.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado António Redol, como há pouco disse, considero que é fundamental a existência de um amplo debate político e o esclarecimento de numerosas dúvidas que nos assaltam a todos, que é fundamental a concretização e o teste de diversas projecções de diversos modelos de consumo e de diversos modelos de desenvolvimento, que, depois de elaborados, necessitam efectivamente de ser comprovados.

Portanto, em meu entender, em meados de 1984, como estamos neste momento, não é possível tomar concretamente, e em consciência, uma decisão, não só sobre a opção nuclear, mas igualmente sobre a proporção em que as diversas componentes do Plano Energético Nacional deverão ser efectivamente decididas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E em Outubro como vai ser?! ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Redol, para protestar.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Continuando a estar de acordo com as suas afirmações, gostava de, apesar de tudo, lhe perguntar — não o esclareceu e é por isso que insisto na minha questão — se considera que o período de debate que o Sr. Ministro da Indústria e Energia aqui anunciou — até 15 de Setembro — se insere nessa sua ideia de um amplo debate sobre a problemática nuclear, quando as férias parlamentares têm lugar aproximadamente a meio do período do debate, digamos assim.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Faz-se o debate durante as férias!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues, para responder, se o desejar.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado António Redol, efectivamente julgo que a pergunta que V. Ex.^a me acaba de fazer deveria certamente ter sido dirigida ao Sr. Ministro da Indústria e Energia, pois só o Sr. Ministro e o Governo saberão, neste momento, quais os estudos e elementos globais de que dispõem. Aliás, sabemos que esses estudos têm sido bastante exaustivos e que ainda se encontram em curso, pelo que, como dizia, só o Sr. Ministro poderá esclarecer o Sr. Deputado quanto a este aspecto.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Redol.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os nuclearistas do Ministério da Indústria e Energia tentaram, na sequência do PEN, conduzir o processo de modo que em meados de 1984 fosse possível tomar uma decisão quanto à opção nuclear.

Marcaram essa data como limite dos estudos recomendados pelo PEN, do Despacho n.º 22/83, que aqui já foi várias vezes referido, procuraram criar na comunicação social um clima favorável à decisão, colabora-

ram com vários construtores que vieram a Portugal, entretanto, fazer propaganda do nuclear, procuraram conduzir o Conselho de Ministros a tomar uma decisão sem estar na posse de todos os elementos.

Procuraram fazer crer que é imprescindível uma decisão em 1984.

Todavia, uma decisão neste ano só seria necessária se fosse forçoso que o primeiro grupo nuclear entrasse em serviço em 1995.

Ora a situação real não é essa, mesmo que os consumos crescessem como o previsto na versão de 1982 do PEN, quer dizer crescessem mais que as previsões do Plano de 1984.

Assim na hipótese A, de crescimento dos consumos, em 1992 teria de entrar em serviço o primeiro grupo de uma terceira central termoeléctrica a carvão do tipo da de Sines, que satisfaria os consumos até 1998, se equipada com grupos de 600 MW. Neste caso, só em 1987 teria de ser tomada uma decisão quanto à energia nuclear.

Na hipótese B, só em 1997 teria de entrar em serviço o primeiro grupo de uma terceira central a carvão, satisfazendo os consumos até 2004, se fosse equipado com grupos de 600 MW. Então, só em 1993 seria necessário tomar uma decisão quanto ao nuclear.

Todavia, outras soluções intermédias se podem considerar, antecipando, por exemplo, em relação a 1987 ou a 1993 uma decisão quanto à opção nuclear se se construíssem menos grupos nas centrais a carvão existentes; ou retardando a decisão se os consumos de energia eléctrica crescessem menos; ou se se construíssem mais grupos termoeléctricos a carvão nas centrais existentes.

Isto é, existe uma certa maleabilidade na data da decisão do nuclear.

O ano de 1984 não é, portanto, um ano crucial.

Urgente, sim, são outras decisões relacionadas com a produção de energia eléctrica, como as que respeitam aos aproveitamentos hidroeléctricos de Alqueva e Sela, ao arranque de Foz Côa, à intensificação da construção de aproveitamentos hidroeléctricos, que como se sabe têm uma componente externa muita pequena. Urgente, sim, é a decisão de encomenda do grupo IV da Central de Sines, da construção do terminal mineraíero de Sines, da constituição de uma carteira de sítios para centrais termoeléctricas convencionais, de arranque da segunda central termoeléctrica a carvão.

Urgente, sim, são as decisões respeitantes à racionalização do consumo energético, em especial nos sectores do transporte e da indústria, as decisões respeitantes à intensificação da investigação e das aplicações experimentais no domínio das energias renováveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Plano Energético Nacional constitui um instrumento de grande valor pela sistematização realizada, pela metodologia de análise, pela possibilidade de se testarem alternativas e sensibilidades às variações de parâmetros técnicos e económicos. Ele atesta a grande capacidade de realização dos técnicos nacionais, sempre que lhes sejam criadas condições de trabalho. Neste caso, atesta a capacidade de realização das equipas de técnicos da Direcção-Geral de Energia, embora os modelos usados na elaboração do PEN sejam de origem estrangeira e tenha havido apoio de entidades internacionais para a sua apreensão e na fase inicial da sua utilização.

Técnicos portugueses de outros departamentos também trabalharam activamente na sua elaboração. Mas a realização de um estudo como este mostra ainda que a Direcção-Geral de Energia está em condições de realizar trabalhos importantes e profundos, está em condições de lhe serem cometidas tarefas de vulto, nomeadamente em novos estudos e na concretização de orientações resultantes do PEN.

Oxalá que não se verifique o desmantelamento desta equipa de técnicos, como já sucedeu neste país no passado, noutros departamentos em que foram realizados estudos de grande qualidade.

A importância e o nível técnico do trabalho realizado não significa, todavia, que não haja alguns aspectos que sejam passíveis de crítica, que não haja dados de entrada nos modelos que não se coadunam com a realidade, como apontámos anteriormente.

Não significa, também, que os seus resultados não tenham de ser encarados com a máxima prudência, pois não existe qualquer garantia de que os cenários de crescimento económico considerados sejam os realmente seguidos no futuro, não só por não existirem decisões consubstanciadas num Plano quanto ao modelo de crescimento, em especial no sector industrial, mas também pela dificuldade em prever a evolução tecnológica futura num horizonte tão distante como 2010. Quanto aos cenários de preços considerados não é possível garantir o seu realismo.

Não quer isto dizer que sejamos de opinião que os resultados do PEN não tenham qualquer validade. Entendemos é que o seu valor não é absoluto, os seus resultados têm de ser encarados com a relatividade que lhes é inerente.

Aliás, a própria versão de 1982 do PEN reflecte esta opinião em algumas passagens dos seus diferentes volumes. Contudo, o «Relatório Síntese» e as «Conclusões», certamente realizados à revelia dos técnicos que colaboraram no PEN, são definitivos quanto ao interesse da opção nuclear. Não é deixada a menor dúvida.

Essa evidente deturpação da responsabilidade dos nuclearistas do Ministério não pode deixar de ser denunciada.

O que é posto em dúvida nos diferentes volumes do PEN foi apresentado posteriormente como verdade irrecusável. As pequenas diferenças existentes entre o custo final do quilovátilo-hora nuclear e carvão não são explicitamente afirmadas, bem como nada se diz quanto à ordem de grandeza dos erros cometidos na avaliação dos preços dos diferentes componentes. E as diferenças encontradas são mesmo de ordem desses erros.

Também o «Relatório Síntese» e as «Conclusões» não referem que, em certas hipóteses, mesmo com valores favoráveis ao nuclear, como já mostrámos, o carvão conduz a preços de energia eléctrica mais baixos que a nuclear.

Finalmente, os nuclearistas do Ministério apresentaram à Comunicação Social perspectivas para o nuclear ainda mais favoráveis do que as contidas no «Relatório Síntese» e nas «Conclusões».

Faz ainda parte da manipulação dos resultados do PEN a não publicação das declarações de voto dos técnicos que participaram no Grupo Consultivo e de Apoio e que discordaram de alguns indicadores económicos utilizados e das conclusões, quando a promessa dessa publicação tinha sido inicialmente prometida

pelo Ministério e constituiu condição da sua participação. O volume em que se incluirão essas declarações de voto foi apresentado hoje pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, mas os próprios elementos que fizeram essas declarações de voto ainda as não possuem.

Um outro aspecto interessa salientar nesta Assembleia: para a elaboração do PEN foi construída uma estrutura em que participaram diferentes ministérios e organismos do Estado, empresas públicas do sector energético, parceiros sociais e personalidades ligadas à universidade e à indústria, o que permitiu ter em conta as opiniões dos diferentes sectores mais directamente ligados à problemática energética.

Parece-nos ser um caminho correcto a seguir em estudos e realizações com a importância e a dimensão nacional de um plano energético. É uma experiência muito válida que deve ser analisada e adaptada a outras situações.

Há alguns meses que esta estrutura vem procedendo à elaboração da versão de 1984 do Plano Energético.

No seio dos diferentes grupos procedeu-se à análise dos cenários possíveis de evolução da nossa economia e dos indicadores técnicos e económicos a considerar. No Grupo Consultivo e de Apoio confrontaram-se diferentes opiniões, confrontaram-se números, discutiu-se a sua origem e credibilidade, procurou-se aprofundar questões, enriquecendo os conhecimentos individuais dos técnicos intervenientes e, portanto, o nível de conhecimento e a capacidade de análise do colectivo intelectual nacional no domínio energético.

Apesar das dificuldades, o ambiente foi de diálogo, de criatividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É nesta fase dos trabalhos que o Ministério da Indústria e Energia, ultrapassando toda a estrutura referida e sem esperar pela conclusão da revisão, decidiu apresentar o projecto de diploma sobre as Grandes Opções Energéticas.

Não se entende a razão de tanta precipitação, não se entende a razão por que não se esperou pela conclusão da revisão, prevista para breve. Que novas situações ditaram esta actuação do Ministério da Indústria e Energia?

Juntamente com o projecto de diploma das Grandes Opções Energéticas foi entregue em Conselho de Ministros uma série de documentos, dos quais a Nota Informativa n.º 2, intitulada «Comparação da Opção Nuclear-Carvão, Aspectos Económicos», é a mais surpreendente.

Contrariamente à seriedade e à qualidade técnica do PEN, esta Nota Informativa é de uma menoridade tal, que, como já foi afirmado, a sua elaboração reprevaria qualquer aluno do 1.º ano de economia.

Nesta Nota apresenta-se o ano de 1984 como data limite de uma tomada de posição favorável à construção de centrais nucleares. Mais uma vez se deturpa o conteúdo do PEN. No PEN aponta-se o ano de 1995 como o mais próximo em que é possível entrar em serviço um primeiro grupo nuclear, atendendo aos prazos de lançamento e construção do empreendimento se uma decisão favorável ao nuclear for tomada em 1984. Mas não se diz, nem podia dizer-se, que é absolutamente necessária a entrada em serviço de um grupo nuclear em 1995. Ele pode entrar depois dessa data, como já mostrámos.

Por isso, ao contrário do que se diz na Nota Informativa n.º 2, as decisões a tomar podem perfeitamente ser prorrogadas para além de 1984.

Num outro plano, a Nota Informativa n.º 2 toma valores de que não indica a data de referência nem a origem. Do PEN não foram retirados, o que não deixa de ser estranho. Mas tudo parece indicar que se tomaram preços de uns componentes de uns anos e preços de outros componentes de outros anos.

Por outro lado, somaram-se valores que não são somáveis, pois são despendidos em datas diferentes. É como se se tivesse tomado uma taxa de actualização de 10 %.

Não se consideram as importações indirectas no cálculo de valores em divisas. Não se apresentam as estimativas dos investimentos da indústria nacional para poder responder ao programa nuclear.

Todos estes factos vieram lançar a perturbação no seio da estrutura que procedia à revisão do PEN e alguns técnicos que integram o Grupo Consultivo e de Apoio questionaram a Direcção-Geral de Energia, indagando da competência do Grupo, afirmando que o Ministério da Indústria e Energia ultrapassou uma estrutura que funciona no seu âmbito e a que preside o Secretário de Estado da Energia. Alguns dos técnicos questionaram a sua própria presença naquele Grupo. O Ministério lançou a perturbação e a desconfiança numa entidade que vinha funcionando em clima de diálogo com uma eficácia evidente.

Em suma: tudo indica que o Ministério da Indústria e Energia, com a sua atitude precipitada, visava influenciar os resultados da revisão do PEN ou visava antecipar-se, prevendo resultados que são desfavoráveis à sua posição, na sua ânsia de impor a opção nuclear.

Aplausos do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou ter, infelizmente, que repetir parte daquilo que já foi dito, pois parece-me que há alguns Srs. Deputados — e peço desculpa aos que ouviram — que não conseguem ouvir.

Um especialista em energia disse que em energia o factor que mais falta faz é o tempo. Tempo para ponderar os problemas e tomar soluções a tempo. E se esta afirmação já era verdadeira no passado, ela tem, nas condições económicas actuais, ainda maior peso.

Num sector que investe 250 000 contos por dia e tem, também por dia, um volume de negócios que ultrapassa 1 milhão e 300 000 contos, um dia perdido podem ser centenas de milhares de contos perdidos.

E no caso de Portugal, a realidade mostra que o que mais temos desbaratado é o tempo.

Passados que estão 11 anos sobre o primeiro choque petrolífero, que abalou a economia mundial, e passados 5 anos sobre o segundo choque ainda mais devastador que o primeiro e cujos efeitos se estão a fazer sentir tão dramaticamente no nosso país, é inadável encarar o sector energético com a importância que na realidade tem, condicionante das condições e qualidade de vida de todos os cidadãos.

Espanta, portanto, que ainda haja quem, invocando as mais desencontradas, e às vezes mais descabeladas razões, pretenda protelar as decisões que se impõem.

Não é pelo facto de o presente ser difícil que temos o direito de tornar o futuro impossível. O futuro tem que ser tornado possível, mesmo que para isso o presente tenha que ser um pouco mais difícil.

Os demorados tempos de realização associados a quase todos os empreendimentos do sector energético obrigam a um planeamento a médio e longo prazos, já que as soluções de improviso se pagam muito caro.

Assim, e praticamente desde o início da electrificação no nosso país, lançada nos anos 50, tem tido o sector eléctrico uma planificação enquadrante de médio/longo prazos na qual se baseiam as decisões anuais de investimento.

Utilizando e melhorando esta experiência acumulada ao longo de todos estes anos, foi agora abordado o planeamento global do sector energético, envolvendo uma grande equipa multidisciplinar, que elaborou os estudos para o Plano Energético Nacional, que na sua versão 1982 foi apresentado a debate público, pelo Governo anterior.

Considerou o Governo que a versão 1982 do PEN necessitava de uma revisão que o adequasse à situação económico-financeira com que iniciou o seu mandato, às medidas de política que teve e terá de tomar para a solucionar e à evolução entretanto verificada nos factores externos, e tivesse em conta as contribuições que o debate público tinha proporcionado.

Para que eventuais comentários sobre os documentos finais da versão 82 pudessem ser tidos em conta, o Secretário de Estado da Energia escreveu directamente a todos os intervenientes na sua preparação, solicitando-lhes essa contribuição.

Não espanta, portanto, que as contribuições dos intervenientes na versão 1982 do PEN só agora fossem publicadas, porque muitos deles só muito tarde responderam.

Para apoio ao debate público que tinha sido lançado pelo Governo anterior, foi criado o secretariado de informação, com as seguintes atribuições:

- a) Promoção do debate e esclarecimento da opinião pública acerca das opções contidas no PEN;
- b) Recolha e organização de toda a informação decorrente do debate público;
- c) Elaboração de um relatório com as conclusões decorrentes do debate.

A acção de promoção do secretariado esteve deliberadamente limitada pela necessidade de não influenciar o debate, não organizando directamente sessões públicas, mas antes apoiando as iniciativas de todos aqueles que se lhe dirigiram.

No âmbito das acções de promoção do debate foram remetidos a 840 entidades (governadores civis, autarquias locais, associações empresariais e sindicais, universidades, órgãos de comunicação social, incluindo muitos de carácter regional e empresas) o relatório síntese e o sumário e conclusões, solicitando os respectivos comentários e colocando-se à inteira disposição das mesmas para quaisquer esclarecimentos adicionais ou para apoio à organização de debates.

Para que a sua existência e finalidades do secretariado fossem conhecidas do grande público publicou-se

um anúncio em todos os diários e semanários de circulação nacional, indicando as suas funções.

Foram, assim, realizadas cerca de 30 sessões públicas de debate, recebidos 35 pareceres e analisadas mais de 600 notícias publicadas na imprensa.

A versão de 1982 do PEN foi ainda objecto de análise no âmbito do Conselho Superior de Engenharia e Tecnologia Industrial, que sobre ela emitiu 3 pareceres para o Ministro da Indústria e Energia.

A versão 1984 do PEN utiliza todos os estudos realizados para a versão 1982 que se mantêm válidos, actualizando os dados estatísticos para incluírem os anos de 1981 e 1982, e tem em conta as contribuições que foram recebidas e as modificações que foi considerado necessário introduzir.

Sendo evidente que os cenários económico-sociais enquadrantes da versão 1982 não poderiam ser utilizados, dada a deterioração económica entretanto verificada e as diferentes perspectivas de desenvolvimento económico-social, tornou-se imperioso estudar e preparar um novo conjunto de cenários.

Bastará recordar que na versão 1982 o cenário mais pessimista previa para o período 1980-1985 uma taxa média de crescimento do PIB de 3 %, quando a realidade já verificada e o que se pode prever para este ano e para o próximo, conduzem a um valor que não poderá ser melhor que 1,7 %.

Em vez de um crescimento previsto de 16 % no período, haverá um crescimento de cerca de metade, 8,8 %, donde resulta que as necessidades de energia primária, em vez de terem crescido os previstos 31 %, não crescerão mais do que 12 %.

A necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento «adaptado às realidades deste final de século», caracterizado por um crescimento moderado mas sustentado por investimentos mais flexíveis e por menor concentração urbana e consequentemente menos voraz em energia, a necessidade de rever os cenários de preços para terem em conta a evolução recentemente verificada, a preocupação de analisar uma gama mais extensa de hipóteses e aperfeiçoar os métodos utilizados, tornaram o volume de trabalho a realizar bastante maior que o que resultaria de uma simples actualização de valores.

Só o empenho, a dedicação e a qualificação dos técnicos envolvidos permitiu que fosse possível levar a cabo o trabalho realizado.

Tal como previsto na metodologia já indicada pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, o Secretário de Estado do Planeamento aprovou os cenários de desenvolvimento económico-social a serem considerados, e o grupo executivo com base neles preparou as projeções de procura de energia e elaborou os documentos de base do plano energético, que foram apreciados pelos grupos consultivo e de apoio.

A comissão do plano analisou os documentos de base, solicitou o estudo de mais algumas variantes e apresentou os seus comentários a este documento de base.

A versão final destes documentos é o suporte técnico do PEN e, para além de serem do conhecimento de todos os intervenientes, podendo ser-lhes anexadas eventuais declarações, serão, como foi toda a documentação anteriormente produzida, tornados disponíveis aos interessados.

A metodologia utilizada para a realização dos estudos tornava impraticável que a aprovação das estratégias alternativas das energias primárias e de conservação de energia, da competência do Secretário de Estado da Energia, fosse feita *a priori*, a não ser que se pretendesse condicionar os resultados a atingir.

E só portanto depois de terem sido ensaiadas e quantificadas diversas estratégias que o grupo executivo julgou conveniente analisar ou que a comissão do plano sugeriu que fossem também consideradas é possível fazer a respectiva aprovação.

Com base nessa aprovação e no documento base preparado pelo grupo executivo, a comissão do plano está a ultimar um resumo e conclusões, as orientações gerais de longo prazo e o plano energético de médio prazo que remeterá para aprovação do Sr. Ministro da Indústria e Energia, juntamente com toda a documentação produzida.

Cada um dos intervenientes assumirá as responsabilidades das suas posições e os documentos reflectirão todas as contribuições. Repito agora que, em devido tempo, o Sr. Ministro da Indústria e Energia apresentará a Conselho de Ministros um anteprojecto de proposta de lei das grandes opções energéticas, que o Governo porá a debate público.

Suponho que isto já foi dito 3 vezes, mas parece que ainda não foi entendido.

Não tem, portanto, nada de misterioso ou invulgar esta iniciativa legislativa do Governo.

A única coisa que a torna diferente é ela ser resultante do trabalho empenhado e competente de um número invulgar de pessoas.

Mas se o Governo está empenhado numa decisão sobre o plano energético, está também empenhado na tomada de decisões sobre a utilização racional da energia e no máximo aproveitamento dos nossos recursos, e será talvez conveniente recordar o que já foi feito ou está em curso de realização para não ficarem dúvidas quanto às prioridades do Governo.

Assim, uma das primeiras medidas que o Governo foi obrigado a tomar foi a revisão dos preços dos combustíveis e da energia eléctrica, anunciando na Resolução n.º 36/83, de 2 de Julho, as suas linhas de política sobre o problema dos preços. Já tinha sido por demais protelada a recuperação dos encargos resultantes de uma seca prolongada e era necessário começar a infletir a política de subsídios aos combustíveis que distorciam a sua utilização.

Legislação subsequente confirmou esta política e a fixação dos preços dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos obedece hoje a princípios que não só conduzirão a uma utilização mais racional da energia com uma melhor percepção da evolução previsível dos preços pelo consumidor como contribuirão para implementar medidas de política energética, designadamente nas áreas da economia e diversificação de energia.

A dinamização dos problemas da conservação e diversificação de energia foi objecto de outras iniciativas, designadamente da implementação da estrutura que utilizará os empréstimos do Banco Mundial destinados a realizar auditorias energéticas na indústria e a preparar um programa de energias renováveis, nomeadamente a utilização de resíduos florestais.

A publicação do 5.º esquema de apoio aos consumidores industriais permitirá dar suporte a novos investimentos em conservação e diversificação de energia.

A criação do Centro de Conservação de Energia, já enviado para promulgação, permitirá que o Ministério da Indústria e Energia, em colaboração com a indústria, incute um maior dinamismo a esta acção, assim como a criação de uma empresa de investigação e desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, também em associação com a indústria, permitirá uma maior penetração no mercado de energias alternativas.

Este conjunto de políticas e de acções concretas já realizadas demonstra, segundo penso, as preocupações do Governo no uso nacional da energia e não no seu desperdício.

O aproveitamento dos nossos recursos hidroeléctricos foi outra área que já mereceu particular atenção do Governo, tendo em duas resoluções do Conselho de Ministros sido decidido que a programação de investimentos hidroeléctricos seja feita ao ritmo máximo permitido pelas disponibilidades financeiras do plano, e decidido o relançamento da obra do aproveitamento do Alqueva.

No sector eléctrico, além do estabelecimento da renda a pagar aos municípios que sejam abrangidos pela zona de influência de centros electroprodutores, foi completada a legislação que permitirá regularizar as concessões de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, e assim permitir que o sector eléctrico encontre uma situação normal de relações entre os diferentes intervenientes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os problemas da energia são complexos e a sua resolução é vital para as condições e qualidade de vida de todos os portugueses.

O que procurei transmitir-vos é que o Governo os encara com a importância que na realidade eles têm, mas também tem consciência que a não tomada de decisões em sector tão vital é uma demissão das responsabilidades que lhe incumbem, especialmente quando as decisões têm um horizonte que pela força das coisas é bastante superior ao horizonte político de qualquer Governo.

Aplausos do PS e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Magalhães Mota pede a palavra para que efectue?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Secretário de Estado, a minha questão prende-se com um aspecto relativamente menor no conjunto da sua intervenção, mas, em todo o caso, com alguma importância em termos da Assembleia da República, e por isso me permito formulá-la.

Disse V. Ex.^a que o Sr. Secretário de Estado do Planeamento tinha aprovado os cenários que haviam servido de base ao planeamento energético.

Ora bem, o Sr. Secretário de Estado certamente que conhece as disposições constitucionais relativas aos objectivos do Plano, à sua força jurídica e ao papel da Assembleia da República na sua aprovação.

Como tal, o que lhe pergunto é o seguinte: até que ponto o Secretário de Estado do Planeamento pode antecipar-se ao julgamento e ao voto da Assembleia da República para anunciar cenários de um plano, para definir cenários de um plano que só a Assembleia tem competência constitucional para aprovar, que só a Assembleia da República pode tornar lei, que só a Assembleia da República se pode pronunciar em relação às opções que se transformarão em normas de carácter imperativo para o Estado?

Pergunto mais: até que ponto é que em tudo isto não estaremos a antecipar cenários que, provavelmente, não são, nem podem ser, cenários exclusivos, porque ignoram o debate na Assembleia, e que, inclusivamente, estão a antecipar-se em relação ao próprio conjunto do Governo, o qual aqui nos disse, aqui nos propôs e aqui justificou que só a partir de Setembro estaria em condições de nos apresentar um planeamento? Em que medida é que não estamos, ou não estarão o Sr. Secretário de Estado, a antecipar possibilidades, cenários até, que ultrapassam a competência do próprio membro do Governo que os terá definido e que ultrapassam, necessariamente, a competência do próprio Governo para invadir competência exclusiva desta Assembleia?

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, há mais pedidos de esclarecimentos. Deseja responder já ou apenas no fim?

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Secretário de Estado.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Sr. Secretário de Estado, peço desculpa de voltar novamente às questões colocadas na sessão de perguntas ao Governo de 17 de Fevereiro, mas como não obtive qualquer resposta em relação a nenhuma dessas questões, nem sequer por escrito, e como ainda fiquei com algumas dúvidas, gostava de fazer agora uma pergunta.

Existem ou não, neste momento, contactos, estudos ou orçamentos apresentados por empresas estrangeiras de construção de centrais nucleares? Em caso afirmativo, quais? E terá esta Assembleia possibilidade de consultar tais propostas?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Redol.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Queria pedir ao Sr. Secretário de Estado alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, estão ou não concluídos os estudos do Despacho n.º 22/83 — aqui já referido várias vezes —, dado que o prazo para a sua conclusão já terminou em relação a todos eles, inclusivamente o relatório dos resíduos radioactivos que terminava em Março de 1984? Será que agora já podemos dispor desses estudos, conforme solicitámos ao Governo no nosso requerimento de 12 de Fevereiro?

Por outro lado, gostaria de saber se o Governo já tomou alguma decisão sobre o IV Grupo da Central de Sines, sobre o empreendimento hidroeléctrico de Foz Côa e sobre o arranque da segunda central termoeléctrica a carvão.

Queria perguntar-lhe, em relação à indústria nacional e em resposta a esses estudos realizados, quais os investimentos a realizar para se poder fabricar o lote nuclear e para se construir as turbinas alternadoras de 950 MW. Será que o grupo que realizou estes estudos pode dar tal informação?

Por último, será que a indústria siderúrgica está em condições para fabricar os aços a utilizar na produção dos componentes do lote nuclear? E qual o tipo desses aços, segundo as normas usuais?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, referiu na sua intervenção que as mais desencontradas e descabeladas razões são apontadas para se pretender protelar as decisões que se impõem.

Quais são, Sr. Secretário de Estado, as decisões que, em sua opinião, se impõem? Será alguma decisão sobre a opção nuclear para breve?

Sobre este tema mais algumas questões. A maximização da participação nacional para um programa nuclear, pequeno se o encararmos à dimensão internacional, implica a escolha de um único fornecedor nacional para todo o programa previsto no PEN.

Só com esta garantia qualquer empresa portuguesa realizará os elevados investimentos necessários à sua participação em tal projecto. Mesmo assim, a pequena dimensão do programa nuclear português afastará a possibilidade de rendibilizar investimentos que permitiriam uma participação nacional mais elevada.

Quem tomará a responsabilidade de escolher um único fornecedor para um período tão largo, que pode atingir cerca de vinte anos?

Segunda questão, Sr. Secretário de Estado: quem garantirá que as flutuações políticas (e até de responsáveis ministeriais e de responsáveis de empresas) nacionais e nos países fornecedores de equipamento não levará a mudanças súbitas de orientação, mau grado o compromisso inicial, pondo em risco a rendibilidade da empresa portuguesa envolvida nos fornecimentos iniciais?

Terceira questão: em resultado do acordo da empresa francesa Framatome com a SOREFAME quais os equipamentos do lote nuclear que se prevê que a empresa pública portuguesa poderá fabricar para o primeiro reactor nuclear? E qual o montante em royalties (em valor absoluto ou em percentagem) se prevê que a SOREFAME pague para poder produzir esses equipamentos?

Quarta questão: o projecto global de uma central nuclear, bem como a direcção da sua construção, não poderão, certamente, ser realizadas pela EDP. Há que recorrer a um arquitecto-engenheiro da grande experiência internacional. A EDP realizou há anos um esforço para juntar as empresas portuguesas de engenharia para participação em projectos a realizar além-fronteiras. O Governo está a aproveitar essa estrutura para estudar a questão nuclear?

Por outro lado, a estimativa de encargos de engenharia que constam do PEN tem origem nessa estrutura? E a percentagem de participação nacional neste sector qual será, Sr. Secretário de Estado?

A propósito das declarações de voto que V. Ex.^a referiu ainda não terem sido apresentadas por atrasos, constato que a maioria delas são datadas do período entre Abril a Setembro de 1983. Não acha o Sr. Secretário de Estado que os autores dessas declarações de voto ficaram numa situação falsa com a difusão pública dos 3 volumes do PEN, vendo o seu nome associado ao texto desses volumes, os quais não continham as declarações de voto que tratavam pontos importantes?

Para finalizar, devo dizer que praticamente não se deu pela discussão pública do PEN de 1982. Acha V. Ex.^a que a discussão pública do PEN de 1984 deverá ser igual à discussão pública do PEN de 1982?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Secretário de Estado da Energia, não vou contestar a sua intervenção, que achei equilibrada e correcta, nem as posições do Governo, que poderão recolher o nosso apoio, designadamente quando insistem em questões fundamentais como seja a diversificação das fontes de energia — que já aqui foi assinalada pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia —, quando acentuam a necessidade de efectuar a economia e a conservação da economia, quando insistem na necessidade de racionalizar o consumo energético em Portugal.

Também rejugilamos com o interesse e a iniciativa do Governo quanto este fala e aponta para o aproveitamento das energias renováveis, também estamos de acordo em como é necessário diminuir o impacte ambiental da produção de energia, e todos concordaremos que existe uma equação entre energia e ecologia, sendo elas inseparáveis; também estamos de acordo em como as opções energéticas não podem ser divorciadas do modelo de desenvolvimento do País e de uma estratégia de médio prazo, tal como referiu o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

Penso que sobre estes pontos há um largo terreno de acordo entre todos nós.

Simplesmente, este debate, pretendido pelo partido interpelante, o MDP/CDE, centra-se na questão da opção nuclear: será que o País precisa de fazer uma opção pelo nuclear, deverá ou não encarar iniciativas que conduzam à escolha e implantação de centrais nucleares?

Julgo que esta é a questão que paira no nosso debate e é uma questão fundamental, pois é um problema não só de abastecimento energético do nosso país e de aproveitamento dos recursos que possuímos, mas também, se quiserem, um problema de civilização, de modo de encarar a vida e o futuro, porque a opção pela energia nuclear não é igual, em termos qualitativos, à opção por outras fontes de energia.

E aqui cabe uma questão, Sr. Secretário de Estado. Notícias vindas a público nalguns jornais dizem que a decisão definitiva sobre a eventual instalação em Portugal de uma central nuclear não deverá ser tomada antes de 1990, nos termos das conclusões do Grupo Consultivo de Apoio do Plano Energético Nacional, e que, por conseguinte, a eventual entrada em funcio-

namento do primeiro grupo nuclear nunca será antes do ano 2000.

Pergunto ao Sr. Secretário de Estado: é isto verdade? Não é necessário tomar uma opção em matéria de construção de centrais nucleares antes de 1990? Se isto for verdade, a interpelação do MDP/CDE é prematura; se isso não for verdade, a interpelação do MDP/CDE é oportuna.

Daí que pense que esta questão é fundamental, e gostaria que V. Ex.^a confirmasse ou desmentisse estas notícias vindas a público.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eurico Correia, para que efeito está a pedir a palavra?

O Sr. Eurico Correia (PS): — Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Sr. Secretário de Estado, algumas das questões que desejava colocar-lhe já aqui foram expedidas pelo meu camarada Carlos Lage.

Também eu não ponho em dúvida que há uma necessidade de tomar decisões. Evidentemente que é necessária uma diversificação de formas de energia, e não me choca mesmo um estudo desta opção nuclear. Opção nuclear que já está bem generalizada no mundo, o que significa que isto não é uma asneira, mas uma necessidade, porque toda a gente quer energia e as formas de energia, como o sol, por exemplo, não são tão acessíveis como pode parecer a países como Portugal.

A minha preocupação, e voltando ao célebre ano de 1990, é esta: a energia nuclear, como forma de fornecimento de energia às populações e ao serviço de um plano de desenvolvimento, está a ser agora discutida em Portugal. Mas estas decisões já foram tomadas pelos países mais avançados há mais de 20 anos, há quase 30 anos!

E a pergunta que se me põe é a seguinte: quando formos tomar esta decisão, não estará já esta forma de energia ultrapassada?

Eu digo o porquê desta pergunta: é que há estudos nas universidades americanas que falam na fusão do hidrogénio. E a fusão do hidrogénio, essa sim, é uma forma de energia que não é perigosa porque não provoca radioactividade.

Risos do PCP.

Evidentemente que tem outros perigos, tais como as perturbações e alterações ecológicas devido às grandes temperaturas criadas e uma rede desta forma de energia pela fusão do núcleo de hidrogénio poderia trazer perturbações. Até alguns estudos teóricos apontados dizem que a criação de uma rede — a rede ideal nos Estados Unidos — poderia trazer uma elevação de 4° na temperatura média à superfície da terra, o que, pela fusão da calote polar, poderia provocar — e provocaria — perigosas alterações ecológicas.

Não sou um especialista no assunto, mas tenho alguma capacidade técnica para o apreciar. Não me debrucei sobre ele, mas certamente que o Governo o apreciou.

Perdão-me, se disse alguma asneira de ordem técnica, mas, se disse, creio não terá sido muito grande.

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse se este problema, isto é, o do aparecimento de uma forma de energia limpa — chamemos-lhe assim —, não tornará anacrónica uma decisão quanto ao caso da energia nuclear — chamemos-lhe clássica —, que, aliás, eu não condeno. E a demonstrá-lo está o facto de estar expandida pelo mundo, o que é uma prova de que há uma decisão e uma necessidade comum que tem sido aproveitada pelos diferentes países.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Meireles Barros, para que efeito está a pedir a palavra?

O Sr. Meireles Barros (CDS): — Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Meireles Barros (CDS): — Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a disse que o tempo é muito importante quando se fala de energia.

Estou de acordo com isso porque cada dia de atraso numa resolução energética corresponde, por vezes, a muitos milhares de contos, porque se trata de investimentos de dezenas e até centenas de milhões de contos.

Na realidade, verificou-se um atraso, um desfasamento notável entre o terminal carbonífero de Sines e a central de Sines.

Queria pedir a V. Ex.^a se nos dizia em quanto computa o prejuízo por esse atraso que, efectivamente, é real para Portugal.

Queria também pedir-lhe esclarecimentos sobre a opção das centrais a carvão, dado que, como já aqui foi dito na Assembleia, trazem consigo poluição intensa, para além das chuvas ácidas e de outros problemas, nomeadamente, o da grande quantidade de água de arrefecimento que é lançada no oceano e que vai perturbar, até por falta de oxigenação na zona em que é lançada, a fauna dessa mesma zona. Portanto, nem tudo é bom na central a carvão.

Eu queria perguntar-lhe se o Governo tem, realmente, um plano para defender ecologicamente a zona e, fundamentalmente, sob o ponto de vista de poluição no ar e na água, quais são as soluções que estão previstas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Lello, também pediu a palavra para formular pedidos de esclarecimento?

O Sr. José Lello (PS): — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Secretário de Estado, quando se abordam as questões do aproveitamento dos nossos recursos hídricos, referem-se, normalmente, os grandes empreendimentos e as soluções e as soluções mais sofisticadas, quantas delas com recursos avultosos a importações de tecnologia.

Ora, também V. Ex.^a se não referiu a um potencial inexplorado que tem a ver com nossos recursos hídricos. Trata-se da eventual construção de pequenos

aproveitamentos hidroeléctricos em cursos de água de caudais reduzidos que permitam o abastecimento de electricidade a pequenas comunidades.

Eu punha, concretamente, a V. Ex.^a esta questão: esse problema está a ser devidamente pensado, acompanhado, estudado? O que há em relação a tal questão?

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, se deseja responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Srs. Deputados, procurando responder a todas as questões que me foram apresentadas, começaria pela ordem cronológica e responderia ao Sr. Deputado Magalhães Mota que, obviamente, não está na minha ideia nem no meu esquecimento o papel da Assembleia da República relativamente ao Plano. Simplesmente, utilizei muitas vezes a palavra plano como abreviatura de Plano Energético Nacional, para não maçar os Srs. Deputados. É evidente que o Plano Energético Nacional não é o plano a que o Sr. Deputado Magalhães Mota se referiu.

Portanto, os cenários que são utilizados do Plano Energético Nacional não são, obviamente, os cenários globais de desenvolvimento económico-social do Plano, mas apenas cenários indicativos.

Penso, pois, que não haverá intromissão de competência do meu colega do Planeamento nas competências da Assembleia da República, ao aprovar os cenários enquadrantes do Plano Energético Nacional, que tratam apenas dos aspectos que não necessários para o estudo das consequências energéticas.

O Sr. Deputado António Gonzalez fez-me uma pergunta como se o Governo fosse uma empresa.

O Governo não tem propostas, nem recebe propostas de construtores. Portanto, obviamente, a resposta à sua pergunta é: não! Não temos nenhum orçamento nem temos nenhuma proposta de construtores de nenhum tipo. E aproveito a ocasião para dizer que os construtores que cá vêm — e salvo erro, os primeiros a aparecerem foram os representantes da União Soviética, em 1977 — vêm apresentar os seus produtos e nós ouvimos o que eles têm a dizer e nada mais.

Em relação às questões postas pelo Sr. Deputado António Redol, diria que os estudos do Despacho n.º 22/83, do anterior governo, não foram modificados nem alterados pelo presente Governo. Foi dado tempo de estudo aos diferentes grupos — alguns deles pediram prorrogação dos prazos que tinham sido fixados, dado que as matérias a estudar eram, nalguns casos, complicadas.

Possuo informar o Sr. Deputado que os estudos referentes ao tipo de reactor, à informação do público e à legislação sobre licenciamento de centrais nucleares foram recentemente concluídos, estão em apreciação no Ministério da Indústria e Energia e, oportunamente, terá resposta ao requerimento que o MDP/CDE apresentou ao Governo.

Quanto à segunda questão colocada, sobre se o Governo já tomou decisões sobre isto, aquilo e aquello, devo dizer-lhe que isso são perguntas ao Governo e aproveitaria para, com elas, responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Corregedor da Fonseca.

Pelos vistos, o seu colega de bancada considera que algumas decisões se impõem e devem ser tomadas. Portanto, parece que, ou não estão de acordo ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Onde é que vai, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — ... ou estamos todos de acordo que há decisões que é urgente tomar.

O Sr. Deputado Corregedor da Fonseca colocou-me, também, uma série de perguntas que, no fundo, são perguntas ao Governo. Algumas delas relevam de relações contratuais entre empresas que eu não represento aqui, nem cito. Quem cita as empresas, fará o que entender, mas eu não cito empresas, pois não sou representante de nenhuma delas e não sei como são os acordos entre elas. E, se calhar, nem terei de saber!

Penso que das questões que levantou, há uma que tem pertinência em relação com o tema em debate e com a interpelação ao Governo. Foi a questão de saber se a discussão pública da versão de 1984 do Plano Energético Nacional será como a discussão pública da versão de 1982.

Sobre isto, o que posso dizer-lhe é o seguinte: o debate público da versão de 1982 foi aquele que os interessados quiseram. No debate da versão de 1984, depois de aprovada pelo Governo, haverá também o empenhamento do Governo nesse debate. Portanto, de certeza que não será igual ao debate da versão de 1982.

O Sr. Deputado Carlos Lage colocou-me uma questão que eu julgava ter já sido esclarecida. Ou seja, a de que o Governo não tomou ainda nenhuma posição sobre as diferentes opções. Se a data de 1990 é verdadeira ou falsa, se as notícias que vêm nos jornais são verdadeiras ou falsas poderemos verificar quando o Governo aprovar as opções do Plano Energético Nacional.

O que eu lhe posso dizer, Sr. Deputado Carlos Lage, é que me espanta ver agora que as pessoas que tinham uma certa atitude em relação à energia nuclear diziam sempre que uma central nuclear leva 12, 14, 15 anos a fazer — e, de repente, esse tempo foi encurtado para 8 ou para 7 anos. Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que entre uma decisão de princípio e uma entrada em funcionamento de uma central nuclear se devem contar para esse efeito com, pelo menos, 12 anos.

Portanto, afi tem, parcialmente, a resposta à sua questão.

O Sr. Deputado Eurico Correia pôs-me uma questão sobre uma forma de energia possível. Dir-lhe-ia que, salvo erro, quando estava a terminar os meus estudos, parecia que esse problema estava já resolvido. E já lá vão mais de 25 anos e ainda hoje não está resolvido!

Digo-lhe Sr. Deputado, que a fusão do hidrogénio não é uma energia limpa, é uma energia com problemas de radioactividade, talvez ainda mais complicados que os das centrais nucleares. Pessoalmente, penso que um país com a dimensão do nosso, não pode dar-se ao luxo de utilizar soluções que não estejam já devidamente comprovadas, experimentadas e rotinadas.

O Sr. Deputado Barros colocou-me questões relacionadas com centrais a carvão e, em particular, com a central de Sines.

Todos os projectos de centrais têm tido estudos de impacte ambiental que analisam os problemas referidos pelo Sr. Deputado e que, obviamente, terão de ser tratados com os cuidados necessários para que a po-

luição de partículas sólidas e de combustíveis gasosos ou de aquecimento sejam compatíveis com o meio ambiente.

Esses estudos são feitos para todas as centrais que são realizadas e para as que vamos construir também o serão. São aspectos que aparecerão na lei enquadrante de licenciamento que o Sr. Ministro da Indústria e Energia referiu, embora mesmo sem essa lei sejam já hoje realizados.

Quanto à questão concreta sobre o custo para Portugal da não coordenação entre a construção do terminal Carvoeiro e a central de Sines, penso que ainda é cedo para lhe poder dar um número correctamente quantificado. Contudo, se pensarmos que haverão alguns investimentos suplementares a fazer neste período intercalar, mas que também não haverá pagamento de utilização do porto definitivo, haverá, de qualquer maneira, um encargo suplementar que estimaria algumas centenas de milhares de contos para o período em que o terminal não está disponível.

O Sr. Deputado José Lello pergunta-me se os pequenos aproveitamentos hidroeléctricos não são da preocupação deste governo. É evidente que na minha breve alocução ao Parlamento não pude tratar de todos os aspectos que preocupam o Governo.

No caso concreto dos pequenos aproveitamentos, eles são objecto de duas acções: uma, visando a recuperação dos pequenos aproveitamentos de serviço público; outra, visando a recuperação de pequenos aproveitamentos de serviço particular.

A utilização de pequenos aproveitamentos que o Sr. Deputado enunciou são hoje possíveis por qualquer entidade que a isso se pretenda dedicar como auto-produtor.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Secretário de Estado da Energia, queria protestar pelo facto de ter utilizado a pergunta do meu camarada de bancada para não responder à minha pergunta sobre o Sines IV, o Foz Côa e o arranque da segunda central termoeléctrica.

Neste momento, e até na ausência do presidente da EDP, a gerência da EDP despacha directamente com V. Ex.^a, pelo que deve estar bem informado sobre estes aspectos.

As outras questões a que também não respondeu — embora possa reconhecer que seja difícil aqui responder mas, no entanto, se houvesse possibilidade, gostaria que o fizesse — eram sobre os investimentos a realizar para se poder fabricar o lote nuclear e para se construir as turbinas alternadoras de 950 MW (era importante para o caso da nossa indústria) e sobre a possibilidade de indústria siderúrgica nacional estar em condições de fabricar os aços especiais que há que utilizar na produção destes componentes do lote nuclear.

Era só isto, Sr. Secretário de Estado. Se não puder responder hoje talvez me possa responder de outra maneira.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, queria colocar uma questão ao Sr. Secretário de Es-

tado, mas como não o posso fazer inscrevo-me para uma intervenção que se resumirá, no fundo, a colocar-lhe essa questão, e que farei quando o Sr. Presidente entender que me deverá dar a palavra.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito para uma intervenção, Sr. Deputado.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Eurico Correia (PS): — A pergunta que pus aqui ao Sr. Secretário de Estado não era sobre a hipótese de virmos a ter uma central com fusão de hidrogénio. O que perguntei foi se tinha sido tomado em conta o problema de que o eventual arranque de uma central nuclear fosse feito numa altura tal que se pudesse considerá-lo anacrónico, isto é ultrapassado. Evidentemente que há sempre coexistência das diferentes fases tecnológicas.

O facto de já se falar na fusão do hidrogénio quando o Sr. Secretário de Estado terminou o seu curso não significa nada. Há coisas que foram inventadas há muitos anos e que só agora é que entram em aplicação. Há sempre uma *décalage* entre as invenções e as suas aplicações. As aplicações vêm quando há necessidades e quando preenchem essas necessidades.

O Sr. Secretário de Estado sabe perfeitamente que a energia atómica foi estudada ou, pelo menos, teria sido inventada em 1937 pelo Sr. Hansi Strassmann e só em 1945 é que apareceu a primeira bomba atómica, em 1950 é que apareceu a central nuclear e, portanto, não é isso que está em causa.

O que lhe digo, Sr. Secretário de Estado, de algumas coisas que tenho lido, é que a fusão de hidrogénio tem sido seriamente considerada. Há um programa que foi lançado por uma universidade americana em concorrência com outras universidades e o Sr. Secretário de Estado certamente sabe que quando foi concluído já estava ultrapassado porque teoricamente já tinham sido encontradas soluções mais correctas.

Há quem pense que esta é, de facto, a forma de energia do futuro, mesmo com esses problemas de radioactividade mais perigosos, como diz o Sr. Secretário de Estado, ou não. Agora, que evidentemente há muitos problemas — materiais, ecológicos — há, mas a minha pergunta mantém-se: na sua necessidade de tomar resoluções — tem o meu inteiro apoio — teria sido considerado esse risco da *décalage* entre a entrada em funcionamento e o aparecimento de novas formas de energia compatíveis, talvez, com este país?

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a entendeu responder à questão que lhe tinha colocado, sugerindo que o chamado plano energético, que teria utilizado como forma abreviada para poupar a Câmara, nada tinha a ver com o Plano.

Ora bem, o meu protesto concreto representa o seguinte: ou V. Ex.^a entende que é lícito a um depar-

tamento estadual fazer algo a que chama plano, sejam eles energéticos ou outros quaisquer, e que são, afinal, exercícios sem qualquer significado constitucional, sem qualquer significado jurídico, sem qualquer significado económico e que representam pura delapidação de recursos estaduais — possivelmente para entretenimento intelectual de algumas pessoas —, ou V. Ex.^a considera que o plano energético é alguma coisa que se engloba no Plano tal como é definido em termos constitucionais — e refiro-lhe, por exemplo, a alínea b) do artigo 93.^º da Constituição que é clara quanto à integração dos sectores no Plano a médio prazo — e então o plano energético tem a ver com o Plano, e quando V. Ex.^a tenta explicar que nada tem a ver uma coisa com a outra está a mistificar esta Assembleia da República.

Creio que qualquer das escolhas é má para V. Ex.^a Daí a razão do meu protesto e o que lhe peço é que reconheça, pura e simplesmente, que, de facto, o plano energético tem a ver com o Plano, tem a ver com as escolhas de futuro, tem a ver com o desenvolvimento do País e, portanto, é, naturalmente, uma matéria que deverá ser debatida por todos os portugueses nesta Assembleia que é representativa deles.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Secretário de Estado, muito obrigado pelas respostas que me concedeu. Acontece, contudo, que, a propósito de a minha pergunta protelar as decisões que se impõem, V. Ex.^a acabou por não me dizer quais são as decisões que se impõem no entendimento do Governo, e quais as prioridades nessas decisões.

Em relação às empresas, quando levantei certas questões, V. Ex.^a disse que não cita as empresas porque considera que são negócios em que o Governo não tem que se imiscuir.

Sr. Secretário de Estado, não acha que essas empresas são tuteladas pelo Ministério da Indústria? Não acha que numa questão tão sensível como esta não será pelo menos curioso que o Ministério se coloque à margem perante negócios tão importantes?

Nenhum de nós tem dúvida — não somos tão ingênuos como isso — que qualquer negócio ligado a esta questão terá de ter sempre a aprovação do Governo.

V. Ex.^a também não me respondeu a uma pergunta que não tem nada a ver com as empresas e que é esta: quem garantirá que as flutuações políticas e até de responsáveis ministeriais e de empresas, quer em Portugal, quer nos países fornecedores de equipamento, não levará a mudanças súbitas de orientação pondo em risco a rentabilidade da empresa portuguesa envolvida nos fornecimentos iniciais?

Gostaria também de saber que tipo de cautelas o Governo alguma vez adoptará em relação a uma eventualidade desta natureza.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário de Estado já não tem tempo para contraprotestar,

a não ser que seja descontado no tempo da intervenção final do Governo ou que algum grupo parlamentar lhe queira ceder tempo.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Lamento não poder responder.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, se me dá licença, pela minha parte, darei o meu tempo ao Sr. Secretário de Estado para que possa contraprotestar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, então, o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Muito obrigado, Sr. Deputado Magalhães Mota. Utilizarei o seu tempo para lhe responder.

Longe de mim mistificar a Assembleia da República.

Estamos de acordo em que o plano energético, como qualquer outro plano, será discutido por esta Assembleia. O que disse e quis dizer é que o plano a que me referia era o Plano Energético Nacional e não o Plano.

Não quis dizer mais nada do que isto.

Mais uma vez muito obrigado pelo tempo que me concedeu, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, dá-me a palavra?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, é só para constatar que a «energia» do Governo não é renovável, mas nós transferimos a «energia» necessária para o Governo. Energia em matéria de tempo, evidentemente.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Secretário de Estado desejar responder aproveitando a «energia» do PS tem a palavra.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Agradeço a «energia renovável» e a «fonte de energia» que o Grupo Parlamentar do PS me dá e que me permite responder a todos os restantes Srs. Deputados. Responder ou contraprotestar.

Em relação às questões que os Srs. Deputados Redol e Corregedor da Fonseca me fizeram, chamava a atenção para o facto de que puseram questões ao Secretário de Estado da Energia pedindo a resposta do Governo.

A resposta do Governo sobre muitas das perguntas que puseram não foi ainda dada e, portanto, obviamente, o Secretário de Estado da Energia não poderá, por si, dar as respostas que o Governo ainda não deu.

Na proposta do plano, que VV. Ex.^{as} receberão, terão essas respostas e no particular das questões que o Sr. Deputado Redol me coloca, sobre investimentos a incluir no chamado PISEE de 1984, é nesse documento, que, como V. Ex.^a sabe, é assinado pelo Ministro da Indústria e Energia e pelo Ministro das Finanças e do Plano, que eles vêm ou não consignados.

Sobre as questões da participação nacional em elementos sofisticados, ou complicados, ou com aços especiais numa central nuclear, suponho que o Sr. Deputado Redol conhece tão bem a proposta como eu. Esses materiais e esses equipamentos não estão nem ao alcance da nossa siderurgia nem da nossa metalomecânica pesada. Portanto, não serão equipamentos que sejam ou possam ser feitos em Portugal, quer para centrais convencionais, quer para centrais nucleares.

Sr. Deputado Eurico Correia, pensei que tivesse respondido à sua questão. Peço desculpa. Procurarei ser mais claro.

O que disse era que Portugal não se pode dar ao luxo de utilizar tecnologias ainda não provadas ou ainda não completamente experimentadas. As centrais que hoje estamos a utilizar têm 50 ou 60 anos de experiência.

Quando me referi aos meus tempos de estudante e à utilização da fusão nuclear, queria dizer que nessa altura ela já tinha sido descoberta. Hoje ainda não está dominada. Portanto, já passaram 25 anos e daqui a 25 anos, se ela hoje fosse dominada, ainda não teria, se calhar, experiência comercial e operacional suficiente para a podermos utilizar.

Penso que as decisões sobre tecnologia que o País venha a tomar se manterão válidas por períodos suficientes para cobrirem a introdução de formas de energia como essa que referiu.

Em relação às questões do Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, as decisões que se impõem tomar são as que são necessárias em cada ano. Daí, eu ter utilizado a questão focada pelo seu colega de bancada engenheiro António Redol, porque se impõe tomar decisões sobre uma série de coisas, como a questão subentendia, e essas decisões têm de ser tomadas em tempo oportuno.

Quanto a as empresas serem tuteladas pelo Ministério da Indústria e Energia, das empresas que foram citadas pela sua bancada nenhuma é tutelada por aquele Ministério, que não tutela multinacionais nem empresas do sector participado.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — E a SOREFAME?

O Orador: — A SOREFAME é do sector participado e não é tutelada pelo Ministério da Indústria e Energia.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: numa intervenção muito rápida, gostaria apenas de recolocar ao Sr. Secretário de Estado da Energia uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Carlos Lage, a qual reputo como não sendo de somenos importância.

A pergunta é no sentido de saber se o grupo consultivo e de apoio ao Plano Energético Nacional se teria, ou não, pronunciado no sentido de considerar desnecessária qualquer opção em termos de energia nuclear antes de 1990, tal como a imprensa teria veiculado. O Sr. Secretário de Estado disse que o Sr. Deputado Carlos Lage, assim como todos nós, o

saberia quando o Governo se pronunciasse, mas o que estava em causa não era a posição do Governo, mas muito concretamente saber se a comissão consultiva tinha ou não assumido uma posição nessa matéria. Penso que em relação a isso o Sr. Secretário de Estado só poderia responder de duas maneiras: dizendo que era verdade ou mentira ou recusando-se claramente a responder.

O Sr. Secretário de Estado não respondeu e eu volto a colocar-lhe a pergunta. Como sei que o Governo não tem tempo, se agora quiser ter a gentileza de me responder, dizendo se é verdade ou mentira que o grupo consultivo se pronunciou quanto à opção nuclear antes de 1990, poderá usar do tempo de que a UEDS ainda dispõe.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelo tempo que me concede.

Talvez por falta de entendimento meu ... Mas posso realmente responder à questão que me põe e não é nem sim nem não. E não é dizer-lhe que não respondo.

Risos.

O grupo consultivo de apoio não produz documentos, quem os produz é o grupo executivo. O grupo executivo, porque trata 14 estratégias, centra-se sobre 3 delas e numa dessas estratégias esse número é verdadeiro, porque nas outras duas os números são diferentes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Já se falou nesta Câmara, de modo exaustivo, dos variados problemas que a opção nuclear acarretaria com a aquisição de centrais nucleares, o seu funcionamento, a assistência técnica e a neutralização dos seus resíduos. Sabendo nós, ainda por cima, das possibilidades actuais das nossas ainda não exploradas potencialidades hidroeléctricas, tal opção parece-nos que deveria merecer um «não» desta Câmara, após um futuro debate que, estou certo, não trará substanciais novidades. Resumidamente, referiremos alguns pontos que nos parecem importantes.

A dependência tecnológica, económica e, naturalmente, política desta opção. Economicamente, as centrais nucleares são consideradas um «buraco», até pela insuspeita *Time*, que fazendo-se eco da opinião da população americana declara: prometeram-nos energia sem despesa e oferecem-nos despesa sem energia.

Gostaria de recordar o exemplo de Espanha, aqui mesmo ao lado, em que os técnicos da UGT-ICF (Federação da Energia) socialista apontam num estudo intensivo quais as razões do seu não ao nuclear. O Governo socialista espanhol, apesar dos investimentos já feitos, teve a coragem de parar o seu programa nuclear (recordemos Sayago). No balanço do estudo referente ao programa nuclear espanhol, aquela mesma

federação da energia, num extracto do seu trabalho, diz: quanto mais depressa se abandonar ordenadamente o programa nuclear, menos dificuldade haverá. Sair da crise nuclear suporá, pois, um esforço muito mais duro e caro do que cair nela agora. Ao contrário do que acontece com o petróleo, que é de difícil substituição nos seus usos principais, como a indústria e os transportes, a energia nuclear só se aproveita para produzir electricidade. Evitar a crise nuclear em Espanha significa, hoje, procurar outras fontes de produção eléctrica, porque amanhã, quando estivermos cheios de centrais nucleares, será tarde.

Em termos de rentabilidade, as frequentes avarias dão às centrais nucleares um carácter de falhanço económico, bom negócio para alguns poucos, e mau negócio para o resto da população. Que o digam os franceses e os espanhóis com a Central de Almaraz da Westinghouse, que após uma avaria em que houve grandes fugas radioactivas têm a central a funcionar a 30 % e com grandes medidas de vigilância (apesar dos protestos dos ecologistas e das populações afectadas). Optimistamente, há quem diga que talvez esteja a funcionar a 50 %.

Ainda no pendor económico, gostava de chamar a atenção para a posição das empresas seguradoras que, nas apólices de seguros, até mesmo as efectuadas sobre veículos normalíssimos, uma das cláusulas que exclui pagamento de prejuízos refere as radiações resultantes da cisão do átomo. Isto já consta nas apólices de seguros dos nossos carros, embora seja em letra muito pequenina. Ou seja, em caso de avarias numa central nuclear em Portugal que originassem fugas radioactivas que resultariam na contaminação de solos, saúde pública afectada, etc., quem pagaria?

Quanto custa a saúde? E uma só vida humana?

Estamos, Srs. Deputados, a falar não de uma questão académica mas de casos concretos. Uma central nuclear quando tem fugas não é só o custo da avaria, são as poeiras e os gases radioactivos que se espalham no ambiente onde se mantêm activos e perigosos durante anos, alguns casos milhares de anos.

Recordando o caso de Windscale na costa oeste de Inglaterra, que depois de uma série impressionante de avarias mudou de nome não para esconjurar o «azar» mas para dar a ideia ao país e ao Mundo de que algo havia mudado.

O terror, no entanto, apossou-se da população de pescadores e pastores. Que impactos negativos ambientais se verificam neste complexo e seus arredores?

Algumas radioactivas aparecem na areia do litoral o que leva à interdição ao público de quilómetros de praia onde elas aparecem. Isto aconteceu em Dezembro de 1983. O que teria acontecido se fosse um rio, portanto, com um percurso mais limitado?

15 dias depois 4 investigadores do Greenpeace são seriamente contaminados ao recolher moluscos nas proximidades do complexo nuclear.

No primeiro de Novembro de 1983, foram detectados traços de plutónio nas poeiras domésticas das habitações nos arredores de Windscale. A taxa de leucemias nas crianças dos arredores é dez vezes mais elevada do que o normal.

A revista *The New Scientist*, em Março de 1983, afirma que o polónio, veneno radioactivo que se escapou em 1957, aquando de um incêndio num reactor

de Windscale, provocou a morte de mais de 1000 pessoas. Os inquéritos oficiais ignoraram a presença de tal substância radioactiva.

Em Fevereiro de 1984, um relatório oficial do National Radiological Protection Board aponta para o Iodo 131 como causador de 250 cancro da tiroide. Este Iodo escapou-se na avaria de 1957 em Windscale.

Na altura, uma comissão parlamentar e um grupo de técnicos da British Nuclear Fuel Limited concluem que do acidente nenhuma consequência resultou para a população... E o esquecimento cai sobre o caso até que em 1980 a União dos Cientistas Vigilantes, associação de cientistas americanos, se debruça sobre as consequências do acidente de Windscale e de Three Mile Island nos Estados Unidos. E surgem, então, suspeitas e dúvidas que em cadeia têm permitido ver a extensão do problema. As autoridades minimizaram a importância das fugas, porque se queria evitar que o mundo soubesse que a Inglaterra fabricava as suas bombas nucleares com polónio, técnica ultrapassada já em 1957. Esta substância era extraída de um dos reactores.

E muito ainda haveria a dizer, a lista é longa, sobre os efeitos das fugas, mesmo as consideradas normais resultantes do «normal», ou seja, sempre abaixo dos regimes para que foram economicamente planeadas e vendidas. Isto por razões de segurança, porque o material, coitado, não aguenta o ritmo de trabalho que os fabricantes dizem que aguenta. É como o conhecido caso dos automóveis que nos impingem como gastando só 61 aos 100, ou que «duram uma vida». Como dizia, a lista é longa: contaminação do peixe, do gado nos campos (concentração de plutónio nos órgãos de vacas e de carneiros é 500 a 1000 vezes superiores e isto vem em publicações científicas ao encontrado nos animais teste), afecções humanas como cancro, por exemplo, como se verifica nos arredores de Windscale, em que jovens com menos de 18 anos são 4 vezes mais afectados do que no resto do país.

Um relatório do NRPB de Setembro último afirma que afinal morreram «só» em consequência da fuga de polónio uma dezena de pessoas!

A divulgação de tais factos, intencionalmente camuflados até aqui, levaram o Governo da Sr.ª Primeira-Ministra Margaret Thatcher a nomear uma comissão de inquérito que deverá apresentar um veredito nos próximos meses.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradecia que abreviasse a sua intervenção, porque já ultrapassou um minuto do tempo que lhe era devido.

O Orador: — Sr. Presidente, penso que outros terão já ultrapassado muito mais ...

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — O CDS cede 2 minutos, Sr. Presidente.

O Orador: — É uma atitude simpática, que mostra que, apesar de tudo, o que estou a dizer não é só papel. Há publicações científicas que referem isto. Muito obrigado.

Risos.

Como ia dizendo, a lógica dos números, honestos ou alterados, por mais volta que se lhes dê, são sempre números apresentados por um tipo de sociedade que caminha ou quereria caminhar no sentido do crescimento dos consumos energéticos até ao infinito numa orgia energívora que não é mais possível.

As crises energéticas que se abatem sobre as sociedades consumistas reflectem a má gestão das suas reservas e a dependência que criaram em relação às matérias-primas dos países do Terceiro Mundo, que as vendiam (ou lhes eram tiradas) ao preço da chuva. Desde 1973 que os preços do petróleo e, a seguir, do carvão e do urânio sobem. E irão subindo à medida que forem escasseando e não chegarem para as encendas.

Estaremos, pois, num beco sem saída? Não.

O que é necessário é que se reflicta sobre o nosso programa de desenvolvimento e se actue rapidamente, pois o tempo urge no sentido de uma transformação em que as urbes e as indústrias estarão mais dispersas e permitirão a utilização das mais variadas fontes energéticas.

Só com um projecto novo de sociedade será possível inverter a situação actual, pois a rampa económica do nuclear levar-nos-ia a não poder investir, de uma forma realista e urgente, em novas alternativas. Que recursos ficariam para a pesquisa e o desenvolvimento prático de formas de aproveitamento maciço de energia solar, eólica, biomassa, etc.?

Os investimentos e o comprometimento nacional neste projecto impedir-nos-iam de procurar não novas formas energéticas, mas mesmo uma nova forma de gerir o nosso país. O gigantismo energético necessita do gigantismo urbano e industrial para se tornar rentável. Mesmo, dentro da óptica capitalista, vemos que o projecto nos é desaconselhado pelo próprio Banco Mundial.

Concluindo e prometendo uma colaboração crítica no futuro debate sobre o PEN, termino deixando bem claro, desde já, o nosso não ao nuclear, essencialmente porque inviabiliza o nosso projecto de sociedade, sociedade essa que se quer sem esbanjamentos, equilibrada, e em que não exista a agressão dos gigantismos causadores da deterioração social e cultural das nossas populações e a destruição dos ecossistemas naturais.

Por isso, dizemos «nuclear? Nem pensar!»

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Meireles Barros pede a palavra para formular pedidos de esclarecimento, mas o Sr. Deputado Gonzalez não tem tempo para responder.

O Sr. Meireles Barros (CDS): — O CDS cederá tempo ao Sr. Deputado Gonzalez, Sr. Presidente.

Uma voz do PSD: — Isso é crueldade!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Meireles Barros (CDS): — O Sr. Deputado Gonzalez acabou de afirmar que as centrais nucleares são um «buraco» e eu queria perguntar-lhe se considera que são um «buraco» por não estarem de acordo com princípios ecológicos, ou por serem uma opção menos aceitável, por razões económicas, de segurança ou outras. No caso de serem «buraco» por razões

ecológicas, gostaria de saber o que pensa o Sr. Deputado das centrais a carvão.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Referia-me ao «buraco» ecológico, como já ficou bem demonstrado.

Em relação ao «buraco» no aspecto económico, diria que as centrais nucleares são consideradas um «buraco». Naturalmente que, para quem as compra, são um mau negócio, mesmo para os produtores, porque eles andam a correr de uns países para os outros a ver quem é que lhes compra as centrais. Até há quem diga que neste momento é bom negócio comprar centrais porque são mais baratas, por estarem em saldo. Esta referência do «buraco» é da própria *Time*, não é minha.

Risos.

Em relação às centrais a carvão, para além do esforço que vi em Sines, por exemplo, para tentar minimizar os efeitos, pelo menos na captação electrostática das poeiras, o que me pareceu bastante positivo, há ainda problemas. Verifiquei também um esforço para que a temperatura das águas não afecte a fauna e sei que há bons estudos sobre o impacte dessa água sobreaquecida, mas a central a carvão continua a ser considerada por nós como uma fase de transição para novas formas energéticas. Considerando que tem problemas, neste momento, com os esforços que se fazem, é uma fase de passagem para novas formas energéticas. O nuclear, pelo seu preço, constitui um impedimento, um voltar atrás.

Em relação ao nuclear, é isto que tenho a dizer.

O Sr. Presidente: — Para protestar, tem a palavra o Sr. Deputado Meireles Barros.

O Sr. Meireles Barros (CDS): — Não comprehendo a resposta do Sr. Deputado, porque, sendo do Partido de Os Verdes, não vejo como se preocupa tão pouco com a ecologia.

Quando me fala que a central nuclear é um «buraco» sob o ponto de vista económico, refiro que já aqui ficou provado que o não é.

Refere que as centrais andam em venda de um país para outro. Quanto a isso não lhe posso responder, mas parece-me que não é verdade, porque com um só caso não se pode generalizar.

Se me diz que os problemas da central a carvão se resumem aos precipitadores electrostáticos, que retiram determinadas poeiras, se fica satisfeito com isso, então fico preocupado com a ecologia do Sr. Deputado.

Na verdade, todos nós sabemos que uma central a carvão, sob o ponto de vista ecológico, é altamente preocupante. Já aqui foi dito que o carvão contém enxofre e outros metais, que são lançados a grandes distâncias e que provocam as chuvas ácidas, contaminações, doenças nos animais, etc. Mas o Sr. Deputado não está preocupado com nada disso, como com os peixes que morrem quando se lança a água de arrefecimento de altas temperaturas, com as poeiras que, ao nível da tecnologia actual, são completamente impossíveis de eliminar e com o ambiente que se vive, por exemplo, perto da central de Sines. Para ver, basta

lá ir, e a culpa neste momento nem sequer é do Governo, porque já aqui foi dito que estão a fazer todos os esforços no sentido de resolver o problema. Assim, fico preocupado com a ecologia de Os Verdes.

Aplausos do Sr. Deputado Lacerda de Queirós (PSD).

O Sr. Presidente: — Com tempo cedido pelo CDS para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.) — Para já parece que vamos ter um fortalecimento de ecologistas na zona do CDS e, provavelmente, vou assistir a movimentações deste partido em frente da central a carvão e da central nuclear.

Risos.

Pelos vistos o CDS vai protestar connosco quando chegar a altura de nos manifestarmos contra o impacto ambiental, etc.

Quero dizer que recebo com muito agrado o seu apoio e, nessa altura, quantos mais formos, melhor.

Em relação ao nuclear já disse que não, e isso já está mais do que provado. Aliás, o caso que aqui referi — o de Windscale — não é o único, há muitos mais, embora tenha referido só um.

Pois, logicamente que as centrais a carvão têm problemas e têm todos esses problemas que o Sr. Deputado diz. Há, por exemplo, processos de dessulfurizar o carvão, pois há! ... e nós temos conhecimento que hoje em dia já há esse processo. É certo que custa caro, mas não somos líricos.

Sabemos, no entanto, que neste momento em Portugal o grande inimigo é realmente o nuclear, e eliminar todas as outras alternativas, mesmo numa fase de transição, seria dar a única hipótese ao nuclear.

Portanto, e basicamente porque a ecologia hoje já não é o «lirismo das flores», temos de ter actualmente uma perspectiva global da sociedade e não vamos contra tudo.

Temos inimigos a quem apontamos as nossas armas e, neste momento, o nuclear, por inviabilizar outras alternativas que chamamos «doces», surge como o inimigo principal e é para ele que apontamos as nossas críticas. Podemos criticar as outras alternativas, podemos dizer que também não servem, mas constituem uma outra fase, serão o inimigo seguinte.

Penso que terei respondido a tudo, apesar de ainda haver muito mais para dizer.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Trata-se, na realidade, e à semelhança do que aconteceu com o Sr. Deputado Lopes Cardoso, de pôr uma questão ao Governo que me foi suscitada por uma intervenção proferida esta noite pelo Sr. Deputado Carlos Lage.

É ainda essa a questão e ficou-me realmente uma dúvida, que é a seguinte.

Até agora o Governo respondeu fundamentalmente à interpelação do MDP/CDE com a questão da oportunidade dessa mesma interpelação. E considerou-a

inoportuna atentas considerações ligadas à fase do processo de decisão que está em curso no seu próprio seio, designadamente e neste momento no Ministério da Indústria e Energia, mas que vai passar a outras sedes e que há-de vir a esta mesma Assembleia.

Pelo contrário, o Sr. Deputado Carlos Lage, que pertence ao maior partido da maior maioria, colocou a questão da inopportunidade conexionada com factores temporais objectivos.

E, realmente, isto suscita-me a seguinte dúvida que gostaria de ver respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Energia: se esse cenário que foi apontado pelo Sr. Carlos Lage e que foi admitido pelo Sr. Secretário de Estado for aceite, não há considerações ligadas ao faseamento do processo que possam realmente tornar criticável em termos de oportunidade a interpelação que fez o MDP/CDE?

Essa dúvida que existe, pelos vistos, no seio do Partido Socialista é uma dúvida que o Governo aceita também?

Isso é importante, porque a única resposta que aqui hoje vimos dar ao MDP/CDE foi dada realmente em termos de oportunidade, isto é, da maior ou menor oportunidade da sua interpelação.

Era para esta questão que gostava de obter o esclarecimento do Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A segurança de centrais nucleares é um assunto, também ele, muito complexo. Não é só a questão do funcionamento destas centrais, mas também de todas as instalações a montante e a jusante. Ainda em relação a todos elas põem-se questões prévias ao seu funcionamento, como a escolha do sítio, o projecto e a construção.

O estudo das questões de segurança é normalmente efectuado por grandes equipas multidisciplinares constituídas por muitas centenas de técnicos altamente especializados, dispondo de grandes meios de investigação e utilizando técnicas de vanguarda. O nosso país não dispõe neste momento, nem se prevê a curto prazo que disponha, de meios de investigação. Também o número de técnicos especializados nesta matéria se pode contar pelos dedos de uma só mão.

Concretamente, o licenciamento de centrais nucleares insere-se neste domínio, abrange outros aspectos na área das ciências sociais e tem uma forte componente política.

Uma má lei de licenciamento não garantirá as condições para uma utilização segura de energia nuclear, tanto quanto o permita o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O regime de licenciamento das centrais nucleares em vigor consta do Decreto-Lei nº 487/72, de 5 de Dezembro, encontrando-se naturalmente desactualizado, e por isso foram realizados vários estudos para a sua actualização.

O MDP/CDE discorda em primeiro lugar que as diferentes autorizações referentes a centrais nucleares sejam da competência exclusiva do Governo, e muito menos de um só ministério. Veríamos com vantagem

a representação, a participação e o controle de outros órgãos de soberania, em especial desta Assembleia da República. Seria assim afastada a possibilidade de um único ministro poder decidir sobre matéria tão importante. A nossa proposta dificultaria ainda o afunilamento da decisão que pudesse permitir tentativas de controle de diferentes sectores interessados. Seria ainda importante que o poder local pudesse ter uma intervenção activa nos processos de concessão de licenças e na fiscalização de condução das centrais nucleares, dispondo de prazos para análise e apresentação de pareceres que permitam uma abordagem fundamentalmente tecnicamente dos vários aspectos do problema, e não apenas uma mera declaração de princípios.

Também em relação aos cidadãos, individualmente ou através de associações, é necessário assegurar efectivamente o direito constitucional de participação que lhes assiste, pondo à sua disposição toda a documentação referente a pedidos de licenciamento e concedendo prazos que permitam objecções tecnicamente fundamentadas. O licenciamento de centrais nucleares, para além dos problemas económicos e políticos, deverá, necessariamente, ter em conta em primeiro lugar os aspectos ligados à segurança das pessoas, ligado a este o impacte sobre o meio ambiente e sua protecção, e ainda à segurança dos bens.

Também neste campo temos tido o silêncio do Governo. Quais são as suas opções em todos estes domínios?

Sabemos da existência de projectos legislativos referentes a esta matéria, mas, quando em Fevereiro deste ano requeremos ao Governo que nos fossem facultados tais projectos, não recebemos qualquer resposta.

É certo que hoje, no decorrer desta interpelação, o Sr. Ministro da Indústria e Energia anunciou estar já concluída uma lei quadro sobre o licenciamento de centrais eléctricas em geral, onde estariam incluídas também as nucleares.

Além da especificidade própria destas centrais, é óbvio que elas devem merecer um tratamento autónomo, pois o seu licenciamento levanta problemas próprios, quer da alta tecnologia, quer de segurança, quer de agressão ao meio ambiente às pessoas e aos bens, problemas estes que se não põem ou se não põem com a mesma acuidade nas outras centrais a carvão, a fuelóleo ou hidroeléctricas.

Interessava saber, fundamentalmente, o que o Governo pensa da composição da entidade licenciadora, da sua dependência ou não do Governo, que garantias haverá de que quer o licenciamento quer a fiscalização sejam realizados de acordo com as normas vigentes internacionalmente, que papel estará reservado às autarquias locais em toda a problemática de licenciamento, se serão ouvidas e de que prazo disporão para tal.

Interessava também saber se a Assembleia da República aí estará representada, e como, e se será sempre o Governo a conceder as licenças previstas: preliminares, de construção e de exploração.

Como está previsto que, durante o período de construção, a alteração dos requisitos existentes no momento em que foi concedida a licença de construção possa vir a ser imposta, mesmo quando os equipamentos ou as construções afectados já tenham sido construídos e montados?

Eram estas respostas e muitas outras que desejávamos ver respondidas pelo Governo para que esta interpelação tivesse interlocutor válido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Entende o MDP/CDE que esta interpelação atingiu, em parte, o seu escopo. Interessava e interessa que o problema mais geral do Plano Energético Nacional (PEN) e a questão, também candente, da opção nuclear ficassem clarificados e, mais do que isso, pudessem ser discutidos aqui publicamente.

Registamos como primeiro passo importante desta interpelação o facto de o Governo aqui se ter comprometido a divulgar toda a documentação pertinente ao PEN. É de assinalar que essa documentação, alguma dela aprovada e apreciada pelo grupo de apoio e consulta, também deverá ser divulgada, assim como as declarações de voto aí produzidas.

Ficou claro, no entender do MDP/CDE, que não há suporte para a afirmação de que a energia obtida a partir do carvão é mais cara do que a obtida a partir do urânio.

Ficou igualmente claro que não há qualquer urgência em decidir já a opção pró ou contra o nuclear.

O MDP/CDE insiste que o prazo para a discussão pública do PEN não termine antes de 30 de Novembro, pois esse será o prazo mínimo para que toda a discussão se possa realizar com a ponderação e com a prudência que o caso merece.

Congratulamo-nos, pois, com a oportunidade desta interpelação, que, além de clarificar a metodologia da discussão, sublinhou a importância dos problemas da energia em Portugal, nós que, para além de gastarmos pouco, usamos mal a nossa energia e a que importamos.

Era este o interesse maior desta interpelação: que a discussão do PEN e da opção nuclear saísse do segredo dos gabinetes e das «pressões de corredores», viesse para a luz do dia, dando possibilidade a todos os cidadãos de se pronunciarem sobre um problema que a todos respeita e que pode influenciar decisivamente o nosso viver colectivo.

E, para uma contribuição ainda maior neste debate, entendeu o MDP/CDE apresentar um projecto de resolução, que é assinado também por outros Srs. Deputados da UEDS, da ASDI e pelo Sr. Deputado António Gonzalez, do Partido dos Verdes, e que tende à constituição de uma comissão eventual com o objectivo de acompanhar a elaboração do Plano Energético Nacional, para o que realizará as diligências que julgue mais convenientes na obtenção de elementos e de estudos que habilitem esta Assembleia da República com a informação necessária a uma tomada de posição bem fundamentada sobre o PEN e que acompanhe a discussão pública deste mesmo Plano, fiscalizando a intervenção dos órgãos da Administração Pública e dos seus responsáveis.

Entendeu, ainda, o MDP/CDE apresentar a esta Assembleia da República um projecto de lei sobre a criação e competência de uma comissão nacional nuclear.

De facto, entendemos que o licenciamento, a fiscalização e o controle de todas as instalações nucleares, quer das que já existem actualmente no nosso país, quer das que porventura possam vir a ser criadas, deveriam e devem ser controladas por uma comissão que reflectisse o perfil constitucional e democrático

do nosso regime e que, portanto, fosse composta por elementos designados pelos três principais órgãos de soberania, isto é, pelo Presidente da República, pela Assembleia da República e pelo Governo, e que seria presidida por um elemento eleito por maioria qualificada por esta Assembleia.

A ela competiria coordenar todos os programas, estudos e investigações realizados no âmbito da energia nuclear e dar parecer vinculativo sobre o licenciamento e fiscalização da exploração de instalações nucleares, níveis de radiação, etc., enfim tudo o que diga respeito à problemática nuclear.

Entende assim o MDP/CDE que, com esta interpelação e com estas iniciativas, veio dar o seu contributo, que esperamos seja positivo, para a discussão de tão instante problema.

Aplausos do MDP/CDE.

Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente:— Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, considero terminado o debate e passamos ao seu encerramento.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Redol, para proferir a intervenção de encerramento do debate por parte do MDP/CDE.

O Sr. António Redol (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este debate revelou-se muito importante, apesar de o Governo não ter prestado todos os esclarecimentos que esta Câmara e o País exigem.

O Governo apresentou a esta Assembleia o que denominou de metodologia de discussão do PEN.

Contudo, só considera sujeito a discussão a versão de 1984 do PEN. E os outros estudos que foram realizados no âmbito do Despacho n.º 22/83?

Não serão importantes os estudos relativos ao tipo de reactor a utilizar em Portugal, a capacidade da indústria nacional, o depósito de detritos radioactivos, a legislação e regulamentação sobre instalações nucleares, o programa de formação de quadros técnicos?

Consideramos que é importante que o Livro Branco sobre centrais nucleares seja divulgado juntamente com a nova versão do Plano Energético pelo Secretariado de Informação do PEN.

Se tivermos em conta o debate que durante a vigência deste Governo se tem realizado, apoiado pelo Secretariado de Informação do PEN, e em que apenas intervieram nas sessões realizadas pelo País os técnicos nomeados pelo Ministério da Indústria e Energia, temos razões para nos mostrarmos preocupados quanto ao debate a desenrolar num futuro próximo.

De facto, nunca foram convidados a participar naquelas sessões os técnicos que integraram o grupo consultivo e de apoio que discordaram das conclusões apresentadas no Relatório Síntese e que apresentaram declarações de voto. Isto é, o Governo, através do Ministério da Indústria e Energia, procurou escamotear perante a opinião pública a existência de posições diferentes.

Por isso, receámos que de novo, depois de alterar as conclusões do grupo consultivo e de apoio na versão de 1984 do PEN, tal como aconteceu com

a versão de 1982, o Governo não dê possibilidade aos discordantes de participarem nas sessões que ele próprio irá organizar pelo País e nos grandes meios de comunicação social, nomeadamente na rádio e na televisão.

O Governo, uma entidade de e para todos os portugueses, não pode tomar uma atitude parcial!

Quanto ao debate que o Governo se propõe dirigir, o MDP/CDE propõe que o Secretariado de Informação do PEN seja remodelado, criando-se uma estrutura em que, tal como na estrutura de elaboração do PEN, participem representantes de vários ministérios, nomeadamente os mais envolvidos, técnicos independentes, representantes da Universidade, dos parceiros sociais e de associações interessadas na problemática nuclear, nomeadamente as associações ecologistas, de modo que todas as posições sejam apresentadas ao País, e não apenas aquelas que interessam ao Ministério da Indústria e Energia.

Por outro lado, entregámos na Mesa desta Assembleia um projecto de resolução visando a constituição de uma comissão eventual da Assembleia da República para acompanhamento do PEN e fiscalização da actuação dos organismos da administração pública na sua divulgação ao País.

O MDP/CDE propõe que o prazo de discussão do PEN não termine em 15 de Setembro, como foi proposto pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, mas em 30 de Novembro, possibilitando assim um debate efectivo.

O MDP/CDE propõe ainda que todos os textos elaborados no âmbito da estrutura de elaboração do PEN, incluindo os do grupo consultivo e de apoio, sejam divulgados, e não apenas as conclusões. Também o Livro Branco sobre centrais nucleares deve ser apensado a estes textos para discussão pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Durante o debate o Governo não respondeu às perguntas concretas que lhe foram dirigidas.

O Governo não disse se está ou não a realizar estudos dos aspectos financeiros da opção nuclear, questão que o MDP/CDE considera fundamental na actual situação de grandes dificuldades financeiras do nosso país.

O Ministério da Indústria e Energia não informou se está ou não a realizar algum estudo sobre o impacte financeiro de um programa nuclear na EDP e se está a estudar o dispêndio em divisas num programa nuclear, aspecto tão importante no momento em que o endividamento externo do País é tão elevado.

Quanto aos estudos resultantes do Despacho n.º 22/83, o Ministro da Indústria e Energia não deu qualquer esclarecimento sobre o andamento dos trabalhos e o Sr. Secretário de Estado não adiantou muito. Não deu qualquer informação sobre o seu conteúdo, embora tenha sido instado várias vezes nesse sentido.

O Governo não esclareceu a razão pela qual não tem sido estudada a tecnologia do reactor do tipo CANDU, quer nos organismos do Ministério, quer na EDP, com a mesma profundidade com que tem sido estudada a dos reactores dos tipos PWR e BWR.

Nada disse sobre quais os contactos que foram realizados pelas empresas metalomecânicas em que o Governo tem influência na obtenção de elementos para o estudo da sua participação num programa nuclear.

Nada disse sobre as conclusões dos estudos sobre depósito de detritos radioactivos, que, como se sabe, é um dos aspectos mais delicados da problemática nuclear.

E nada disse sobre a questão do licenciamento de centrais nucleares, a qual o MDP/CDE considera da maior importância. Uma má lei de licenciamento pode permitir situações que reduzam substancialmente o nível de segurança que hoje é possível obter na utilização de energia nuclear para produção de energia eléctrica!

Deste modo, tudo parece indicar que o Governo não pretende realmente esclarecer esta Assembleia e o País. Pretende que venham a público apenas os aspectos que lhe interessa salientar.

Em suma, as intervenções do Governo, através do Sr. Ministro da Indústria e Energia, foram sempre muito vagas, mais ou menos teorizantes e abstractas, nada dizendo de concreto, nada esclarecendo, contrastando com a imagem de diálogo que aqui pretendeu apresentar.

O diálogo só é possível quando não se foge às questões que são colocadas, quando não se ignora a voz da outra parte.

De seguida vamos apresentar algumas questões concretas quanto à questão nuclear e à política energética que reputamos importantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nestas condições propomos que se realize um adiamento de uma decisão de princípio quanto à opção nuclear, quer a nível do Governo, quer a nível da Assembleia da República, esperando por um conhecimento do papel da energia nuclear a nível mundial em diferentes aspectos, que respeitam aos resultados de prospecção de recursos energéticos, à definição do papel futuro de cada forma de energia, à evolução dos custos relativos.

Também é importante esperar a evolução da tecnologia nuclear e do comportamento dos diferentes equipamentos — em especial dos mais sensíveis —, a evolução da indústria de construção de equipamento nuclear.

É necessário esperar algum tempo para observar a evolução do comportamento dos diferentes tipos de reactores nucleares, no que respeita ao impacte ambiental e à segurança, nomeadamente quanto à possibilidade de ocorrência de acidentes graves.

A experiência de operação de unidades de reprocessamento e de armazenamento intermédio de resíduos radioactivos e os resultados dos estudos das diferentes soluções para armazenamento definitivo de resíduos são outros aspectos que interessa acompanhar.

É também muito importante analisar o desenvolvimento do comportamento das populações face à energia nuclear.

Estes aspectos não são específicos do caso português. Aplicam-se a qualquer país que encare neste momento o recurso à energia nuclear.

No caso português, esse adiamento justifica-se devido a condicionantes próprias:

Situação de grande desequilíbrio das contas com o exterior e de grande endividamento externo, que seriam agravados por um programa nuclear de muito elevada componente externa;

Limitações ao crédito interno e de acesso ao crédito externo, numa conjuntura de índole restritiva, com a consequente limitação dos investi-

mentos em sectores críticos da nossa estrutura económico-social-cultural e até mesmo na produção de energia eléctrica, nomeadamente em empreendimentos hidroeléctricos e termoeléctricos, de mais elevada componente interna e gerando maior nível de emprego;

Grande instabilidade na evolução dos preços, da relação do escudo com as outras moedas, dos parâmetros económicos que enquadram as decisões de investimento;

Indefinição quanto à estratégia de desenvolvimento do País, o que impede o estabelecimento de cenários de evolução dos indicadores económicos minimamente credíveis, bem como da evolução da procura energética global;

Situação de impreparação técnica e financeira da indústria nacional para assumir um programa nuclear com o mesmo grau de participação que nas centrais termoeléctricas;

Dependência a que o País ficaria amarrado, não só na fase de construção mas também na fase de exploração das centrais, no enriquecimento do urânio, no fabrico de elementos de combustível, no reprocessamento do combustível irradiado e na deposição final de resíduos, para já não falar na dependência respeitante ao próprio urânio ao fim de alguns anos de iniciado o programa nuclear;

Inserção no sistema electroprodutor nacional de um empreendimento com grande peso na sua capacidade produtiva, exigindo um número grande de grupos de reserva para a eventualidade de uma avaria repentina ou exigindo um contrato com a Espanha para a sua rede aguentar a rede portuguesa, no caso de avaria grave; uma avaria prolongada de um grupo nuclear significaria para o País um grande prejuízo;

Este empreendimento de grande peso no sistema electroprodutor significaria também um novo grande encargo de investimento para a EDP, se até ao seu início de construção não fosse feito um grande esforço de libertação de fundos nesta empresa, através de um grande aumento de tarifa; recordem-se as dificuldades financeiras da EDP em resultado do grande aumento dos seus investimentos, dos seus compromissos externos em moeda estrangeira, que se valoriza fortemente em escudos, da sucessão de anos muito secos, das dívidas dos grandes consumidores;

Impreparação das estruturas técnicas e científicas, quer a nível de Administração Pública, quer de empresas públicas e privadas, para absorver um empreendimento de grande complexidade; Insuficiência e deficiente profundidade dos estudos realizados para fundamentação de uma decisão quanto à opção nuclear, quer seja positiva, quer seja negativa;

Impreparação da estrutura sócio-cultural para aceitar um empreendimento de tão grande complexidade.

Este conhecimento da decisão quanto à opção nuclear não significa que não se devam tomar decisões, algumas das quais imediatas, outros domínios abordados pelo PEN e cuja repercussão sobre o sistema energético

português — e mesmo sobre o sistema económico — poderá ser bem maior do que a resultante da introdução da energia nuclear.

Assim, o MDP/CDE preconiza:

- 1) Elaboração de um programa de poupança e racionalização dos consumos energéticos, em especial na indústria, nos transportes e no sector doméstico, com a criação de estruturas técnicas para a sua implementação, a realização de investimentos e a sensibilização das empresas e da opinião pública, conduzindo a um abrandamento do crescimento dos consumos energéticos, de modo a reduzir a importação de combustíveis e a cadência dos investimentos das unidades transformadoras de energia;
- 2) Estudo da evolução a longo prazo dos sectores mais intensamente consumidores de energia, como a indústria e os transportes, preconizando as alterações estruturais mais adequadas, em conjugação com a estratégia de desenvolvimento definida para o País, e em particular para aqueles sectores, resultantes de programas de investigação, desenvolvimento e demonstração;
- 3) Substituição de petróleo por carvão, não só na produção de energia eléctrica e na indústria cimenteira, mas também nos subsectores industriais onde tal se revele vantajoso. Tal orientação exige um estudo aprofundado de diferentes subsectores com potencialidades;
- 4) A intensificação da construção de aproveitamentos hidroeléctricos, os quais têm mais elevada componente nacional, e o estudo dos pequenos e muito pequenos aproveitamentos, inseridos numa perspectiva de fins múltiplos, de autoprodução e de desenvolvimento regional e local;
- 5) Estudo da introdução do gás natural, numa perspectiva de diversificação de fontes de abastecimento, analisando a sua competitividade económica a longo prazo;
- 6) Intensificação da investigação, desenvolvimento e demonstração no domínio das «energias renováveis» com o fim de se adquirir experiência nacional na construção e exploração dos respectivos meios de produção e estudo das suas características industriais, económicas e ecológicas, para que seja possível contar com a sua participação na satisfação dos consumos energéticos tão breve quanto possível, através de uma via nacional independente, pois as características destes meios de produção parecem adaptar-se bem a países industrialmente menos desenvolvidos;
- 7) Intensificação imediata da prospecção de recursos energéticos nacionais, nomeadamente urânio, petróleo, gás natural e carvão, energia geotérmica e avaliação da capacidade de aproveitamento das «energias renováveis»;
- 8) Revisões periódicas do PEN em função de resultados obtidos na investigação, nos estudos, nas prospecções e na experiência adquirida;

- 9) Realização de um programa de reestruturação da indústria nacional com vista a uma crescente participação na concretização dos empreendimentos energéticos;
- 10) Realização de um programa de reestruturação de organismos da Administração Pública intervenientes no domínio energético, de modo a realizarem um acompanhamento mais eficaz da evolução do sector.

A direcção das diferentes acções e os estudos preconizados devem ser realizados pela Direcção-Geral da Energia, no que respeita à orientação de política energética global, e pelo LNETI, no que respeita à investigação, desenvolvimento e demonstração, com a colaboração de outros organismos da Administração Pública, empresas públicas do sector, parceiros sociais e, na medida do possível, de representantes do planeamento regional e da administração local.

Para sensibilizar as empresas e a opinião pública para esta problemática, terá de ser reestruturado o secretariado de informação do PEN, não vocacionado para a propaganda do nuclear, integrando técnicos, representantes das universidades, das empresas, dos parceiros sociais que participaram na elaboração do PEN, em especial os que apresentaram declarações de voto, de modo a garantir-se a independência da informação apresentada ao País.

O MDP/CDE preconiza a constituição de uma comissão eventual no âmbito da Assembleia da República para controle e acompanhamento das actividades daquele secretariado, remodelado, nomeadamente, nas acções a realizar nos meios de comunicação social estatizados, em especial na RTP e na RDP.

O adiamento de uma decisão quanto à opção nuclear não significará uma estagnação dos estudos neste domínio.

O MDP/CDE preconiza quanto ao ciclo do combustível:

- 1) A intensificação da prospecção do urânio em áreas com potencialidades e reavaliação dos recursos detectados;
- 2) Determinação das quantidades de urânio correspondentes a cada tipo de reactor e dos programas de instalação de reactores nucleares que conduzam ao melhor aproveitamento do urânio nacional, considerando ou não a conjugação com os reactores produtores; estudo de dimensionamento das unidades industriais de produção de concentrados, bem como dos seus diagramas de produção;
- 3) Determinação da quantidade de serviços de enriquecimento e de reprocessamento a contratar para cada programa considerado;
- 4) Estudo do transporte dos diferentes componentes nas diferentes fases do ciclo do combustível;
- 5) Estudo do armazenamento provisório dos resíduos radioactivos de baixa, média e alta actividade e, no caso de se concluir pelo armazenamento destes últimos em território nacional, realizar prospecção de locais.

Em relação aos reactores:

- 6) Análise comparativa dos diversos tipos de reactores e da respectiva evolução (sem discriminação do reactor do tipo canadiano), bem como dos diferentes tipos de reactores reprodutores;
- 7) Acompanhamento do funcionamento dos reactores dos diferentes fornecedores mundiais

Quanto à indústria nacional:

- 8) Determinação do nível inicial da participação da indústria nacional e das condições de desenvolvimento dessa participação para os diferentes tipos de reactores e de programas nucleares;
- 9) Estudo das condições estruturais e financeiras necessárias ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional nos componentes em que tal seja possível;
- 10) Estreita colaboração entre os diferentes intervenientes, de modo que a indústria nacional possa preparar, com tempo, a sua intervenção no programa nuclear;
- 11) Negociações tendentes a concentrar os esforços dos sectores mais importantes (projektistas, metalomecânica, construção civil e electrónica), aumentando a capacidade de negociação com os fornecedores estrangeiros;
- 12) Formação de quadros técnicos destes sectores, com base em acordos de cooperação a estabelecer com organismos nucleares estrangeiros e nacionais e empresas produtoras de energia eléctrica por via nuclear, incluindo participação na construção de reactores nucleares.

Em relação aos estudos de sítio e ambiente:

- 13) Continuação da elaboração de um inventário de sítios aptos, numa primeira selecção, à instalação de centrais nucleares, aprofundando os estudos em alguns dos sítios inventariados, de modo a dispor-se de várias alternativas, numa perspectiva de pensamento autónomo nacional e com a preocupação de atender a factores fundamentalmente técnicos e não políticos;
- 14) Estruturação de entidades nacionais especializadas nos diferentes ramos para execução destes estudos, recorrendo, sempre que necessário, à cooperação com entidades estrangeiras congêneres;
- 15) Preparação de equipas suficientemente dotadas de meios humanos e materiais para a medição dos níveis de radioactividade ambiente anterior e posterior ao início de funcionamento de reactores nucleares.

Quanto ao licenciamento, fiscalização e medidas de emergência:

- 16) Estudos da estrutura de um organismo licenciador e fiscalizador suficientemente forte e independente para que as suas decisões não possam vir a ser sujeitas à vontade

dos governantes, a grupos de pressão identificados com interesses sectoriais ou locais, a critérios de rentabilidade ou de garantia de satisfação dos consumos de energia eléctrica;

- 17) Estabelecimento de acordos com entidades estrangeiras e organismos internacionais congêneres para formação de técnicos nacionais, que acompanhem estreitamente os trabalhos dessas entidades, nomeadamente a prática do licenciamento;
- 18) Preparação de legislação para licenciamento de centrais nucleares, prevendo mecanismos de intervenção efectiva das populações em todas as fases — aprovação de sítios, construção e exploração dos reactores —, através das estruturas de poder local e regional, e mecanismos de arbitragem de conflitos;
- 19) Estudo de sistemas de emergência — e do apetrechamento e treino de entidades intervenientes — para protecção e evacuação das populações em caso de acidente grave, bem como do sistema de indemnizações a atribuir.

Relativamente à investigação e desenvolvimento:

- 20) Intensificação das actividades de investigação e desenvolvimento, com vista a contribuir para a formação de técnicos nacionais e a fornecer estudos de base no âmbito da segurança nuclear, radiológica, protecção do ambiente, ciclo do combustível, reactores, etc.

Caberá à Direcção-Geral de Energia, nomeadamente à Subdirecção de Energia Nuclear, a coordenação destes estudos, devendo elaborar um programa detalhado, com definição das competências dos diferentes organismos intervenientes e dos prazos de execução.

Para a realização deste programa poderá aquela Subdirecção chamar os técnicos que participaram em estudos semelhantes e que se foram dispersando por diferentes actividades e empresas, requisitando a sua colaboração.

Para além disso, preconiza o MDP/CDE a divulgação a esta Assembleia de todos os estudos realizados no âmbito do Despacho n.º 22/83, a recordar:

- a) Tipo de reactor;
- b) Capacidade da indústria nacional;
- c) Depósito de detritos radioactivos;
- d) Legislação e regulamentação sobre instalações nucleares;
- e) Programa de formação de quadros técnicos.

No que respeita à alternativa «carvão», que permitirá satisfazer a parte mais importante dos consumos de energia eléctrica, preconiza o MDP/CDE — para além do lançamento do concurso para o grupo IV de Sines, da implementação da 2.ª central a carvão, da construção do terminal minereiro de Sines — que se realize:

- 1) Prospecção de carvão nas regiões do País onde existam potencialidades — nomeadamente em Vila Nova de Ourém — e prosseguir

- mento acelerado das diligências para estimativa dos recursos na Baía Carbonífera do Douro;
- 2) Preparação de uma carteira de sítios para centrais a carvão, tendo em conta não só portos já existentes como novas possibilidades portuárias, entre as quais a ampliação de Sines, bem como as possibilidades de transporte costeiro e por caminho de ferro;
 - 3) Definição de uma política de utilização de carvão importado para centrais termoeléctricas e outros fins, contemplando o estudo do mercado fornecedor, a participação do transporte marítimo nacional, a preparação para recepção de grandes navios graneleiros e descarga do carvão;
 - 4) Estudo do impacte ambiental resultante da utilização deste combustível, desde a sua recepção no porto até à sua queima nas centrais termoeléctricas e dos equipamentos que permitam reduzir significativamente esse impacte.

Estes estudos devem realizar-se numa perspectiva de recurso a este combustível, quer numa fase intermédia até ao recurso à energia nuclear, quer numa estratégia de desenvolvimento sem nuclear.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros e Srs. Secretários de Estado: Não sei se ainda têm energia, paciência, já que a vossa bondade não está em causa, para ouvirem mais um discurso, com a agravante de que se trata de mais um discurso de efeito fatal contra as insónias.

Antes de mais, quero dizer, porque isso não está escrito no discurso, que me felicito pela coincidência de espírito desta intervenção final do MDP/CDE com o anteprojecto do PEN de 1982. Tive a impressão de que já tinha lido este discurso. Não estou, obviamente, a acusar o Sr. António Leal de plágio, mas a saudar uma bela e curiosa coincidência de espírito.

Ao mesmo tempo, desejo também que o debate público que vai abrir-se sobre o problema do nuclear e em geral sobre o Plano Energético venha a despertar mais entusiasmo do que aquele que foi hoje aqui iniciado pela numerosa assistência que veio presenciar a interpelação do MDP/CDE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se em vez de encerrar esta interpelação me tivesse cabido iniciá-la, teria eu corrido o risco de pedir a esta Câmara que se defendesse do «ridículo» de despender todo um dia parlamentar com a discussão da «metodologia adoptada para preparar uma decisão perante a opção nuclear».

Terrível teria sido a tentação de pedir ao partido interpelante que inventasse mais eficaz expediente para tentar embaraçar o Governo.

Como, porém, intervenho a fechar, tenho de reconhecer que o que começou sem justificação acabou por revelar-se útil, agradável e até interessante. Reconheça-se, no entanto, que era justificada alguma perplexidade.

É que, metodologia «adoptada», como se diz no requerimento, só a do governo deposto, a propósito da versão de 1982 do Plano Energético, que colheu o partido interpelante ou indiferente, ou distraído, ou satisfeito, cabendo aos deuses discernir se com a metodologia, se com o Governo!

E, como o actual governo ainda não adoptou nenhuma metodologia, ou bem que o uso do princípio passado é lapso, ou bem que a interpelação se reporta à metodologia a adoptar, o que introduz a questão de saber até que ponto uma interpelação pode tematicamente incidir sobre pressuposições ou sobre actos futuros e incertos do Governo, isto é, sobre «intenções não reveladas».

Pois uma coisa é esta Assembleia exercer a sua competência fiscalizatória da ação do Governo, apreciando os seus actos, como prescreve a Constituição, outra ensiná-lo a governar, substituindo-se a ele no exercício das suas competências.

Não é que repugne ao sistema que o legislativo imponha ao executivo regras imperativas. Mas legislando.

Dirá o interpelante que interpelar é perguntar e que perguntar não ofende. Mas não é bem assim. Quem se der ao cuidado de ler os considerandos que acompanham o pedido de interpelação logo se dá conta de que:

O interpelante teme que o Governo opte pela solução nuclear precipitada e levianamente;

O interpelante receia que o Governo opte segundo critérios de maior comodidade ou preferência pessoal de alguns responsáveis;

O interpelante pretende que o Governo não tem procedido à realização de alguns dos mais importantes estudos a realizar, mas apenas daqueles que estão no caminho crítico da aquisição de reactores nucleares;

O interpelante afirma que a «ansiedade» do Governo, que nenhuma urgência justifica, se substanciou na apresentação em Conselho de Ministros das grandes opções energéticas, antes mesmo de concluídos os trabalhos de revisão do Plano Energético Nacional;

O interpelante insinua o recurso a processos menos transparentes, enquanto defende que as questões mais importantes têm de resultar de um consenso alargado, e não ficar sujeitas às «flutuações políticas ou das pessoas que ocupam as pastas ministeriais».

Reconheça-se que perguntar assim não ofende tão pouco como isso.

Que suspeitará o interpelante de si mesmo — para não dizer da sua leviandade, da sua precipitação, das suas preferências pessoais, da sua injustificada ansiedade e da intransparência dos seus processos — se muito simplesmente se lhe disser:

Que o Plano Energético — na sua versão de 1984 — será objecto de proposta de lei a apresentar a esta Assembleia, como consta do programa do Governo, pelo que o interpelante, na sua quota-parte decisória, terá de acautelar-se apenas de si mesmo;

Que o Governo considera contrário à experiência mais elementar que se encare a problemática energética em termos de opção religiosa pró ou contra a solução nuclear, como se fosse possível

perfilhá-la sem sopesar os riscos ou rejeitá-la sem ponderar os custos, em termos de programação energética a longo prazo;

Que o Governo ainda não tomou conhecimento da versão de 1984 do Plano Energético, até porque a mesma se não encontra ainda ultimada, pelo que o interpelante persegue um fantasma;

Que, não conhecendo o Governo a versão de 1984 do Plano Energético — única proposta por que poderá ser responsabilizado —, muito menos sobre ela se pronunciou, o mesmo valendo para qualquer das opções — incluindo a nuclear — que dele venham a constar;

Que, tencionando o Governo, como foi confirmado pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia, submeter o anteprojecto da proposta de Plano Energético a uma nova e ampla discussão pública, o que, aliás, já constava do plano do Governo, não secunda o interpelante na incoerência de ter idéias feitas sobre o tema da consulta antes de se terem pronunciado os consultados;

Que o que de mais amável o Governo pode dizer sobre a afirmação do interpelante de que terá procedido a estudos escassos e tendenciosos é que o interpelante se pronuncia sobre o que desconhece;

Que a pretensa falta de transparência dos processos adoptados e a adoptar pelo Governo não pode senão ser consequência de um fenómeno de embaciamento do ponto de vista de quem tal observa.

Reconheça-se, Srs. Deputados, o que há de insólito neste tão ansioso empenhamento em conhecer as intenções do Governo sobre uma opção — a nuclear — que a esta Assembleia está de antemão programaticamente cometida!

O mínimo que apetece dizer é que o Governo arde nessa mesma curiosidade!

Diferente foi o tom da intervenção dos Srs. Deputados António Taborda e António Redol na introdução deste debate. Numa apreciação global, objectiva e correcta. Quase sem processos de intenção, embora com o pano de fundo do «processo de intenção» que esta interpelação no fundo é.

É verdade que ouvimos uma sinfonia de argumentos fora do tom. O tom era a metodologia da consulta sobre o Plano, a partitura foi, como se suspeitava, «nuclear sim ou não», com semi-colcheias de PEN penduradas na frase musical predominante.

O Sr. Fernando Condesso (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ficámos a conhecer o Plano Energético do MDP/CDE. Não era pressa, mas fica sabido. É contra o nuclear, ou melhor, era contra o nuclear quando principiou o debate, porque, por tudo aquilo que recomenda ao Governo a intervenção final do Sr. Deputado António Redol, mal se compreenderia que pedisse ao Governo que fizesse tudo aquilo para depois se dizer não ao nuclear. O nuclear não passaria de mais um facto de perturbação. Diz-se na justificação do requerimento: «O primeiro grupo nuclear só seria necessário no início do próximo século. A contribuição do nuclear para o consumo total de energia útil do País

não representaria mais que cerca de 10% no ano 2010». Entretanto, mesmo nos anos extremamente secos, «uma pequena importação de energia resloveria o problema».

Daí o PEN do MDP/CDE: 4 centrais a carvão em vez de uma central nuclear. E tudo sendo assim tão simples, para quê dividirmos ainda mais os portugueses? Já temos Babcís que cheguem. Para quê o perigo de verdadeiras «noites de S. Bartolomeu» de polémica, com o risco acrescido de o *bunker* atómico se não revelar inexpugnável, e de poderem advir daí outros holocaustos?

Dois simpáticos «velhos do Restelo», um deles meu querido amigo a quem não falta sequer a barba branca, na introdução do debate ...

Risos do PS e do PSD.

... dizendo coisas judiciosas e dignas de ponderação. Vamos ponderá-las. Mas quem tem sobretudo de ponderá-las é esta Assembleia quando chegar esse momento. Mas não sem relembrarmos que foi assim com as teorias heliocéntricas, com os descobrimentos, com a máquina a vapor, com o caminho de ferro, com o metro, com os cemitérios públicos, em suma com o espírito científico e toda a energia à base de lenha que contra elas se gastou!...

É bom que sejam respeitados os sentimentos dos cidadãos que receiam a solução nuclear. Péssimo seria que alguém pensasse em demagogicamente os explorar.

Ainda assim, *reum confidentem habemos*. O interpelante acabou por confessar que o seu propósito não estava no sítio do ramo. Não era, como anunciara, debater a metodologia do debate. Mas «provocar um debate público sobre a opção nuclear e também sobre o problema da energia em Portugal».

Isto é: um debate que já se fez e vai voltar a fazer-se, facto de que o interpelante foi devidamente notificado através do programa deste Governo.

Assim, pois, uma pretensa «jogada de antecipação» com todos os ingredientes de uma «reacção póstuma». O que se pretendeu foi, uma vez mais confessadamente, uma «interpelação incómoda para o Governo».

E como, para que pudesse sé-lo, não bastava «o discurso do método», o interpelante invadiu o fundo da questão e transformou o dia de hoje numa «sessão de perguntas ao Governo».

Cabe aqui dizer que o interpelante não pode estranhar que o Governo não tenha respondido a todas as perguntas que formulou pela simples razão de que não estava aqui o Governo, e o Governo ainda não tomou posição sobre a maioria dessas questões.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Contínua a brincar com coisas sérias!

O Orador: — O preço do carvão? O preço do concentrado de urânio? O custo das centrais nucleares? As contas da EDP? Divulga o Governo o «livro branco» sobre o nuclear ou faz segredo dele? (Isto apesar de se ter encontrado à venda numa livraria?). É o Ministério da Indústria pelo nuclear ou não? Etc. A lista seria indeterminável.

A interpelação não chegou, assim, a ser incómoda. O Governo não esteve pelos ajustes quanto à tomada de posições de fundo antes de consultar uma vez mais

os cidadãos, e o MDP tem mesmo de arranjar melhor oportunidade e melhores razões para embaraçar o Governo.

Diferente se revelou o PEN do Grupo Parlamentar Comunista. A sua resposta à curiosidade nuclear do MDP parece ser esta: nuclear sim, mas não já. A solução nuclear é excelente para os países socialistas, não tanto para os capitalistas. Em Portugal talvez um desastre. Os reactores que o Leste vende são fiáveis e globalmente bons. Os que o Ocidente impinge são uma sucata.

Risos do PS.

É isto o que, em síntese, se retira da intervenção do Sr. Deputado Octávio Teixeira e do documento pelo PCP adrede distribuído.

Ficámos cientes.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso decorre da ignorância sobre a matéria, Sr. Ministro!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É isso mesmo!

O Orador: — Julgava eu que os Srs. Deputados respeitavam o direito de eu ter opiniões próprias, como eu respeito as vossas ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Mas não grosseria!

O Orador: — A grosseria é vossa, não é minha.

Merce reflexão mais madura a afirmação de que as questões mais importantes têm de resultar de um consenso alargado e não ficar sujeitas às flutuações políticas ou das pessoas que ocupam as pastas ministeriais.

Eis uma afloração, a somar a outras, da tendência que parece esboçar-se entre nós para pôr em causa a legitimidade da representação democrática dos membros dos órgãos de soberania.

Que é isso da exigência de um consenso alargado para as questões mais importantes? Pretende o MDP que a maioria que nesta Assembleia apoia o Governo só é competente para questões menores? Ou será que é seu propósito pôr em causa a insuficiência, para certas matérias, das maiorias constitucionais?

Atitude semelhante foi assumida a propósito do referendo. Numa primeira fase a título decisório, por apelo a essa forma de democracia directa, recentemente como expediente ratificativo de deliberação já tomada.

E se no primeiro caso o referendo tem sido defendido como expediente lidicamente democrático, com o senão de entre nós ser inconstitucional, e sempre contraditório com a relação de confiança e mandato que está na base do princípio da representação democrática, no segundo é inadmissível e aberrante.

Como era? Um órgão de soberania deliberava no exercício de competência própria. Apesar disso ia-se à base e perguntava-se: — Deliberei bem ou mal? Se a resposta fosse mal, o mínimo que tinham de fazer os mandatários que tivessem votado a deliberação era renunciarem ao mandato!...

Reconheça-se que a defesa desta tese é mais fácil de respeitar do que de compreender!

Dir-se-á que esta Assembleia pode ratificar com emendas, ou não ratificar, decretos-leis do Governo,

sem que por isso este se sinta moralmente obrigado a demitir-se.

Pois não! Mas não porque o Governo responde perante a Assembleia de forma permanente e a Constituição exige, aí, uma relação de confiança continuadamente renovada com formas próprias de recusa. Bem ao contrário, prevê uma só forma de fiscalização dos eleitos pelos eleitores: a não repetição do voto em novas eleições.

E a constituição quer que assim seja para que o MDP não possa, com razão, afirmar que as questões mais importantes (e qual o importanciómetro!) não podem ficar sujeitas às flutuações políticas ou das pessoas que ocupam as pastas ministeriais!

Quererá com isso significar que só ministros que durem ou governos que perdurem podem abalançar-se a tomar ou propor medidas sobre as questões mais importantes? Ou que a Constituição tem o defeito de não fazer variar as competências dos órgãos de soberania na justa medida da sua duração?

Outra não é, por último, a atitude daqueles que institucionalmente respeitam o Governo e que, no seu comportamento de facto, tentam ininterruptamente o seu derrube. O País político teria uma Constituição, a rua outra. Na primeira o Governo é de legislatura, na segunda é de bota-abixo! Também aí se tenta a sobreposição tumultuária da marcha, do cartaz, do assobio e do grito — em suma das formas factuais da luta — ao relacionamento cortês e à durabilidade institucional da representação democrática.

É claro que, mais dia menos dia, temos de entender-nos sobre esta fundamentalíssima questão!

Tal como o MDP prefigurou — e sem dúvida pretendeu — o debate resvalou para o cerne de uma curiosidade que, de certo modo, é de todos, sem excluir o Governo: nuclear sim ou não?

A resposta do Governo é que lhe não cabe em definitivo responder; que os Srs. Deputados se hão-de interpelar a si mesmos, quando chegar o momento de votar; e que, mesmo na veste de futuro proponente de um plano energético em que a solução nuclear tanto pode figurar como não, o Governo ainda não está na posse da resposta que se lhe pede.

Seria hipócrita se estivesse!

Tendo de antemão por assente que não aprovará qualquer proposta à Assembleia sem prévia e ampla recolha de opiniões, hipócrita seria se, munido de uma posição tomada, ainda assim perguntasse a uns tantos ingénuos qual haveria de tomar!

Alguns membros do Governo — talvez não todos — podem, a esse respeito, ter opinião. Poucos uma convicção segura. Nenhum — posso afirmá-lo — uma decisão indiferente à reacção dos que vão ser ouvidos.

Não é porventura muito diferente o espectro das posições dos Srs. Deputados. Como não é substancialmente diversa da do Governo a liberdade deste Parlamento para ter por boa a consulta que o Governo fizer, ou para tomar a iniciativa de a repetir.

E como não há ponta de justificação nas suspeições em que o interpelante amavelmente embrulha o Governo, com inteira verdade pode este retorquir-lhe que o MDP não tem — longe disso — o privilégio das preocupações quanto aos riscos que envolve um programa energético em que o nuclear se inclua.

Só que o Governo nesta fase, e esta Assembleia no momento da deliberação final, não se pode entregar ao

devaneio de posições em que a paixão sobreleva ao sereno raciocínio.

Se a resposta tiver de ser «nuclear não», teremos, em alternativa, de dizer sim a alguma outra fonte energética menos escassa a prazo, e sobretudo menos politicamente inserta, do que o petróleo, de que em 82 % neste momento dependemos, relativamente ao total das nossas importações de energia.

Por mal dos nossos pecados, também não podemos deixar-nos empêcer por prejuízos emocionais de excessivo optimismo sobre o futuro das energias renováveis, sabido como é que, no ponto máximo, viremos a poder duplicar o nosso potencial hidroeléctrico; que o sol, o vento, as ondas do mar e as marés continuam a ter, por enquanto, mais potência poética do que cabedal de energia; e que a geotermia, o biogás e o aproveitamento dos resíduos estão na infância da arte e vão evoluir a ritmo bem mais modesto do que a nossa mais pessimista taxa de crescimento económico!

Teremos então de dizer sim a algo bem mais significativo, provavelmente o carvão e ou o gás natural, liquefeitos ou em estado sólido.

Também estas soluções não são isentas de dificuldades e de riscos, em parte comuns aos da opção nuclear, de mistura com algumas incertezas.

Não se julgue, pois, que é fácil fugir a uma dificuldade sem se cair em algumas outras. Mas por isso mesmo é que devemos espantar-nos por só ao fim de 10 anos sobre o primeiro choque petrolífero nos preparamos para aprovar o nosso primeiro Plano Energético com significado para além das fronteiras da electricidade, e não menos felicitar-nos por estarmos à beira de preencher essa lacuna!

Planificar é combater diversos inimigos: o erro, o acaso, a surpresa, o improviso. E que neste momento estejamos aqui a conversar sobre o nosso primeiro Plano Energético, caldeando coragens e reccios, certezas e hesitações, é apesar de tudo um sintoma de saúde política e comunitária.

Sendo a problemática do termonuclear essencialmente tecnológica, além de política, é decerto uma feliz coincidência que a sua abordagem possa ser feita sob a égide de um Ministro da Energia que, além de homem prudente e político experimentado, é, desde os 30 anos de idade, professor catedrático de Física, com a mais alta classificação, por universidades do nosso país e do estrangeiro.

Pode-se discordar dele ou estar de acordo com ele. Mas debalde se lhe recusará a virtude do defeito de ter vivido sempre antecipado em relação aos problemas do seu tempo.

Ao dizer isto encaro o nuclear como expressão de modernidade, não necessariamente de civilização.

E se, por um lado, não gostaria de que em relação a esta fonte de energia se repetisse a nossa histórica repulsão da máquina a vapor, não é menos certo que pessoalmente propendo a encarar a energia nuclear como um último recurso. Não necessariamente no tempo mas na ordem das opções a considerar.

Não desconheço que todo o país que se presa tem hoje, instalado e a produzir energia, o seu reactor nuclear.

A este respeito, não há Leste nem Oeste. Aos 61 grupos dos Estados Unidos da América responde a URSS com os seus 32 grupos instalados ou em construção, sem falar em mais 29 encomendados.

Vêm depois os 27 da França, os 13 da Alemanha Federal, os 11 do Japão, os 10 da Espanha, os 9 da Alemanha Democrática e do Canadá, os 8 da Checoslováquia, e os 5 do Reino Unido.

E se há que referir um total de 88 encomendas em curso, há também que não esquecer 137 encomendas anuladas, embora a coberto da explicação de que o foram em face das perspectivas — em parte já confirmadas — de um menor crescimento do consumo de electricidade, consequente do aumento do preço do petróleo e da conjuntura económica recessiva.

Nada disto invalida que as previsões da agência Internacional de Energia relativas à evolução da potência instalada em centros electroprodutores na zona da OCDE, a partir de fontes primárias de energia, sejam da ordem de uma redução a um quinto do petróleo entre 1980 e o ano 2000 e a cerca de metade do gás, enquanto se prevê que o carvão aumente para cerca do dobro e o nuclear para cerca de 4 vezes mais.

Ainda segundo a mesma Agência, a fracção do consumo final de energia correspondente à electricidade, sempre na zona da OCDE, passará de 16,9%, em 1980, para 19,2%, em 1990, e para 21,8%, no ano 2000.

Em contrapartida, na mesma zona e no mesmo período, a contribuição da energia nuclear para a satisfação da procura de energia primária evoluirá de 3,8%, em 1980, para 9%, em 1990, e 11,7%, no ano 2000.

Se a energia nuclear é um erro, o mínimo que poderemos concluir é que é um erro que tende a agravar-se, sobretudo em face da previsão de que, no ano 2000, terão sido instalados 3500 reactores!

Será então caso para não recearmos o que outros, mais evoluídos, não recearam, porventura dispendo de alternativas que não estão a nosso alcance?

Eis a questão.

Quando fez a sua aparição nos idos de sessenta, mais propriamente no abalo sismo-cultural de Maio de 1968, a contestação das centrais nucleares surgiu como um mero prolongamento da contestação das armas nucleares. Ainda hoje essas duas repugnâncias surgem alinhadas em muitos e bem intencionados espíritos.

Pouco depois entravam em cena os movimentos ecológicos. Das costas do Pacífico, e eles mesmos pacifistas, irrompem os «The Friends of the Earth» e os «Greenpeace», que viriam a desempenhar um papel detonador da generalização da contestação nuclear. Aos perigos da bomba atómica somam-se os das centrais nucleares e da proliferação.

Aos receios das precipitações radioactivas consequentes de ensaios na atmosfera colam-se os da contaminação radioactiva dos afluentes e resíduos resultantes dos grupos nucleares.

O «electrofascismo» entra no mundo dos conceitos, portador de pânico.

Um misto de panteísmo, de anarquismo, de pacifismo e de instinto de sobrevivência apossa-se dos espíritos mais jovens e generosos, como se tivessem acabado de ler o discurso de Rousseau sobre as ciências e as artes.

Sejamos francos: qual de nós não foi mais ou menos tocado por essa nova divindade que nos reconduzia ao Éden antes da trágica dentada na maçã?

O mundo estava conspurcado, e nós sem darmos por isso! A natureza aprisionada em latas de conserva, e nós escravos das sujeições do mercado!

Do que se tratava era de arrepiarmos caminho antes que morressem os peixes, deixassem de voar as aves, perdessem a beleza as flores.

Confesso o meu fraquito pelo verde. Nasci numa aldeia, corri atrás das cabras, pesquei nos rios, alumei-me a azeite e a petróleo e consegui formar-me sem que a energia eléctrica — sedutora intrusa — nos proibisse de filosofar com as estrelas. Chegaria bem depois de o Sr. Harry Truman ter plantado cogumelos altamente tóxicos em Hiroxima e Nagasáqui.

E, embora eu saiba que o mundo não anda para trás, comprehendo os que apostolicamente defendem que ande. Que regresse à azenha de mó, ao forno de lenha, à dorna de pisar as uvas e — claro! — ao pavio de linho acesso na tigela de azeite.

Muito prosaicamente, o que hoje penso é que, se nem sempre é possível concordar com esse bem intencionado neopanteísmo, é no entanto sempre preciso ouvi-lo e respeitá-lo. Mais do que isso: esclarecê-lo. «Onde menos se sabe, mais se suspeita.» Foi Maquiavel quem o disse, embora não tenha aderido, como o supõem ao maquiavelismo.

Estas considerações introduzem um tema a que pessoalmente confiro o maior realce: o da componente verde de um verdadeiro Plano Energético Nacional.

Fomos donos do mundo e hoje de quase nada. Se não fomos capazes de gerir vastidões sem limite e riquezas sem conta, para nos soltarmos do rochedo prometeico da nossa pobreza e do nosso subdesenvolvimento, faz sentido que nos imaginemos disso capazes, agora que estamos confinados ao nosso «canapé europeu»?

Tenho para mim que a facilidade foi a nossa perdição. Grândes na nossa pequenez, até nos tornarmos senhores do mundo, empequenecemos de fartura. Que outros se dessem ao incômodo de revoluções industriais sem significado cósmico. Nós tínhamos o Brasil, tínhamos a Índia, tínhamos a África.

Hoje, que já não temos o que tivemos, nem o que outros na falta disso conseguiram, temos a «fortuna» do regresso ao desafio. Somos de novo nós mais a proibição do imobilismo e da preguiça.

Que vale o canapé? Vamos trabalhá-lo ou emigrar, podendo?

Colocar a questão da componente verde do nosso Plano Energético é encontrar a resposta: o canapé vale a pena; vale o desafio.

Em termos de fontes energéticas não temos petróleo e não são famosas as nossas já identificadas jazidas de carvão. Mas quantos países, não tendo isso, não têm o sol que temos, o mar que nos cerca, os rios que correm e a pluviosidade que os faz correr?

Até hoje, a importação de milhões de contos de ramas de petróleo tem sido uma fatalidade impossível de esconjurar. Mas terá sido igualmente difícil ou impossível a retenção da energia solar através da fotosíntese, isto é, através da sua conversão nos alimentos que igualmente importamos ou nos produtos florestais — toros, resinas, polpa de papel, cortiça e prensados — que podíamos exportar em mais significativa quantidade?

Ou será antes que não tentámos, até onde podíamos, evitar que volte a sair e se perca, indisponível, a energia solar que abundantemente nos visita e se nos oferece, para que a retenhamos não em púcaros de água quente amornada em painéis no telhado — que essa ilusão, sendo bonita, carece por agora

de expressão! —, mas directamente no armazém imenso do vegetal e indirectamente na tão importante reserva do armário.

O caso é este: não dispomos de petróleo, mas dispomos de cerca de dois milhões e meio de hectares de solos totalmente incultos, quase incultos ou subaproveitados. Se, agricultando sempre que possível, florestando ou sujeitando a uso múltiplo esses solos, retivéssemos um pouco mais da energia da radiação solar que tão generosamente chega até nós, qual potencial pão nosso de cada dia, a parte dela que se convertesse na energia química potencial retida nos alimentos e nas fibras por acção das estruturas verdes, fotossintéticas, representaria em termos do Orçamento do Estado, muitos milhões de toneladas equivalentes de petróleo. Pelo que me diz respeito, tanto se me dá substituir uma importação como outra.

Somos, pois, em certo sentido, ricos em equivalência de petróleo. Só que continuamos a procurar a energia onde ao que parece a não há, deixando de captá-la onde ela abundantemente se nos oferece.

Se considerarmos que o petróleo, como fonte energética, é um fenómeno do nosso século e que as reservas sobrantes conhecidas apenas o garantem, com limitações crescentes, por mais algumas décadas; se não esquecermos que as nossas jazidas carboríferas identificadas e prováveis podem, quando muito, atenuar, mas não surprender, o recurso ao petróleo; se nos dermos conta de que a adopção do gás natural será, ela própria, um recurso limitado e exigente em infra-estruturas, como aliás o carvão; e se, por fim, compartilharmos com os restantes países a apreensão devida à modestia do contributo das energias renováveis como fontes directas de energia, é talvez chegado o momento de consciencializarmos a benção que representa o prodígio de energia solar que diariamente nos beija e o privilégio que representa a vastidão de mar que nos banha, o potencial de enervação fluvial do nosso solo e os tão equilibrados ciclos de evaporação e de chuva com que a natureza nos fada.

Sol e água abundantes, embora mal aproveitados, e solo quanto baste, ainda que mal gerido, eis a receita mágica para a produção de alimentos e de fibras verdes.

As contas foram feitas. E, por mais que tenha sido Mafina Mendes a fazê-las, sempre a produção anual de energia verde (alimentos e lenho utilizáveis), num plano a longo prazo, que financeiramente se auto-sustenta, ultrapassará a necessária para, em condições normais, alimentar uma população de 10 milhões de habitantes.

O que tão-só quero significar é que um plano energético digno desse nome não poderá menosprezar a sua componente verde.

Planificar é, essencialmente, fazer opções. E eu não iria longe de pensar que continuam por fazer comparações elementares entre o que custam a florestação de uma certa área ou a construção de uma barragem e a energia que produzem.

Por outras palavras: num plano energético global e integrado não se há-de falar só em energia *strictu sensu*, mas em agricultura, em silvicultura, em pecuária, em mel de abelha, em piscicultura, em gestão da água e ordenamento do território.

E não menos em indústria e em opções económicas de longo prazo, sabido como é que decidir que país

queremos ser precede a decisão sobre a energia que queremos ter.

Agricultura ou indústria? Energia intensiva ou não? Porventura turismo? Neste caso, rico ou popular? Que tipo de construção? Que infra-estruturas temos ou podemos mais facilmente ter?

Tudo peças de um modelo económico e social de que directamente depende a preferência de uma opção energética por outra.

Foi, aliás, com este espírito que se criou o actual Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, e se lhe fez corresponder, no Programa do Governo, um modelo de política agrária arrojado e subvertor de velhas rotinas.

E, se, após isto, alguém me convencer de que estou errado, muito terei então que agradecer. É que prefiro estar errado a ser estúpido.

Vou então assinar ficha pelo Partido dos Verdes? Condeno pois, fanaticamente e de pleno, a solução nuclear?

Não se trata disso. Nem sacralizo o verde nem do nuclear faço tabu. A este respeito, já por demais abusámos de sermos únicos e de estarmos sós.

Não se trata mais de navegar no desconhecido.

A energia nuclear está aí, experimentada e vulgarizada, com as suas vantagens e os seus riscos.

Países adoptam-na, movimentos receiam-na. E se, por um lado, seria erro deitar fora a experiência alheia, por outro, seria grave não tomar em conta os sentimentos dos cidadãos.

Não temos, para decidir, a eternidade. Quando aqui ouvi defender que temos tempo para tomar opções, apeteceu-me pedir aos Srs. Deputados para, quando chegar a hora, dizerem «sim» ou «não» ao nuclear, não adiarem qualquer decisão, pois já adiámos tempo de mais.

A opção de agora, se afirmativa, cumprir-se-á a 10 anos. Em 10 anos, alargam-se as experiências e aprimoram-se as técnicas. Se, pelo contrário, for negativa, é urgente começar já a preparar as alternativas que não essa. Alternativas que, não sendo muitas, muito provavelmente nos obrigarão a virar o País do avesso, a começar por mudanças de fundo nos comportamentos e nas mentalidades.

Decerto por entender que devemos recuperar o tempo perdido, a Agência Internacional de Energia recomenda que se avaliem rapidamente os sítios possíveis para uma central nuclear e se confira alta prioridade à procura de uma solução satisfatória para o problema do armazenamento dos resíduos radioactivos, recomendações com as quais, aliás, está de acordo o partido interpelante.

E, pois que batemos à porta da Europa das Comunidades, com propósitos de ingresso nela, bom é que reflitamos sobre os objectivos comunitários em matéria de política energética.

Porque o Verde me proíbe de ir mais longe, direi em extremo resumo: diminuição da dependência do petróleo e utilização racional de energia, eis a mais breve síntese possível.

Se a estas linhas de orientação — que não são de hoje nem de ontem — contrapusermos o facto de a percentagem da importação de energia no saldo da nossa balança comercial ter passado de 13,3%, em 1973, para 50,2 %, em 1982, teremos de concluir que,

para fazermos algo, não nos faltou nem o aviso nem o acicate.

Vamos agora preencher essa lacuna, e o Governo conta com a colaboração da opinião pública e desta Assembleia para que, respeitados medos ou vencidos receios, ultrapassemos mais este cabo das Tormentas.

Já o Sr. Ministro da Indústria e Energia disse algo sobre a metodologia da recolha de opiniões.

Quanto a mim, considero importante um ponto: que se alinhem como dois exércitos, com a máxima objectividade e o maior rigor, os argumentos pró e contra a opção nuclear.

Que se esclareça quem desejar ser esclarecido de que o problema tem, dos dois lados, sido encarado com paixão; que ao lobby dos ecologistas se contrapõe o lobby das multinacionais que produzem e vendem grupos nucleares.

Tudo caldeado: interesses e sentimentos, tecnologias e políticas, verdades e superstições, não há-de ser difícil ao Governo propor e a esta Assembleia deliberar. Homero morreu por não ser capaz de decifrar um enigma. Portugal viverá por ter tido a capacidade de vencer uma rotina.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período da ordem do dia.

Vão ser anunciados os diplomas que foram apresentados e admitidos na Mesa.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — Foram admitidos os seguintes diplomas: propostas de lei n.º 65/III, da iniciativa da Assembleia Regional da Madeira — actualização dos vencimentos dos professores ex-regentes escolares — baixou à 4.ª Comissão; n.º 66/III, da iniciativa da Assembleia Regional da Madeira — organização judiciária na Região Autónoma da Madeira — baixou à 1.ª Comissão; projectos de lei n.º 325/III, da iniciativa do Sr. Deputado Pedro Augusto Cunha Pinto e outros, do PSD — legalização das associações de estudantes — baixou à 13.ª Comissão; n.º 326/III, da iniciativa do Sr. Deputado António Taborda e outros, do MDP/CDE — criação e competência de uma comissão nacional nuclear — baixou à 9.ª Comissão; projecto de resolução n.º 26/III, da iniciativa do MDP/CDE, da UEDS e da ASDI — constituição de uma comissão eventual para acompanhar a elaboração do Plano Energético Nacional e sua discussão pública.

O Sr. Presidente: — Vai ser lida o ordem do dia da reunião do dia 2 de Maio às 15 horas.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — Reunião do dia 2 de Maio, às 15 horas, sem período de antes da ordem do dia.

Período da ordem do dia: votação do processo de urgência da proposta de lei n.º 63/III, que concede ao Governo autorização legislativa para definir em geral ilícitos criminais e penais; apreciação dos projectos de lei n.º 69/III, da UEDS, 302/III, do CDS, e 306/III do PS e do PSD — consultas directas dos cidadãos eletores.

O Sr. Presidente: — Conforme foi decidido na reunião dos presidentes dos grupos e agrupamentos parlamentares, hoje, sexta-feira, não haverá sessão.

Estão dispensados dos serviços todos os funcionários que estiveram a trabalhar até agora.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Era 1 hora e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Maria do Céu Sousa Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida.
Luís António Pires Baptista.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Torrinhas Paulo.

Centro Democrático Social (CDS):

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Avelino Feliciano Martins Rodrigues.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Adérito Manuel Soares Campos.
Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
António Roleira Marinho.
Cecília Pita Catarino.
José Luís de Figueiredo Lopes.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Pereira.
Mariana Santos Calhau Perdigão.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Pedro Paulo Carvalho Silva.

Partido Comunista Português (PCP):

Domingos Abrantes Ferreira.
Manuel Correia Lopes.
Manuel Rogério de Sousa Brito.
Mariana Grou Lanita.

Centro Democrático Social (CDS):

Henrique Manuel Soares Cruz.
Hernâni Torres Moutinho.
João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.
José António de Moraes Sarmento Moniz.
José Luís Cruz Vilaça.
José Vieira de Carvalho.

Voto de homenagem a Jaime Cortesão enviado para a Mesa

No dia 29 de Abril de 1984 faz 100 anos que nasceu Jaime Cortesão.

A sua vida foi totalmente absorvida por uma enorme necessidade de intervenção social, expressa através da poesia e da história, da pedagogia e da luta cívica e política.

Mal terminava a sua licenciatura em Medicina, com 18 valores, trocou o exercício da sua profissão de médico pela de professor de história e literatura do ensino secundário.

Foi um dos fundadores da *Renascença Portuguesa*, movimento de intelectuais que procurava através do exercício da sua actividade específica uma verdadeira comunhão com o povo. Jaime Cortesão foi o grande entusiasta e dinamizador das universidades populares.

Grande parte da sua obra realizou-a ele com o seu forte espírito de democrata, entre prisões, perseguições, fugas e exílio.

O Brasil foi a sua pátria irmã e o estudo da colonização portuguesa foi o seu grande contributo para a investigação histórica. Na sua obra, em todos os campos, estão sempre presentes os vectores fundamentais da sua vida: o culto do povo e da arte, a acção pedagógica, e a confiança num mundo melhor que cumpriria ajudar a construir.

Assim, os deputados da Comissão de Educação e Cultura abaixo assinados reconhecendo:

O sentido patriótico da sua intervenção cívica e política;

O grande contributo do seu trabalho de investigação visando a compreensão histórica do povo português;

A intensidade e a lealdade da sua vida sempre dedicada à democracia e à luta pela liberdade;

propõem à Assembleia da República um voto de homenagem à vida e à obra de Jaime Cortesão.

Os deputados signatários pedem ao Sr. Presidente da Assembleia da República que este voto seja enviado ao Sr. Ministro da Cultura, à Câmara Municipal de Cantanhede, patrocinadora das comemorações do 1.º Centenário de Jaime Cortesão, à Sociedade Portuguesa de Autores e à família de Jaime Cortesão.

Assembleia da República, 15 de Março de 1984. — *Lemos Damião* (PSD) — *Helena Cidade Moura* (MDP/CDE) — *Maria Helena Valente Rosa* (PS) — *Jorge Lemos* (PCP) — *António Gomes de Pinho* (CDS) — *Vilhena de Carvalho* (ASDI) — *Lopes Cardoso* (UEDS).

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos enviados à Mesa para publicação

Em reunião realizada no dia 26 de Abril de 1984, pelas 10 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Socialista:

Bento Elísio de Azevedo (círculo eleitoral do Porto) por Abílio Henrique Nazaré da Conceição (esta substituição é pedida por um período não superior a 40 dias, a partir do próximo dia 26 de Abril corrente, inclusive);

2) Solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

Guido Orlando de Freitas Rodrigues (círculo eleitoral do Porto) por Serafim de Jesus Silva (esta substituição é pedida por 1 dia — 23 de Abril corrente, inclusive);

Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes (círculo eleitoral de Lisboa) por Luís António Pires Baptista (esta substituição é pedida para os dias 24 de Abril corrente a 6 de Maio próximo, inclusive);

Abílio Gaspar Rodrigues (círculo eleitoral de Santarém) por Anacleto da Silva Baptista (esta substituição é pedida para os dias 25 de Abril corrente a 31 de Maio próximo, inclusive).

3) Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Joaquim Rocha dos Santos (círculo eleitoral do Porto) por José Henrique Ribeiro Meireles de Barros (esta substituição é pedida para os dias 25, 26 e 27 de Abril corrente, inclusive);

4) Solicitadas pelo Agrupamento Parlamentar da União de Esquerda para a Democracia Socialista:

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira (círculo eleitoral de Setúbal) por João Paulo Oliveira (esta substituição é pedida para os dias 25, 26 e 27 de Abril corrente, inclusive);

António César Gouveia de Oliveira (círculo eleitoral de Faro) por Dorilo Jaime Seruca Inácio (esta substituição é pedida para os dias 8 a 25 de Maio próximo, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

O Presidente: *António Cândido Miranda Mamede* (PS) — Secretários: *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Armando Domingos Lima Ribeiro de Oliveira* (CDS) — *Carlos Cardoso Lage* (PS) — *Manuel Fontes Orvalho* (PS) — *Luís Silvério Gonçalves Saias* (PS) — *Daniel Abílio Ferreira Bastos* (PSD) — *Manuel Portugal da Fonseca* (PSD) — *José Mário Lemos Damião* (PSD) — *José Manuel Mendes* (PCP) — *João António Gonçalves do Amaral* (PCP) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *João Lopes Porto* (CDS) — *João Corregedor da Fonseca* (MDP/CDE) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI).

Os REDACTORES: *Maria Leonor Ferreira* — *José Diogo* — *Ana Maria Marques da Cruz* — *Carlos Pinto da Cruz*.

PREÇO DESTE NÚMERO 180\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA